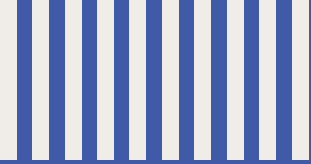




RELATÓRIO

Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância







RELATÓRIO

Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

Expediente

ELABORAÇÃO

Relatoria técnica do Grupo de Trabalho Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável:

Todos Pela Educação

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

COORDENAÇÃO

Priscila Cruz

Coordenadora do GT Primeira Infância e presidente-executiva do Todos Pela Educação

Mariana Luz

CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Vital Didonet

Representante da Rede Nacional Primeira Infância

ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES APOIADORAS DO GT PRIMEIRA INFÂNCIA

Atricon - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

Blavatnik School of Government

Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb)

Coalizão Brasileira Pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

Conselho Nacional de Educação

Conselho Nacional de Justiça

Fundação Van Leer

Fundação Bracell

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Instituto Alana

Instituto Article

Instituto Avisa Lá

Instituto da Infância (Ifan)

Instituto PIPA

Instituto Rodrigo Mendes

Itaú Social

Núcleo Ciência Pela Infância

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Pacto Nacional Pela Primeira Infância

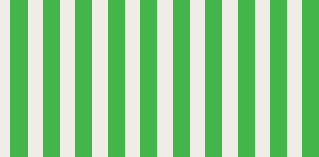
Projeto TEA

Rede Nacional Primeira Infância

UNAS Heliópolis

Unesco

Unicef



**ESPECIALISTAS E INTEGRANTES
DO CDESS QUE COLABORARAM,
EM CARÁTER CONSULTIVO, COM A
CONSTRUÇÃO DESTE DOCUMENTO:**

Alejandra Meraz Velasco
Ana Claudia Cifali
Ana Cláudia de Arruda Leite
Ana Paula Matias
Cisele Ortiz
Claudia Costin
Claudia Freitas Vidigal
Cristina Cordeiro
Edinaldo César Santos Junior
Eliane Cavalleiro
Fernanda Seidel Oliveira
Fernando Abrucio
Flávia Marçal
Gabriel Chalita
Guilherme Soares
Halim Girade
Isabella Henriques
Itamar Batista
Ivânia Ghesti
Julia Sant'Anna
Ligia Moreiras
Lucas José Ramos Lopes
Luzia Laffitte
Marcia Woods
Mariza Abreu
Martinha Dutra
Naercio Menezes-Filho
Neca Setubal
Patricia Mota Guedes
Pedro Hartung
Pedro Ivo
Rafael Lane
Rogério Morais
Suely Melo de Castro Menezes

**MINISTÉRIOS E ENTIDADES QUE
CONTRIBUÍRAM COM AS DISCUSSÕES
TÉCNICAS PROMOVIDAS PELO GT:**

Ministério da Casa Civil
Ministério da Saúde
Ministério do Desenvolvimento Social
Ministério da Educação
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
Ministério das Cidades
Ministério da Gestão e Inovação
Ministério do Esporte
União Nacional dos Dirigentes Municipais
de Educação - Undime
Conselho Nacional de Secretarias Municipais
de Saúde - Conasems
Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância
Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP
Conselho Nacional de Secretários
de Saúde - Conass
Conselho Nacional da Criança e do
Adolescente - Conanda
Colegiado Nacional de Gestores Municipais
de Assistência Social

Índice

7	Apresentação
9	I. O trabalho do GT Primeira Infância no CDESS
10	1. Avançando no Marco Legal para uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância
13	2. Ações do GT Primeira Infância
16	II. Por que o Brasil precisa de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância
17	1. Por que a fase que vai do nascimento até os 6 anos é tão importante?
21	2. Panorama de desafios e desigualdades
21	2.1 Renda
22	2.2 Saneamento Básico
23	2.3 Insegurança alimentar
24	2.4 Mortalidade infantil e na infância
26	2.5 Cobertura vacinal
26	2.6 Acesso à educação infantil
28	2.7 Racismo na primeira infância
30	2.8 Violência
32	2.9 Desarticulação entre os diferentes setores
32	2.10 Ausência de colaboração efetiva entre União, estados e municípios
33	2.11 Financiamento de ações focadas na primeira infância
34	3. Experiências nacionais e subnacionais: subsídios para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância
34	3.1 Experiência federal
36	3.2 Experiências estaduais
36	a) Rio Grande do Sul
36	b) Pernambuco
36	c) Ceará
38	d) Alagoas
38	3.3 Experiências municipais
38	a) Recife (PE)
39	b) Boa Vista (RR)
40	c) Jundiaí (SP)
41	d) São Paulo (SP)
42	III. Recomendações para uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância
46	1. Desafios do Marco Legal que devem ser considerados na PNIPI
48	2. Premissas para a PNIPI
49	3. Propostas para a construção da PNIPI
50	3.1 Eixo 1: Sistema de Informação Integrado da primeira infância
52	3.2 Eixo 2: Serviços setoriais fortalecidos e integrados
54	a. Saúde
55	b. Assistência Social
56	c. Educação
58	d. Proteção e Justiça
60	3.3 Eixo 3: Comunicação com as famílias e cuidadores
63	4. Governança para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância
65	IV. Considerações finais
68	Anexos

Apresentação

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) da Presidência da República foi recriado em março de 2023, com a assinatura do Decreto nº 11.454. Seu objetivo é assessorar o Presidente da República na formulação de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país. São cinco as dimensões temáticas que compõem o CDESS: assuntos econômicos; combate às desigualdades; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; democracia e direitos; e tecnologia e transformação digital.

Em 23 de agosto de 2023, houve a instalação do Grupo de Trabalho (GT) da Primeira Infância¹, um dos oito grupos temáticos criados e instalados no âmbito do CDESS, também conhecido como Conselhão. A formação dessa frente é um reflexo da conscientização que a sociedade brasileira vem adquirindo sobre a importância dessa fase da vida para assegurar direitos, cuidados e estímulos para que cada criança se desenvolva em todo o seu potencial, bem como impulsionar o desenvolvimento de toda a nação. Além da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257), aprovado em 2016, é uma legislação que também evidencia essa crescente conscientização ao estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Os oito anos dessa lei foram fundamentais para sedimentar uma série de conhecimentos sobre a formulação e a implementação de programas e políticas públicas de promoção do desenvolvimento infantil. Há avanços para comemorar em todas as esferas de governo (aumento do número de planos de primeira infância, programas, benefícios e serviços para gestantes, bebês, crianças e suas famílias); no ambiente corporativo (com a adoção de licenças maternidade e paternidade estendidas, entre outras políticas); e na dimensão individual (com a conscientização das famílias sobre a importância dessa fase da vida para o presente e o futuro de suas crianças).

Embora a lista de conquistas seja longa, ela ainda não é suficientemente extensa para abarcar a carência de recursos e cuidados que, historicamente, existe no país e que foi agravada por uma pandemia, que deixou como herança o aprofundamento de desigualdades que ameaçam o bem-estar e os direitos de **crianças no território nacional**. Temos a nosso favor, entretanto, o fato de já conhecermos caminhos efetivos para lidar com a maioria dos nossos desafios e gestores e profissionais dispostos a trabalhar em prol da primeira infância.

Foi com entusiasmo que este grupo de trabalho organizou imersões em experiências nacionais e internacionais, se debruçou sobre as mais recentes pesquisas e se envolveu nas discussões, escutas e análises feitas ao longo dos últimos meses. O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável é um espaço reconhecido por todos do grupo como uma oportunidade de propor caminhos para que o governo federal possa efetivar as diretrizes previstas no Marco Legal da Primeira Infância - especialmente aquela presente em seu artigo 6º, que faz menção direta à criação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIPI):

**OS OITO ANOS
DESSA LEI FORAM
FUNDAMENTAIS
PARA SEDIMENTAR
UMA SÉRIE DE
CONHECIMENTOS
SOBRE A
FORMULAÇÃO E A
IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMAS E
POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO
INFANTIL**

1 Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, pp. 170-171, em 6 de abril de 2018.



“A Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais, a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância.”

Marco Legal da Primeira Infância, artigo 6º

O plano de trabalho contou com a realização de imersões em políticas e programas para a primeira infância desenvolvidos nos estados e municípios; o mapeamento de ações em nível nacional; um processo de escuta democrática de atores-chave na temática da primeira infância; e a análise da literatura e de boas práticas para essa etapa.

A sistematização desse conjunto de atividades e análises foi organizada neste documento, com o objetivo de servir como uma contribuição técnica ao governo federal.

Nas próximas páginas, estão, nesta ordem, os trabalhos realizados por este grupo; dados que demonstram a importância das políticas públicas para cuidar dessa fase da vida; algumas das experiências nacionais que merecem destaque no campo da primeira infância; e, por fim, o produto final, fruto de todo o trabalho descrito neste documento: as recomendações para a construção de uma Política Nacional Integrada para a primeira infância.

Grupo de Trabalho da Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República



I.

O trabalho do GT Primeira Infância no CDESS



Avançando no Marco Legal para uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

Se não agora, quando?

Esta pergunta coloca em questão o direito de cada criança, hoje, e o futuro de um país inteiro. É consenso entre especialistas que o investimento na primeira infância é um caminho obrigatório para garantir direitos e efetivar mudanças em nosso quadro social. E, apesar dos muitos avanços alcançados, ainda falhamos como nação em garantir o cuidado integral a todas as crianças, especialmente àquelas que mais precisam. Foi sobre esse grande desafio que o Grupo de Trabalho da primeira infância se debruçou nos últimos meses.

O Marco Legal da Primeira Infância², instituído com a Lei nº 13.257/2016, representa um significativo avanço para a pauta no Brasil. Ao estabelecer princípios e diretrizes orientadores para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, a lei reafirma a prioridade absoluta expressa na Constituição Federal para as crianças e a importância de ações do Estado nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento pleno do ser humano. Pela importância dos primeiros anos de vida, a criança, na primeira infância, deve ser a prioridade dentro da prioridade. Cuidar desse período da vida é proteger o presente e impulsionar seu futuro.

Contudo, após oito anos da promulgação do Marco Legal, a lei não foi efetivamente implementada, sobretudo no que diz respeito à criação da Política Nacional Integrada.

A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância³, dentro do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) - Conanda, Resolução nº 113/2006, é o principal instrumento para que o Estado alcance todas as crianças no território nacional, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. É a partir dessa política que será possível operacionalizar os princípios e diretrizes do Marco Legal e concretizar a oferta dos serviços relacionados aos direitos fundamentais das crianças nos primeiros anos de vida.

Nesse sentido, olhar para os desafios de efetivação do Marco Legal é um passo diagnóstico importante para que o Brasil possa avançar para a formulação e a implementação de uma Política Nacional Integrada para a primeira infância. As diversas ações promovidas pelo GT caminharam em busca de compreender esses desafios, encontrar possibilidades, aprender com o que já vem sendo desenvolvido no território nacional e propor uma política que efetive os direitos das crianças, sobretudo daquelas em situação de maior vulnerabilidade.

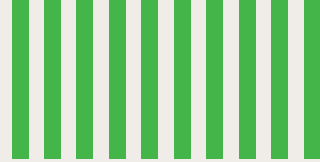
Dessa forma, as ações do GT Primeira Infância foram guiadas por alguns princípios importantes de serem destacados:

■ O Estado tem o dever de garantir os direitos da criança com absoluta prioridade

Os direitos da criança, proclamados pela ONU (Declaração dos Direitos da Criança/1959 e Convenção sobre os Direitos da Criança/1989), afirmados na Constituição Federal de 1988, explicitados e regulamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990),

2 *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Câmara dos Deputados (2016).*

3 *Minuta de decreto que institui a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, com a finalidade de regulamentar o art. 6º da Lei nº 13.257, Ministério da Cidadania (2021).*



especificados para a faixa etária de até 6 anos no Marco Legal da Primeira Infância (2016), são contundentes quanto aos deveres e responsabilidades da família, da sociedade e do Estado frente à criança. Todos os demais argumentos, fundamentados em pesquisas sobre a formação da personalidade, a criação de capacidades afetivas, cognitivas, motoras, sociais, linguísticas e artísticas, o impacto positivo na futura renda pessoal e o desenvolvimento econômico do país, entre outros, são subsidiários ao argumento dos direitos da criança;

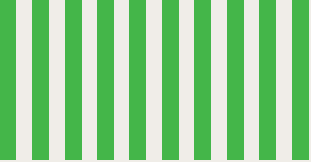
■ O Brasil precisa avançar do Marco Legal para a efetivação dos direitos

O país é referência em termos de legislação. Temos uma forte regulamentação dos direitos das crianças em diferentes instrumentos legais. No entanto, como os dados evidenciam, estamos longe de garantir que esses direitos sejam cumpridos em todo o território nacional. É preciso uma política que traduza em ações todo o arcabouço legal já conquistado, convocando União, estados, DF e municípios;

■ As crianças são parte da Agenda 2030 da ONU

O Brasil é signatário da Agenda 2030 da ONU, que tem os cuidados com a infância como um dos pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS buscam, por exemplo, que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, com cuidados e educação infantil, de modo que possam prosseguir com alta aprendizagem o processo escolar. Nesse sentido, o país precisa avançar em uma política integrada que viabilize o alcance desses objetivos em todo o território nacional;

O PAÍS É REFERÊNCIA EM TERMOS DE LEGISLAÇÃO. TEMOS UMA FORTE REGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS EM DIFERENTES INSTRUMENTOS LEGAIS



■ O investimento na primeira infância é o mais inteligente e produtivo que um país pode fazer

É na primeira infância que as políticas com foco na redução da pobreza alcançam maior eficácia. O investimento em cuidado, proteção integral e promoção de melhor qualidade de vida e aprendizagem das crianças nos primeiros anos não só gera retornos sociais e econômicos superiores aos investimentos em outras idades, como também é a estratégia mais eficaz para interromper a reprodução intergeracional da desigualdade. Em vez do círculo vicioso de repetição da pobreza de geração a geração, inicia-se, na primeira infância, o círculo virtuoso de desenvolvimento pessoal e geracional. A política para a primeira infância há de ser, primordialmente, equitativa. Os estudos e pesquisas que mensuram os efeitos de longo prazo dos investimentos na primeira infância justificam sua aplicação e estão longe de autorizar o esvaziamento do sentido do viver pleno no presente. Eles agregam razões para investir nos anos iniciais da vida em programas de apoio ao desenvolvimento do potencial da criança. O direito das crianças de viver sua infância hoje, da forma mais completa possível, é o que funda as bases de um futuro estável;

■ Diferentes pesquisas trazem evidências sobre a urgência de cuidar integralmente da criança e investir no seu desenvolvimento e aprendizagem

As ciências que se debruçaram sobre a criança para entender os fatores de seu desenvolvimento construíram um acervo de conhecimentos que orientam, com segurança, a formulação de políticas e planos de ação para bem cuidar, proteger e promover a realização dos seus potenciais nos anos iniciais da vida;

■ A criança não pode esperar. Seu tempo é hoje. É quando podemos mudar a história

A criança existe hoje. É no presente que ela se constitui como sujeito. Ela tem direito de viver a infância como criança, no pleno significado da idade. Passada a infância, terá passado a oportunidade mais favorável para promover a formação das estruturas afetivas, sociais, cognitivas, linguísticas e artísticas da pessoa. Está comprovado que o período de 0 a 6 anos é o mais fértil para a estruturação de habilidades socioafetivas e cognitivas, sobretudo nos primeiros mil dias, que vai até o final do segundo ano de vida.

A frase, bastante conhecida e frequentemente citada, de uma canção do compositor canadense Raffi Cavoukian, “se mudamos o começo da história, mudamos a história inteira”, é uma feliz expressão da importância de cuidar bem da criança no começo de sua vida. Aplicando-a para o contexto de crianças que vivem em ambientes de grande vulnerabilidade, pode-se esperar que a Política Nacional Integrada, assim como as políticas setoriais, ao criarem condições justas, adequadas e promotoras de desenvolvimento, com inclusão e participação, estarão promovendo a equidade. Dessa forma, a história dessas crianças, hoje e amanhã, será outra.

O INVESTIMENTO EM CUIDADO, PROTEÇÃO INTEGRAL E PROMOÇÃO DE MELHOR QUALIDADE DE VIDA E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NOS PRIMEIROS ANOS NÃO SÓ GERA RETORNOS SOCIAIS E ECONÔMICOS SUPERIORES AOS INVESTIMENTOS EM OUTRAS IDADES, COMO TAMBÉM É A ESTRATÉGIA MAIS EFICAZ PARA INTERROMPER A REPRODUÇÃO INTERGERACIONAL DA DESIGUALDADE

Ações do GT Primeira Infância

2

Desde o início de suas atividades, o Grupo de Trabalho Primeira Infância concentrou-se em realizar uma escuta qualificada de diversos especialistas e atores que, há muito, dedicam-se ao tema. Cerca de 300 pessoas, de ao menos 50 entidades públicas, privadas e do terceiro setor, dentro e fora do Brasil, participaram do diálogo que permitiu a construção das recomendações dispostas neste documento. Outras tantas contribuíram para o cumprimento deste extenso programa de trabalho.

Em 23 de agosto de 2023, instalou-se o GTPI, um dos oito grupos temáticos criados e instalados no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável no mesmo ano. A cerimônia contou com a presença do então Presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin; do Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; do Ministro da Educação, Camilo Santana; e do Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

Naquela data, firmou-se o principal objetivo do grupo: entregar ao governo federal um documento de recomendações para a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Para cumpri-lo, o GT realizou uma série de atividades entre agosto de 2023 e março de 2024, a fim de envolver o maior número de atores dos Executivos, Legislativos e Judiciários nacionais e subnacionais, bem como a sociedade civil organizada. Esse amplo processo de participação teve como objetivo coletar subsídios técnicos para uma PNPI e a construção de consensos sobre as definições estruturais da política. O acesso a informações de órgãos de controle e fiscalização, como o relatório de auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), também contribuiu para a construção das recomendações.

As atividades citadas neste relatório foram apresentadas de forma preliminar ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aos integrantes do CDESS, em reunião plenária do Conselho em 12 de dezembro de 2023. A descrição completa das ações do GT pode ser consultada no anexo 1 deste documento.

A primeira ação do GT foi a participação no Simpósio Internacional sobre o *Desenvolvimento da Primeira Infância: Políticas Públicas para um Brasil de Infâncias Plurais*, realizado pelo Núcleo Ciência Pela Infância, e que contou com a participação do Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, e do Secretário-Executivo do CDESS, Paulo Henrique Rodrigues Pereira. A partir de evidências que apoiam a formulação e a implementação de políticas para esse público, o simpósio reafirmou a necessidade de agregar toda a produção de conhecimento em torno de propostas robustas para a PNPI.

Com foco na educação infantil, uma das áreas que devem estar contempladas na Política Nacional Integrada, o GT teve participação na Reunião Ordinária Pública do Conselho Nacional de Educação (CNE), realizada em 7 de novembro de 2023, em Fortaleza (CE). Participaram da discussão o presidente do CNE, Luiz Roberto Curi; a presidente e a vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, Amábile Pacios e Suely Menezes; a secretária de Proteção Social do Ceará, Onélia Santana; e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima.

Além dessas ações, o GT promoveu a troca de saberes de diversas áreas relacionadas à primeira infância, como no seminário *Primeira Infância: o Brasil aprendendo com o Brasil*, que reuniu, em Recife (PE), ministros de Estado, gestores de todas as esferas de governo, parlamentares e especialistas. O evento teve o apoio das fundações Van Leer e Bracell, Grupo Moura e da secretaria de Educação do município. Também contou com a participação de representantes dos Tribunais de Contas dos Estados, bem como da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que reforçaram o papel fundamental dos tribunais na implementação de uma PNIPi no Brasil.

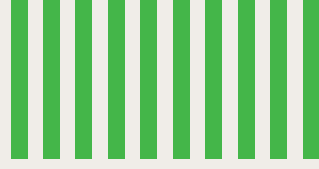
O trabalho também incluiu imersões com especialistas e equipes de gestores para aprofundamento nas experiências desenvolvidas pelos governos e prefeituras de Pernambuco e Recife, Ceará, Boa Vista (RR) e São Paulo (SP), além da experiência de apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro (RJ) e nas escolas de educação infantil de Araraquara (SP). As visitas aprofundaram os estudos do grupo sobre desenhos institucionais de programas, boas práticas e desafios enfrentados pelos estados e municípios para o atendimento das crianças e de suas famílias.

No avançar das atividades, o grupo de trabalho promoveu uma oficina interministerial para análise e discussão do mapeamento de políticas federais que estão em curso no Brasil e têm impacto direto na primeira infância. Na sede da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília (DF), o grupo se reuniu com as equipes dos ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Educação, Casa Civil, Esporte, Justiça e Segurança Pública, Direitos Humanos, Cidades, Gestão e Inovação; a Vice-Presidência da República; integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, que analisaram ações que vão desde a promoção de cuidados pré-natais até a oferta de educação infantil, passando pela implementação de estratégias de Saúde e Assistência Social.

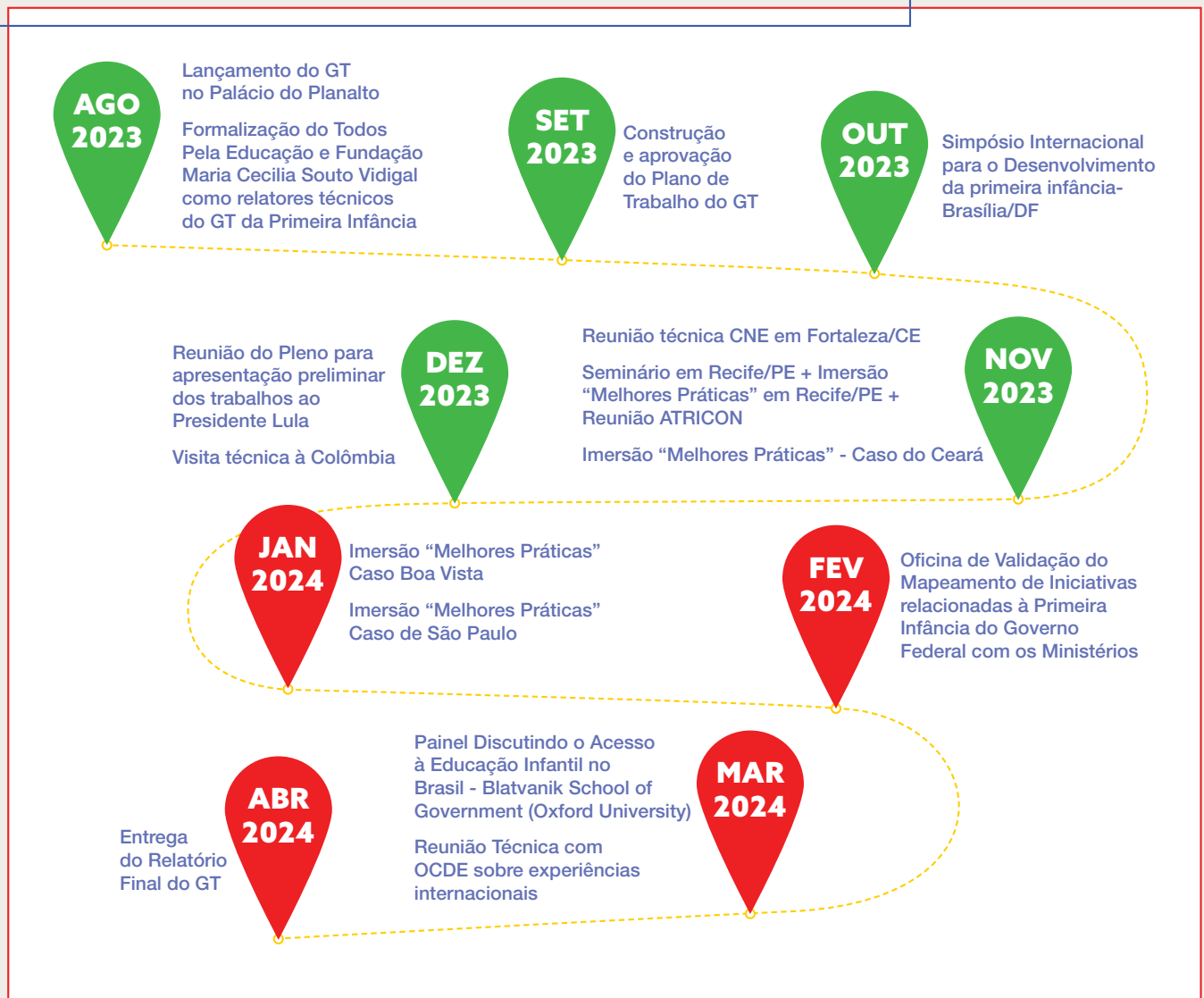
A trajetória de escuta e pesquisa ultrapassou as fronteiras do território brasileiro. Além das experiências nacionais mencionadas, o grupo viajou à Colômbia para conhecer, com mais profundidade, as políticas do país vizinho nessa temática. Com a colaboração da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Escola de Governo Blavatnik (Universidade de Oxford), em reuniões distintas, o GT teve acesso a análises, materiais e discussões sobre experiências de educação e cuidado em outras nações na primeira infância.

Todas as agendas ocorreram paralelamente a um amplo processo de escuta coordenado pelo professor Vital Didonet, representante da Rede Nacional Primeira Infância, no qual foram ouvidos cerca de 50 especialistas e gestores públicos de maneira aprofundada, grandes referências brasileiras na área de primeira infância, a fim de incorporar diferentes visões sobre os desafios e potencialidades de uma PNIPi. Importante destacar a realização de um processo de análise de escutas de crianças de diferentes regiões do Brasil, também coordenado por Didonet, buscando dar centralidade aos seus interesses e demandas. O documento desse amplo processo de escuta, envolvendo especialistas, gestores e crianças, pode ser consultado, na íntegra, nos anexos 2 e 3.

**A TRAJETÓRIA DE
ESCUTA E PESQUISA
ULTRAPASSOU
AS FRONTEIRAS
DO TERRITÓRIO
BRASILEIRO.
ALÉM DAS
EXPERIÊNCIAS
NACIONAIS
MENCIONADAS,
O GRUPO VIAJOU
À COLÔMBIA
PARA CONHECER,
COM MAIS
PROFUNDIDADE,
AS POLÍTICAS DO
PAÍS VIZINHO NESTA
TEMÁTICA**



LINHA DO TEMPO: Ações realizadas no âmbito do GT de Primeira Infância





Por que o Brasil precisa de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância



Por que a fase que vai do nascimento até os 6 anos é tão importante?

A primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento cerebral. Nesse momento, que vai até os 6 anos, o cérebro se desenvolve muito rapidamente e está mais sensível aos estímulos ambientais⁴. Na prática, isso significa que as experiências do dia a dia da criança – as interações com o ambiente e outras pessoas, a qualidade de sua alimentação, de seu sono e a sensação de acolhimento e segurança, por exemplo - têm impacto no seu desenvolvimento, na aquisição de habilidades, aptidões e competências.

Diversos estudos científicos das últimas décadas comprovam que uma primeira infância plena se reflete em mais tempo de escola e melhores níveis de aprendizagem nas etapas subsequentes. Melhores níveis formativos contribuem para mais oportunidades no mercado de trabalho, com maiores salários. Além disso, o bom desenvolvimento na primeira infância contribui para a formação de pessoas que cuidam melhor de si e são menos propensas ao uso de drogas e à violência, diminuindo o custo para os sistemas públicos de saúde e segurança. O economista James Heckman, vencedor do Prêmio Nobel no ano 2000, demonstrou a dimensão do retorno gerado pelos investimentos na primeira infância: a cada 1 dólar investido nessa fase, a sociedade recebe de volta 7 dólares por conta desse conjunto de fatores, como redução de gastos em saúde ou criminalidade.

Heckman mostrou que investir na criança em situação de vulnerabilidade social durante a primeira infância pode contribuir para o aumento da empregabilidade e da renda, a redução da criminalidade e para a melhoria nos indicadores de saúde como, por exemplo, diminuição do colesterol e da pressão arterial. Além desses indicadores, os autores destacam o efeito na redução de gravidez na adolescência e na diminuição da conduta de risco, como pertencimento a gangues e ao uso de drogas e armas (Heckman et al. 2010)⁵.

Há também evidências dos efeitos equitativos não apenas no sentido de redução da pobreza, mas também na diminuição das disparidades sociais em desenvolvimento cognitivo, gênero, coerência social, entre outros. “O estudo descobriu que frequentar programas de primeira infância de alta qualidade estava ligado a um desenvolvimento cognitivo pleno, tanto a alfabetização emergente quanto a numeracia emergente, para crianças de 5 anos de idade. Além disso, a educação infantil foi ainda mais benéfica para crianças desfavorecidas, pois a participação na escola foi associada a maiores ganhos em alfabetização e numeramento emergentes e ganhos positivos para crianças desfavorecidas em todos os domínios medidos, incluindo habilidades socioemocionais (OCDE, 2022).

1

4 National Scientific Council on the Developing Child (2007). *The Timing and Quality of Early Experiences Combine to Shape Brain Architecture: Working Paper*. Disponível em: https://harvardcenter.wpenginpowered.com/wp-content/uploads/2007/05/Timing_Quality_Early_Experiences-1.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

5 Heckman, James J.; Moon, Seong Hyeok; Pinto, Rodrigo; Savelyev, Peter A.; Yavitz, Adam. *The rate of return to the High Scope Perry Pre-school Program*. *Journal of Public Economics*, v. 94, p. 114–128, 2010.

QUAIS AS RAZÕES BIOLÓGICAS PARA A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA?⁶

Para entender mais a fundo a importância da primeira infância e por que o meio influencia o desenvolvimento humano, precisamos recorrer a conceitos da neurociência. O primeiro deles é que o cérebro não é um órgão que nasce pronto. Ele se desenvolve a partir dos estímulos que recebe do ambiente externo. Evidências científicas comprovaram que as relações que a criança tem, desde a gestação e, especialmente, nos primeiros mil dias de vida, com outras pessoas e com o entorno, ajudam o cérebro a desenvolver todo o seu potencial, base para toda a vida.

Isso ocorre graças à alta velocidade e capacidade de desenvolver novas conexões cerebrais nessa faixa etária e à alta plasticidade cerebral, que é a capacidade do cérebro de se moldar de acordo com as interações que vêm do meio. Nessa fase, o cérebro está funcionando em potência máxima. A medida para essa afirmação é dada pela quantidade de sinapses neurais (a comunicação que ocorre entre os neurônios e, portanto, o processamento de informações). Na primeira infância, **chegam a ocorrer 1 milhão de sinapses por segundo**. Em nenhum outro momento essa atividade será tão intensa. Nos seis primeiros anos, **a criança terá estabelecido 90% do total de conexões neuronais**. Por isso, o que ocorre ao longo desse período influenciará toda uma trajetória de aprendizados.

EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS SINAPSES



Recém-nascido



6 meses



2 anos

Fonte: Conel, JL. The postnatal development of the human cerebral cortex. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1959.

O desafio que se coloca é que o pleno desenvolvimento da criança pode ficar comprometido caso ela seja sistematicamente exposta a privações nutricionais, falta de estímulo e vulnerabilidades, como extrema pobreza, negligência e violências. A exposição contínua, por longos períodos de tempo, a esses fatores produz um tipo de estresse chamado de estresse tóxico. Isso pode atrapalhar o desenvolvimento das sinapses, criando barreiras para o pleno desenvolvimento de cada criança em múltiplas dimensões, como aprendizagem, socioemocional e habilidades denominadas como funções executivas (memória, autorregulação e outros).

A publicação *“O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem”*⁷, do Núcleo Ciência Pela Infância, traz a seguinte afirmação:

No longo prazo, crianças que tiveram menos oportunidades de desenvolvimento tornam-se, com maior probabilidade, adultos pobres, produzindo o fenômeno conhecido como ciclo intergeracional da pobreza

(Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2014, p.7).

Na figura abaixo, a reprodução de imagens reais de cérebros de uma criança que se desenvolveu de forma plena e de outra que foi exposta à negligência por um período prolongado de tempo mostra que há efeitos visíveis na estrutura cerebral:



Fonte: 1997
Bruce D. Perry,
M.D., Ph.D., Child
Trauma Academy

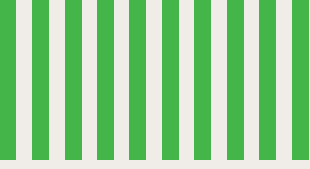
O Banco Mundial criou um Índice de Capital Humano (ICH)⁸, cujo objetivo é alertar os países sobre a importância de se investir no desenvolvimento das pessoas. Essa medida procura responder o que aconteceria com a produtividade do trabalho se o Brasil oferecesse educação e saúde de qualidade a todas as crianças, em todas as partes do país. A maioria dos elementos que compõem esse cálculo está relacionada aos cuidados com a primeira infância: taxas de mortalidade; marcos de desenvolvimento na infância; nutrição adequada e qualidade da educação.

O estudo mostra que, nas condições atuais do Brasil, se nada for alterado, a criança nascida em 2019 terá alcançado apenas 60% de seu capital humano potencial ao completar 18 anos, em média. Ou seja, 40% de todo o talento brasileiro permanece não manifesto, invisível para a sociedade.

Para alcançar um crescimento sustentável hoje, o Brasil precisa aproveitar os recursos de mão de obra atualmente subutilizados, especialmente por meio do aumento da participação feminina na força de trabalho. A Pesquisa Econômica para o Brasil, em 2023, mostra que as mulheres tiveram taxas de participação 20% menores e ganharam 34% menos, em média, do que os homens, mesmo considerando-se as qualificações. As barreiras para a sua participação incluem serviços insuficientes de creche e pré-escola, além de outros serviços de apoio às diferentes famílias em cada território. O acesso à educação é um direito da criança facultado à família acessá-lo, e, como tal, deve ser provido pelo Estado no caso de demanda. Trata-se de uma política que beneficia as duas gerações, já que permite aos adultos trabalhar deixando as crianças bem cuidadas. A cada família cabe a escolha se quer ou não matricular seu filho em creche, em caso afirmativo, a vaga deve existir. Além disso, outros serviços de apoio às famílias como as visitas domiciliares para apoio e incentivo à parentalidade afetiva e o desenvolvimento infantil também são relevantes, seja para crianças em creches ou não.

7 Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2014). Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. Documento disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/impacto-desenvolvimento/>.

8 Relatório de Capital Humano Brasileiro. Banco Mundial. Sumário Executivo. Brasil, 2022. Documento disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/0997001062922-57386/pdf/P17467-4033a7b300e09d03-04e4b09d57a2f.pdf>



A família, em seus múltiplos formatos, tem um papel prioritário na vida de uma criança. Ela é a sua primeira fonte de interações e influência. A família é responsável não só pelos cuidados básicos, como alimentar, agasalhar, cuidar da saúde e proteger contra qualquer tipo de risco ao bem-estar da criança, mas também pelo desenvolvimento do sentimento de segurança, acolhimento, afeto e pela qualidade de interações que ajudarão a criança a se desenvolver desde seu nascimento. Não há como cuidar da criança sem cuidar dos adultos que a cercam e seus modos de vida. Por isso, para zelar efetivamente pela criança é fundamental apoiar os adultos responsáveis por ela em todas as esferas que impactam suas vidas - renda, transporte e segurança pública, acesso à saúde e a serviços de assistência social e educação. Nessa dimensão, apoiar as famílias monoparentais e aquelas chefiadas por mulheres, que chegam a mais de 50,8% das famílias no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade, é essencial para garantir a proteção e os direitos de todas as crianças.

**APOIAR AS
FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS
E AQUELAS
CHEFIADAS POR
MULHERES, QUE
CHEGAM A MAIS DE
50,8% DAS FAMÍLIAS
NO BRASIL, EM
SITUAÇÃO DE MAIOR
VULNERABILIDADE,
É ESSENCIAL PARA
GARANTIR A
PROTEÇÃO E OS
DIREITOS DE TODAS
AS CRIANÇAS**

Investir na primeira infância, estabelecendo políticas, serviços e programas que protejam todas as crianças contra fatores de risco e de vulnerabilidade, oferece soluções poderosas. Não apenas garantem um ambiente propício para o desenvolvimento completo, mas, também, são essenciais para combater as desigualdades que começam desde o nascimento e persistem por gerações. As crianças em situação de pobreza, pardas e pretas, com deficiência, neurodivergentes, de famílias monoparentais, afetadas pelas desigualdades regionais, do campo, das águas e das florestas, e de povos e populações tradicionais, ciganas, refugiadas, apátridas e migrantes integram parcela significativa das múltiplas infâncias mais afetadas pelo risco ou violação de seus direitos. Nessa equação, também surgem as desigualdades brutais regionais do país, sobretudo em termos de provimento de direitos para as infâncias das regiões Norte e Nordeste. É responsabilidade do Estado e das políticas públicas promover os cuidados que garantam a equidade de oportunidades.



Panorama de desafios e desigualdades

2

Uma Política Nacional Integrada para a primeira infância deve priorizar as crianças que estão em situações mais adversas e os indicadores apresentados a seguir demonstram essa urgência. Com o intuito de apoiar o governo federal no reconhecimento dos desafios mais urgentes na pauta do atendimento da primeira infância, serão apresentados os principais dados relacionados às áreas de saúde, violência, educação e assistência social, entre outras. A maioria deles na série histórica de 2002 a 2022, de modo a trazer um retrato acerca da pobreza, insegurança alimentar, mortalidade infantil, vacinação, acesso à educação Infantil e racismo na primeira infância.

2.1 RENDA

Inúmeras evidências comprovam que a pobreza extrema tem o potencial de produzir impactos deletérios no desenvolvimento infantil. Em países com baixa e média renda nacional per capita, as crianças das famílias mais pobres, em comparação com as de famílias mais ricas, são expostas a maior risco de mortalidade infantil, desnutrição crônica, atraso no desenvolvimento, baixa escolaridade e gravidez na adolescência (NCPI, 2023).

Um recente estudo que traçou o perfil da primeira infância no Cadastro Único (CadÚnico⁹) mostrou que, de todas as 18,1 milhões de crianças de 0 a 6 anos registradas no país (Censo 2022), mais da metade delas, 10 milhões (55,4%), vivem hoje entre as famílias de baixa renda. Destas, pelo menos 6,7%, aproximadamente 670 mil crianças, estão em situação de pobreza ou extrema pobreza (com renda mensal familiar per capita de até R\$ 218). Quase três em cada quatro dessas famílias são capitaneadas por mães solo (74%), em sua maioria pardas (63,8%) e jovens, com idades entre 25 e 34 anos (47,9%).

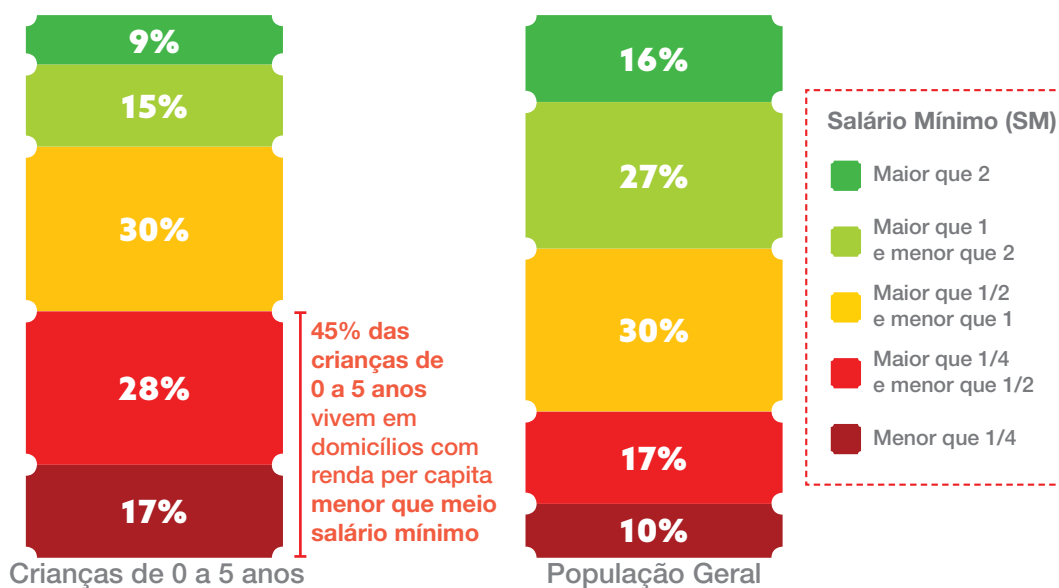
Em 2023, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos viviam em domicílios com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Entre a população geral, esse percentual é de 27%, o que evidencia como o desafio da pobreza atinge mais as crianças que os adultos, como mostra o Gráfico 1.

O dado do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostra ainda as diferentes dimensões de pobreza às quais a infância está submetida: mais de 60% das crianças e adolescentes são privados de seus direitos, considerando as dimensões de alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação¹⁰, evidenciando o fenômeno de pobreza multidimensional.

9 Perfil síntese da primeira infância e famílias no Cadastro Único (Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024).

10 Múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil. Unicef: Brasília, 2023. Disponível em: https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/UNICEF_EPUB_POBREZA_WEB.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

GRÁFICO 1: Distribuição da população por classe de rendimento domiciliar per capita



Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - Contínua (Pnad-C) e Censo Demográfico. Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

Nesse contexto, é urgente a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância que combata os efeitos da pobreza sobre o desenvolvimento infantil. A convicção do efeito positivo de uma política nacional bem implementada vem da ciência. Uma série de experiências já avaliadas mostra que os cuidados com a primeira infância podem proteger o desenvolvimento integral da criança, mesmo nos contextos mais vulneráveis.

2.2 SANEAMENTO BÁSICO

A saúde e o bem-estar de milhões de crianças na primeira infância ainda são ameaçados pela falta de água encanada e sistema de esgoto. Os dados mais recentes do relatório primeira infância no CadÚnico mostram que um milhão de crianças moram em locais sem água encanada. No caso do sistema de esgoto, a situação é ainda mais precária: 46% das famílias com crianças de 0 a 6 anos e que estão cadastradas no CadÚnico não possuem sistema de esgoto onde vivem. O mais alarmante deste cenário é o fato de esses números estarem certamente subnotificados.

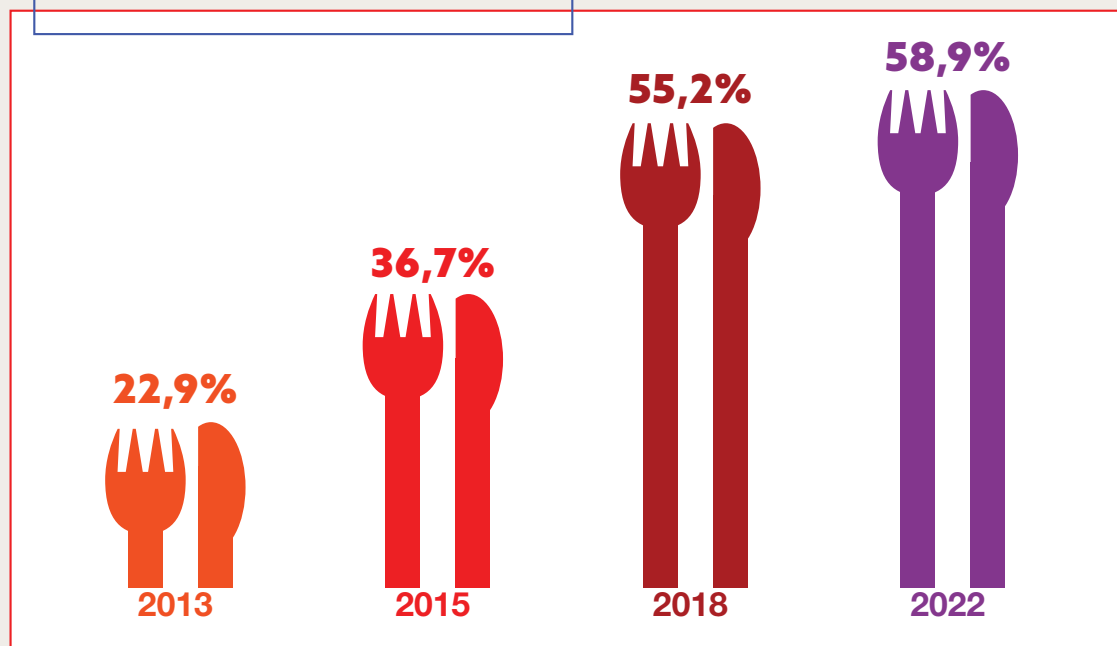
Esses levantamentos não consideram as crianças que fazem parte do que o governo chama de Grupo da População de Territórios Especiais, que englobam povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados e acampados, entre outras minorias. Esses dados também não contemplam milhares de crianças na primeira infância cuja família ainda não conseguiu fazer parte do Sistema do Cadastro Único. Nesses dois grupos, há famílias em situação de extrema vulnerabilidade, que possivelmente vivem em moradias sem acesso a saneamento básico.

Crianças que vivem em locais sem esses serviços básicos sofrem com infecções intestinais frequentes, desnutrição e uma série de outras doenças evitáveis que podem ter impacto em seu desenvolvimento e seu bem-estar. Uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância precisa endereçar esses problemas de infraestrutura com prioridade. Sem a rede básica de saneamento, não há como garantir uma infância saudável e o desenvolvimento pleno das crianças na primeira infância.

2.3 INSEGURANÇA ALIMENTAR

Um dos primeiros reflexos da pobreza extrema é o risco da fome. O crescimento da insegurança alimentar em lares com crianças de até 6 anos acompanhou o aumento da pobreza no país. Uma em cada três moradias com crianças pequenas, no Brasil, enfrenta situação de insegurança alimentar, sendo que os domicílios com crianças menores de 5 anos pretas e pardas são os mais afetados. Neste grupo, o percentual fica em 58,3% e, no caso de crianças brancas ou amarelas, 51,2% (Rede Penssan, 2022). A proporção de domicílios brasileiros vivendo em insegurança alimentar, ou seja, quando a família não sabe se terá acesso à comida em um futuro próximo, mais que dobrou nos últimos nove anos:

GRÁFICO 2: Proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar



Fonte: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado em 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

As diferenças regionais são refletidas nos dados sobre insegurança alimentar. As regiões Norte (25,7%) e Nordeste (21%) concentram, juntas, quase metade da população nessa condição (Rede Penssan, 2022).

Mesmo quando há alimentação disponível, a qualidade do que está sendo oferecido para as crianças também merece atenção. Um estudo¹¹ realizado com pais e cuidadores em 13 capitais mostrou que 59,2% das crianças de 6 a 23 meses haviam consumido alimentos ultraprocessados no dia anterior, como bebidas adoçadas, macarrão instantâneo, salgadinhos e biscoitos. O consumo excessivo de alimentos ultraprocessados não apenas representa uma ameaça de desnutrição, devido ao baixo teor nutricional desses alimentos, como também aumenta o risco de obesidade infantil.

A insegurança alimentar tem impactos sobre a saúde, o crescimento e o desenvolvimento das crianças. Tanto a fome como a ingestão prolongada de alimentos com baixo valor nutricional – como os ultraprocessados – podem levar a quadros de má nutrição, aumento nas hospitalizações, prejuízos na aprendizagem e outras sérias consequências à saúde física e mental da criança, incluindo o desenvolvimento de doenças crônicas que poderão causar impactos ao longo da vida.

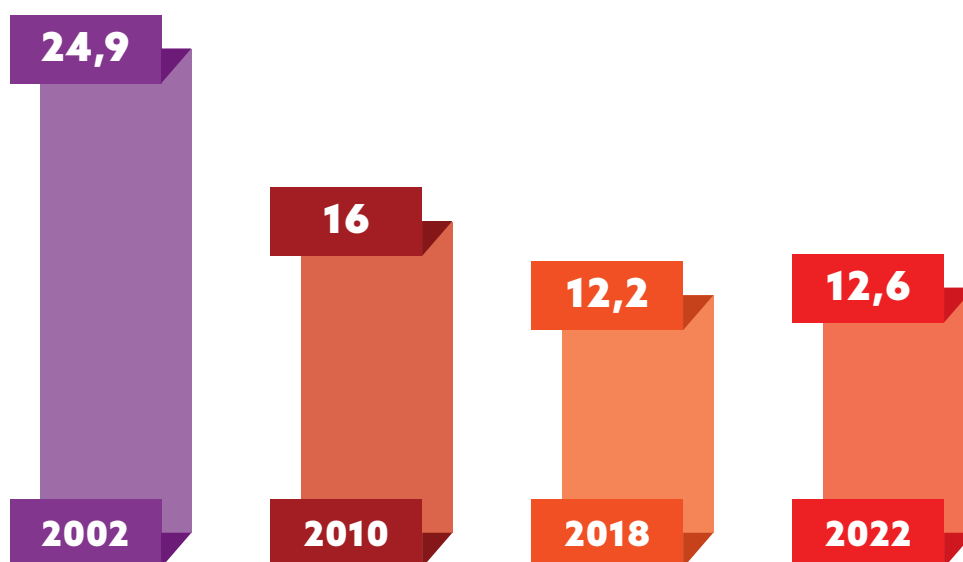
11 Projeto PIPAS 2022: Indicadores de desenvolvimento infantil integral nas capitais brasileiras (Ministério da Saúde, 2023).

2.4 MORTALIDADE INFANTIL E NA INFÂNCIA

A mortalidade de crianças menores de 1 ano tem uma estreita relação com fatores sociais e econômicos, como a escolaridade materna e a riqueza. A mortalidade nessa faixa etária é considerada um indicador da situação de saúde e também das condições de vida de uma população¹².

No intervalo entre 2002 e 2022, houve uma queda de 50% nas taxas de mortalidade infantil das crianças menores de um ano. Ainda que a taxa permaneça alta, acima de 10 para cada mil nascidos vivos, o declínio da taxa de 24,9, em 2002, para 12,6, em 2022, é um indicador positivo. A persistência de uma taxa de mortalidade infantil de dois dígitos, porém, evidencia que ainda há questões críticas a serem enfrentadas.

GRÁFICO 3: Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) para cada mil nascidos vivos



Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (Sim). Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

Nas taxas de mortalidade das crianças menores de 1 ano, chama a atenção as altas taxas de mortes de crianças por causas evitáveis, isto é, aquelas que se enquadram nas seguintes categorias:

- a) reduzíveis pelas ações de imunização;
- b) reduzíveis por meio de atenção à mulher na gestação;
- c) reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto;
- d) reduzíveis por ações, diagnósticos e tratamentos adequados;
- e) reduzíveis por ações de promoção à saúde vinculadas à Atenção Primária à Saúde.

12 *Impactos da desigualdade na primeira infância [livro eletrônico] / Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022.*

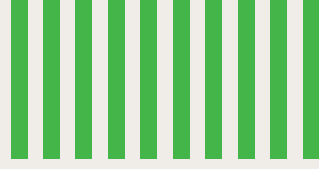
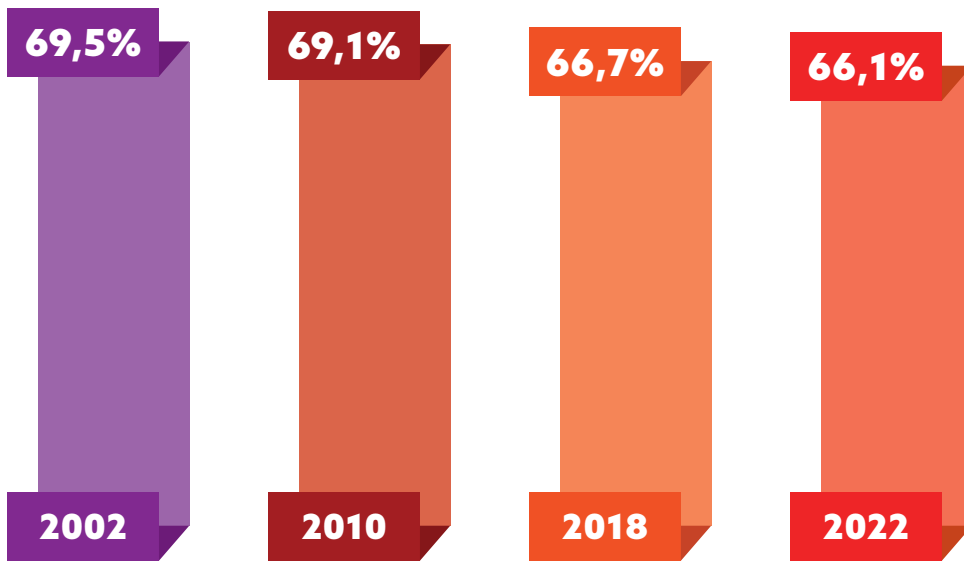


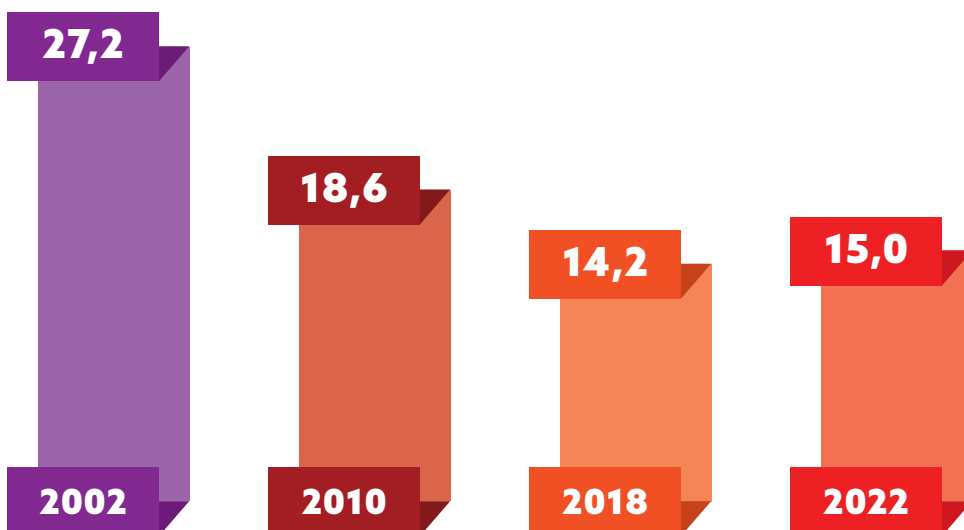
GRÁFICO 4: Proporção de óbitos de menores de 1 ano por causas claramente evitáveis



Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (Sim). Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

A taxa de mortalidade na infância, ou seja, da população de até cinco anos, caiu cerca de 55% entre 2002 e 2022, mas ainda é bastante alta: 15 mortes a cada mil nascidos vivos, como ilustra o gráfico a seguir. Reforçar as ações de promoção do pré-natal, aumentar a cobertura vacinal e intensificar o acompanhamento da criança e de sua família são estratégias importantes para protegê-las. Reforçar as ações de promoção do pré-natal, aumentar a cobertura vacinal e intensificar o acompanhamento da criança e de sua família são estratégias importantes para protegê-las.

GRÁFICO 5: Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) para cada mil nascidos vivos

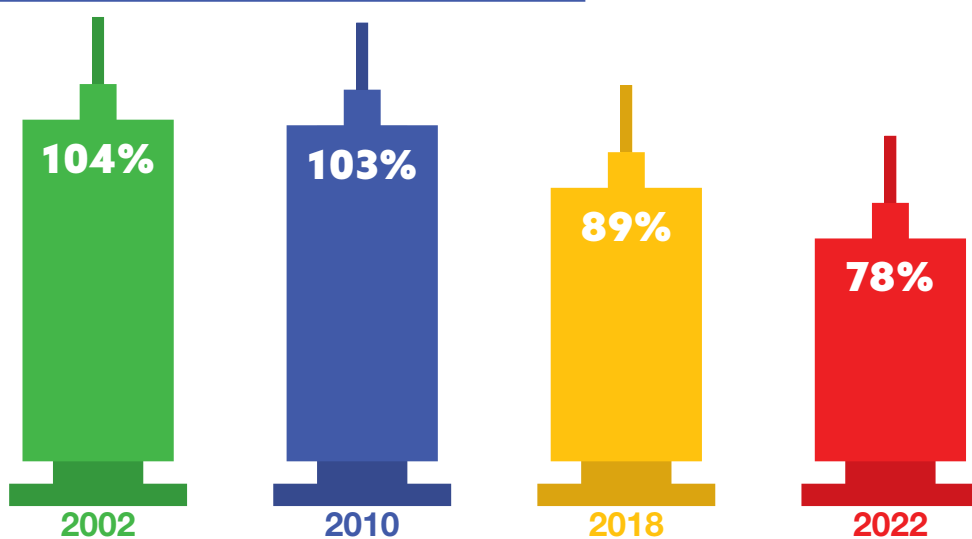


Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (Sim). Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

2.5 COBERTURA VACINAL

O Brasil se tornou referência mundial pela oferta universal de várias vacinas, graças à ampliação da imunização com o Programa Nacional de Imunização (PNI). Isso contribuiu para a eliminação, no país, de doenças como sarampo, rubéola e poliomielite. No entanto, a cobertura vacinal de importantes imunizantes para a primeira infância, como BCG, Penta, Tríplice (primeira e segunda doses) e Hepatite B (em crianças de até 30 dias), registrou uma queda preocupante ao longo dos anos¹³. Isso deixa especialmente a população infantil mais vulnerável a doenças que apresentam maior chance de causar sequelas e mortes. As taxas, que giravam em torno de 100%¹⁴, entre 2002 e 2010, caíram para 78%, em 2022.

GRÁFICO 6: Proporção de cobertura vacinal



Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS). Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

¹³ *Campanha Nacional de Seguimento e Vacinação de Trabalhadores da Saúde contra o Sarampo. 2021, Ministério da Saúde: Brasília, DF.*

¹⁴ *Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações.*

Além da diminuição da cobertura em todo o território nacional, outro fato preocupante é a distribuição bastante desigual nos estados e municípios. Roraima, Amapá e Acre apresentaram os percentuais mais baixos em relação ao número de municípios que atingiram as metas de imunização em 2020.

Uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, contemplando a doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes, vinculada a uma frente de trabalho do governo federal focada em saúde, pode reverter esse cenário. Isso garantiria não só a recuperação da cobertura vacinal, mas, também, a promoção de estratégias para lidar com os determinantes sociais da saúde.

2.6 ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil de qualidade, que engloba a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 e 5 anos), é uma das estratégias mais eficazes no combate às desigualdades que se iniciam desde o nascimento. Pesquisas feitas em diferentes partes do mundo – algumas acompanhando as crianças até a velhice e também suas próximas gerações – comprovam.

Na última década, o país avançou muito na ampliação do acesso, nos marcos legais e também na conscientização sobre a importância dessa fase na trajetória escolar da criança. O Censo Escolar, divulgado em fevereiro de 2024, mostra o aumento de 5,3% nas matrículas em creches e de 4,8% em pré-escola. Ainda assim, o Brasil não cumpriu as metas previstas pelo Plano Nacional de Educação, de inclusão de 50% das crianças em creches e 100% na pré-escola. A cobertura chegou a 40,1% nas creches e, na pré-escola, está em 93,9%, conforme dados da Pnad 2023, sem ter alcançado a necessária universalização. Mais de 375 mil crianças estão fora da pré-escola, etapa obrigatória da educação básica.

Como o acesso a esses serviços é marcado por desigualdades, são as crianças pobres que mais estão sendo privadas desse direito, como pode-se perceber nos Quadros 1 e 2, a seguir. Eles mostram o atendimento em creches e na pré-escola das crianças brasileiras. Em ambos os dados, percebe-se que as coberturas variam entre os quintis mais baixos e mais altos de renda, 1 e 5, respectivamente, mostrando que, mesmo no acesso à pré-escola, etapa obrigatória da educação básica, os 20% da população mais pobre têm menos acesso do que aqueles que estão entre os 20% mais ricos no Brasil.

Em paralelo ao desafio do acesso, é importante avançar na qualidade dos serviços. O país precisa de metas de qualidade que contemplem a infraestrutura, o currículo, as práticas pedagógicas e a gestão da educação infantil. Uma educação de qualidade tem um potencial transformador no desenvolvimento da criança e em toda a sua trajetória escolar, profissional e como cidadã. Uma série de estudos comprovam que a criança que recebe o atendimento de qualidade na educação infantil, em comparação àquelas que não têm essa oportunidade, vai ter um desempenho melhor nas próximas etapas educacionais sucessivamente, o que aumentará as suas chances de frequentar a escola por mais tempo, de ter um emprego melhor e de fazer melhores escolhas ao longo da vida. Isso porque essa é uma etapa fundamental de preparação das bases da criança, tanto do ponto de vista de interações sociais como de aprendizados relacionados à linguagem, números e proporções.

No Brasil, uma pesquisa que mediu o resultado do fechamento das escolas durante a pandemia dá a proporção da diferença que a educação infantil pode fazer para a primeira infância. Entre 2020 e 2021, “as crianças praticaram menos atividades físicas, tiveram menos oportunidades de interagir e brincar com outras crianças, ficaram mais tempo diante das telas, receberam menos estímulos de aprendizado e, como consequência, aprenderam menos” (p. 41)¹⁵.

Os valores estimados por esse estudo produzido no município de Sobral, no Ceará, sugerem que as crianças que vivenciaram o segundo ano da pré-escola em 2020, já com ensino remoto, avançaram apenas 39% em Linguagem e 48% em Matemática em relação ao que aprendeu o grupo de crianças, de 2019, com atividades presenciais (equivalente a 6 e 7 meses de aprendizado no ano).

Todos esses dados mostram que as centenas de milhares de crianças de 4 e 5 anos que estão fora da escola estão deixando de receber uma formação essencial para todo o seu percurso educacional.

15 Um estudo em Sobral/CE. Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE) – UFRJ e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022). Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/impacto-aprendizadem-covid-sobral/>.

QUADRO 1: Estimativa de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a creche por faixa de renda

Ano	1º quintil Mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil Mais ricos	Total
2002	9,1%	11,3%	14,1%	21%	34,6%	15%
2010	16,7%	19,5%	25,2%	30,6%	40%	23,5%
2018	26,5%	31,7%	36,4%	45,3%	50,2%	35,6%
2022	28,9%	32,2%	40,6%	46,1%	53,2%	37,3%
2023	30,9%	36,5%	43,1%	50,1%	55,5%	40,1%

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad-C) e Censo Demográfico. Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

QUADRO 2: Estimativa de crianças de 4 e 5 anos que frequentam pré-escola por faixa de renda

Ano	1º quintil Mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil Mais ricos	Total
2002	56,9%	62,9%	71,4%	79,2%	89,7%	67,8%
2010	73,6%	77,8%	81,9%	86,4%	92,7%	80,1%
2018	92,2%	92,7%	93,7%	95,2%	98%	93,7%
2022	89,5%	91,3%	94,3%	96,1%	97,5%	93%
2023	90,3%	93,6%	94,9%	97,4%	98,1%	93,9%

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad-C) e Censo Demográfico. Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

16 Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância. Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI). Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf.

2.7 RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O racismo na primeira infância é um assunto de crescente preocupação entre pesquisadores e profissionais da saúde, educação e assistência social e do Judiciário. Diversos estudos¹⁶, como o *working paper* “Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância”, do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI)¹⁷, apontam que experiências de discriminação e preconceito vivenciadas por crianças de comunidades racializadas podem ter efeitos negativos duradouros em seu desenvolvimento e comprometer a construção da sua autoestima, autoimagem e identidade racial, além de gerar problemas de saúde física e mental e de sociabilização.

O racismo estrutural pode limitar o acesso dessas crianças a serviços de qualidade, oportunidades educacionais e ambientes de suporte, contribuindo para disparidades em saúde e educação que persistem na vida adulta. Essa compreensão enfatiza a necessidade de políticas que abordam diretamente o impacto do racismo na primeira infância.

O racismo afeta o desenvolvimento infantil em diferentes frentes: saúde física e mental, comportamento e aprendizagem. A partir de um amplo conjunto de evidências, o estudo *Como o racismo pode impactar o desenvolvimento infantil*¹⁸, do Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard (EUA), constatou que o racismo estrutural, manifestado nas discriminações cotidianas, inclusive no acesso a serviços públicos, afeta negativamente o desenvolvimento das crianças. A soma do estresse cotidiano causado por discriminações e estereótipos negativos prejudica tanto as crianças como o bem-estar dos seus cuidadores.

O racismo na primeira infância também tem efeitos prejudiciais no desenvolvimento das crianças brancas. Embora possam ser menos evidentes ou diretos, esses efeitos podem incluir o desenvolvimento de atitudes discriminatórias, inseguranças relacionadas à identidade racial e dificuldades na formação de relacionamentos saudáveis com crianças de outras origens raciais e/ou étnicas. Por meio dessas experiências, as crianças brancas podem internalizar ideias de superioridade racial e desenvolver crenças de que merecem privilégios e oportunidades especiais em comparação com seus colegas negros. Essa percepção distorcida da realidade pode se refletir em suas interações sociais, escolhas educacionais e futuras oportunidades de emprego, criando, assim, uma base para os privilégios presentes e futuros das crianças brancas. Portanto, é essencial que as políticas e práticas destinadas a combater o racismo na primeira infância abordem não apenas as necessidades das crianças racializadas, mas, também, desafiem ativamente os privilégios e as normas sociais que perpetuam a desigualdade racial.

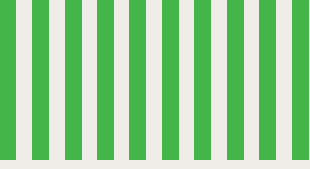
Não há como falar de racismo sem falar de interseccionalidade. As interações entre marcadores sociais nas vidas de grupos minoritários de direitos nos permitem enxergar que, em nossa sociedade, existem vários sistemas de opressão: os de raça ou etnia, gênero, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outros, que se relacionam entre si, se sobrepõem e demonstram que a combinação entre estes fatores faz com que indivíduos ou grupos sejam discriminados ou excluídos de diferentes formas. Meninas e meninos negros, por exemplo, podem vivenciar o racismo de diferentes formas ao serem atravessados pela questão de gênero.

Somente ao reconhecer e enfrentar essas disparidades sistêmicas podemos promover um desenvolvimento saudável e equitativo para todas as crianças, independentemente de sua raça, origem étnica ou qualquer outra característica que venha a ser motivo de discriminação. Para o desenho de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância que trate do combate ao racismo de forma transversal é indispensável considerar todo o conjunto de sistemas de opressão que alimenta o ciclo de perpetuação das desigualdades históricas, agravando as sobreposições de desigualdades de renda, gênero e raça. É essencial promover políticas e ações antirracistas e anticapacitistas nas iniciativas e programas criados no âmbito da PNPI.

O RACISMO ESTRUTURAL, MANIFESTADO NAS DISCRIMINAÇÕES COTIDIANAS, INCLUSIVE NO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS, AFETA NEGATIVAMENTE O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS. A SOMA DO ESTRESSE COTIDIANO CAUSADO POR DISCRIMINAÇÕES E ESTEREÓTIPOS NEGATIVOS PREJUDICA TANTO AS CRIANÇAS COMO O BEM-ESTAR DOS SEUS CUIDADORES

17 Centers for Disease Control and Prevention (2019). *Preventing Adverse Childhood Experiences: Leveraging the Best Available Evidence*. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. Disponível em: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/82316>.

18 Infographic. *How Racism Can Affect Child Development*. Center on the Developing Child, da Universidade de Harvard. 2021. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/resources/racism-and-ecd/>.



2.8 VIOLÊNCIA

19 *Prevenção de violência contra crianças [livro eletrônico] / Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.*

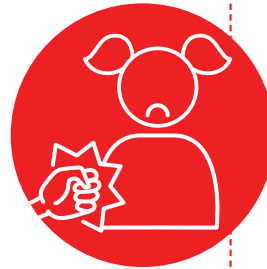
A violência expõe as crianças a riscos contra a sua saúde, o seu desenvolvimento e a própria vida¹⁹. Ainda que subnotificados, os dados do Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mostram que a violência contra crianças e adolescentes aumentou. Entre o primeiro semestre de 2023 e do ano anterior, o número de denúncias cresceu em 24% e o de violações, 35%, chegando a, respectivamente, 97.341 denúncias e 560.080 violações. Em crianças na primeira infância, a maior parte das agressões ocorre dentro de casa. A criança é afetada pela violência física, sexual, psicológica e pela negligência, que pode ser física, emocional e educacional.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Violência sexual

- Abuso sexual
- Exploração sexual comercial
- Tráfico de seres humanos



Violência Física

- Uso de força contra a criança; agressão física
- Produção de ferimentos no corpo, como machucados, queimaduras e hematomas



Violência Psicológica

- Discriminação, depreciação, desrespeito por meio de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação



Negligência

- Física
- Emocional
- Educacional



Violência online

- Consiste no uso do espaço virtual para intimidar, hostilizar ou humilhar uma pessoa, difamando, insultando ou atacando moralmente, de acordo com a Lei nº 14.811/2024.

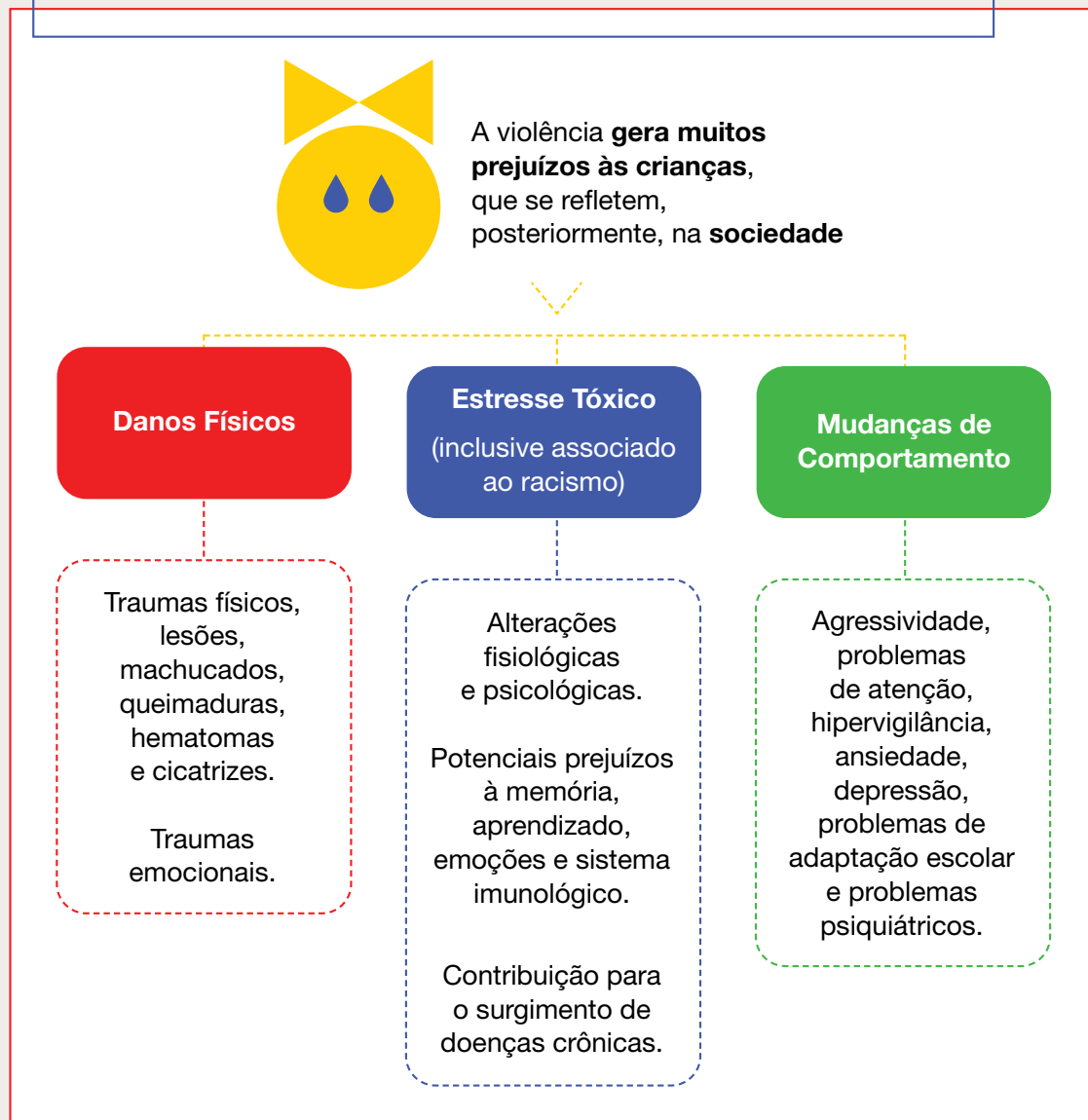


Trabalho Infantil

- A idade mínima para o trabalho, sob qualquer condição, é de 14 anos. Os dados mostram, porém, que a exploração do trabalho infantil, no Brasil, começa ainda na primeira infância, a partir dos 5 anos, tanto nas áreas rurais como urbanas.

Os danos causados pela violência para essa faixa etária podem ser divididos em categorias: na saúde física, como efeito do estresse tóxico e na mudança de comportamento:

COMO A VIOLÊNCIA AFETA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS?



Quadro reproduzido do Working Paper 10 - Prevenção da Violência contra as crianças, do Núcleo Científico de Pesquisa Infantil, 2023. Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

Embora a quantidade de mortes por agressão tenha diminuído no período entre 2002 e 2022, 129 crianças de até 6 anos morreram vítimas de violência nesse último ano. O número é alarmante, principalmente considerando que poderiam ser evitadas com a implementação de programas voltados à parentalidade afetiva, à proteção, à prevenção à violência e ao acompanhamento da família.

QUADRO 3: Número de óbitos por agressão nas crianças menores de 6 anos

Ano	Óbitos por Agressão	Total de Óbitos	Percentual de óbitos por agressão
2002	203	66.678	0,30%
2010	189	45.182	0,42%
2018	219	39.699	0,55%
2022	129	37.553	0,34%

Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (Sim), Análise das CID X85-Y09 e Y35. Elaborado por Todos Pela Educação, 2024.

2.9 DESARTICULAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SETORES

Os dados apresentados aqui evidenciam os principais desafios que uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância precisará endereçar de forma imediata para proteger todas e cada uma das crianças na primeira infância, no presente. Não há espera tolerável para a fome, a desnutrição ou a exposição a violências. Para que essas transformações aconteçam na ponta dos serviços que chegam à população há, entretanto, uma outra camada complexa de obstáculos que essa política precisará contemplar desde o seu desenho. Trata-se da necessidade de estabelecer a lógica de **atuação intersetorial** entre áreas que, tradicionalmente, sempre funcionaram na dinâmica setorial.

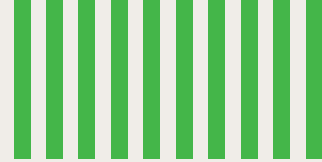
Todas as principais áreas governamentais têm alguma necessidade de articulação intersetorial, porém, a primeira infância só pode ser entendida pela lógica da intersectorialidade, pois essa variedade de setores faz parte da sua constituição. Não há como desenhar a atenção à primeira infância sem os cuidados com a saúde, a assistência social e a educação ou sem considerar aspectos como segurança alimentar e proteção. Outro aspecto essencial de uma política de primeira infância é focar na criança e em sua família. Ao longo de toda a fase que contempla desde a gestação até os 6 anos, o ambiente familiar é peça-chave no desenvolvimento infantil. A efetividade no campo da primeira infância, portanto, depende de ações que abarquem de forma conjunta tanto a esfera individual como a familiar e comunitária, em um funcionamento muito singular em comparação a outros setores.

2.10 AUSÊNCIA DE COLABORAÇÃO EFETIVA ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

A colaboração entre as esferas de governo, nos três âmbitos, é indispensável para avançarmos nos indicadores de primeira infância. A **atuação interfederativa** é crucial num país com 5.570 localidades, sendo 5.568 municípios e dois distritos (o federal e Fernando de Noronha), dos quais mais de 90% têm menos de 100 mil habitantes. A maioria desses municípios tem baixas capacidades estatais para implementar políticas públicas, como mostram estudos recentes²⁰.

Isso vale para o conjunto das políticas públicas, mas é ainda mais verdadeiro no campo da primeira infância, pois sua parte em cada setor tem, em geral, menor desenvolvimento institucional do que as demais, como exemplifica o caso das

20 FULLAN, Michael; QUINN, Joanne (2015). *Coherence: The Right Drivers in Action for Schools, Districts, and Systems*. Corwin: Quebec, GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. (Org.). *Capacidades Estatais Municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1. 714p., 2021.



creches, ciclo educacional com menores avanços na área da Educação. A escassez de estrutura e recursos dos municípios é um tema fundamental para a primeira infância, uma vez que é nessa esfera que os serviços são prestados, é no território que as famílias e as infâncias vivem. Sem receber apoio de outra esfera governamental, a maioria das cidades não consegue atuar sozinha em uma agenda que alavanque o desenvolvimento e a ruptura das desigualdades. A colaboração intergovernamental é o alicerce para que os governos locais construam, paulatinamente, sua autonomia para atuar na primeira infância.

2.11 FINANCIAMENTO DE AÇÕES FOCADAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Para finalizar nosso quadro de desafios, é importante frisar que não há política pública sem orçamento dedicado. Nos últimos anos, ocorreram avanços no financiamento da primeira infância. Houve a recomposição do investimento do Programa Criança Feliz (+18%) e da Educação Infantil - implantação (+99%) e manutenção (+97%). Além disso, um relatório de 2023 da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento mostra que o orçamento das ações para a primeira infância foi ampliado de R\$ 19,6 bilhões, em 2022, para R\$ 27,1 bilhões, em 2023 – alta de 38,3%.

No entanto, ainda não há uma política voltada para esse público com um orçamento próprio para ser operacionalizada. Mesmo o orçamento de cada área de governo ainda não conta com a discriminação de investimentos na primeira infância. A formulação do orçamento deve considerar a adoção de mecanismos que permitam a compreensão do investimento realizado de forma direta em serviços, programas e benefícios para essa faixa etária, permitindo, assim, o devido controle social. Além disso, é necessário adotar mecanismos de proteção e de garantia de financiamento prioritário, como a destinação de um percentual do PIB para essa política e a obrigatoriedade de alocação de recursos em diversas áreas, incluindo a assistência social. No Brasil, ainda não é possível entender quais são e de onde virão os recursos para o planejamento e a execução de ações voltadas à primeira infância.

Experiências nacionais e subnacionais: subsídios para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

Nas seções anteriores, buscamos responder por que o Brasil precisa de uma PNPI. Primeiro, porque as evidências científicas demonstram que a primeira infância é a grande janela de oportunidade para o desenvolvimento pleno da criança e da sociedade como um todo. Segundo, porque a falta de efetivação dos direitos garantidos no arcabouço legal ainda é muito grande no país, ameaçando o desenvolvimento das crianças e contribuindo para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza. Destaca-se, ainda, um terceiro motivo: o Brasil já conta com ações importantes em prol da primeira infância, seja no governo federal ou nos governos subnacionais. E, dessa forma, temos pontos de partida fundamentais, que precisam ser ampliados, fortalecidos e aprimorados, mas que já nos mostram caminhos possíveis para transformar a realidade da primeira infância, garantindo a efetivação dos direitos das crianças e o desenvolvimento de uma sociedade com menos pobreza e desigualdade.

Esta seção apresenta uma breve síntese de algumas experiências brasileiras de destaque, em nível federal, estadual e municipal, sobre a primeira infância. Não se tratam, necessariamente, de iniciativas com resultados já avaliados ou mensuráveis em todas as frentes em que se propõem a atuar – e, certamente, há muito espaço para revisão e melhoria. Elas são apresentadas aqui, entretanto, porque (i) partem de premissas que possuem respaldo da literatura consolidada em primeira infância e (ii) considerando o ponto de operação em que se encontram, já acumulam conquistas e aprendizados que podem qualificar o debate e inspirar estratégias na construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

3.1 EXPERIÊNCIA FEDERAL

Ao longo das últimas décadas, diversas iniciativas buscaram contribuir para uma atenção mais efetiva, protetiva e orientada para os direitos da criança pequena, inclusive no âmbito do seu pleno desenvolvimento. Estratégias como Saúde da Família, Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis, Amamenta e Alimenta Brasil são exemplos nesse sentido. O direito à creche e a obrigatoriedade da pré-escola também merecem menção, assim como as políticas específicas que foram aprovadas para fortalecer ainda a integralidade desse cuidado, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da Criança.

Programas como Bolsa Família, Brasil Carinhoso e Criança Feliz também merecem destaque, dado o foco em famílias com crianças na primeira infância em situação de pobreza.

O Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do governo federal, conta com importante articulação intersetorial, uma vez que prevê condicionalidades nas áreas de saúde e educação, estratégias acertadas para redução da pobreza (inclusive a multidimensional). Há evidências de que o programa tem impacto na redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade. Um estudo do Ipea²¹, de 2019, calcula que as transferências do programa reduzem a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%, além de ser responsável por 10% da redução da desigualdade entre 2001 e 2015, chegando até 17%, entre 2001 e 2006, período de sua maior expansão. O programa poderia ter um efeito ainda maior se os valores das transferências fossem maiores na

21 Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para discussão. IPEA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf.

época. Na atual reformulação do Bolsa Família, houve dois avanços fundamentais para a primeira infância: a concessão do valor adicional de R\$ 150 para cada criança de 0 a 6 anos e o restabelecimento das condicionalidades relacionadas à saúde e educação para o recebimento do benefício. O estudo que traçou o perfil da primeira infância no CadÚnico²² evidenciou a importância do Bolsa Família para políticas públicas de erradicação da pobreza. Entre as 10 milhões de crianças cadastradas, 81% delas (cerca de 8,1 milhões) estariam em situação de pobreza ou extrema pobreza (com renda mensal familiar per capita de até R\$ 218), sem o auxílio de nenhum programa de transferência de renda. No entanto, quando se considera o Bolsa Família na composição da renda familiar, o número de crianças nessa situação cai para apenas 6,7% (670,8 mil).

O Programa Brasil Carinhoso, criado em 2012, é uma das mais significativas experiências de gestão intersetorial entre educação, saúde e assistência social. Durante seu período de maior destaque, o programa desenvolveu ações para a melhoria da renda, da saúde e da educação, e foi indicado por especialistas como importante para a promoção do desenvolvimento integral das crianças. As ações de educação no âmbito do Brasil Carinhoso consistiam no repasse de recursos adicionais para os municípios aumentarem a oferta de vagas em creche para crianças em situação de pobreza - filhos das famílias atendidas pelo Bolsa Família. Os repasses equivaliam a 50% a mais do valor per capita do Fundeb para cada nova criança que passava a ser atendida, incluía reforço em 30% do valor da alimentação escolar e ações na área da saúde, como o fornecimento de vitaminas, incentivo à vacinação, entre outras. A retomada do Brasil Carinhoso nos moldes originais exige a revisão do atual texto da Lei nº 12.722/2012.

Lançado em outubro de 2016, o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Suas foi fundamentado no Marco Legal da Primeira Infância, lei do mesmo ano que cria diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas especificamente voltadas à fase que vai até os 6 anos. Seu objetivo é apoiar as famílias para que promovam o desenvolvimento integral das crianças pequenas, a partir da visita domiciliar e do fortalecimento da intersetorialidade. O Criança Feliz está alinhado com uma série de evidências que mostram os impactos desse tipo de estratégia na vida das crianças. Um exemplo de resultados positivos é o jamaicano *Reach Up*, um dos programas de visita domiciliar mais estudados do mundo. Pesquisas demonstraram que o *Reach Up* contribuiu para o aumento da escolaridade, salários 25% mais altos na idade adulta, redução da participação em atividades ilegais e níveis mais baixos de depressão. Outro estudo da área, o Perry Preschool, do estado americano de Michigan, acompanhou até a vida adulta 123 crianças de famílias de baixa renda que ingressaram na educação infantil aos 3 e 4 anos e outro grupo que não teve a mesma oportunidade. A trajetória da próxima geração de crianças, filhos dos primeiros grupos acompanhados na infância, também foi analisada. Os resultados mostram ganhos nas duas gerações que receberam o atendimento de educação infantil de qualidade.

No mesmo período de criação do Programa Criança Feliz, também foi instituída a Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância e o primeiro comitê focado nessa faixa etária com coordenação dessa setorial. O programa está atualmente em processo de reordenamento para ser ofertado como um serviço socioassistencial. Por sua capilaridade e potencial de impacto na vida das crianças, o programa é uma das principais estratégias nacionais a serem consideradas em uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

O PROGRAMA BRASIL CARINHOSO, CRIADO EM 2012, É UMA DAS MAIS SIGNIFICATIVAS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO INTERSETORIAL ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

22 Perfil síntese da primeira infância e famílias no Cadastro Único (Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024).

3.2 EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS

a) RIO GRANDE DO SUL

O Primeira Infância Melhor (PIM) é uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, criada em 2003 e instituída como lei estadual em 2006, que já atendeu a mais de 288 mil crianças e 67 mil gestantes e, hoje, está presente em aproximadamente 84% dos municípios do estado²³.

Política pública pioneira e com mais de 20 anos de implementação, o PIM é uma ação transversal de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância do estado do Rio Grande do Sul. O programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares e comunitárias realizadas semanalmente a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando ao fortalecimento de suas competências para educar e cuidar de suas crianças. Desde a sua criação, o PIM apoiou mais de 245 mil famílias na promoção do desenvolvimento da infância e os resultados promissores do programa serviram de inspiração para a criação, em 2016, do Programa Criança Feliz, do governo federal.

Além do longo histórico de sucesso na implementação do programa, outra iniciativa recente do governo gaúcho chama a atenção: a integração de dados intersetoriais do estado e dos municípios no “Dashboard da Primeira Infância”. Trata-se de um painel de dados que reúne informações atualizadas para apoiar gestores estaduais e municipais na tomada de decisão, monitorar o impacto das políticas públicas e orientar a construção e a definição das metas do Plano Estadual da Primeira Infância. Lá estão contempladas as cinco dimensões do cuidado integral da primeira infância: saúde, nutrição, cuidados responsivos, segurança e proteção e aprendizado.

Vale destacar que o PIM já foi objeto de sucessivas avaliações, inclusive externas, que comprovaram os efeitos positivos do programa sobre o desenvolvimento infantil, a parentalidade e as interações familiares, assim como na saúde da criança e na ampliação de acesso a serviços. Entre os resultados²⁴ destacados nessa avaliação, estão o aumento de 28,8 horas por semana do tempo que o cuidador passa com as crianças e uma probabilidade 62,4% menor de uso de punições físicas contra elas²⁵.

b) PERNAMBUCO

O Programa Mãe Coruja é uma iniciativa criada em 2007 com o objetivo de oferecer apoio às mães pernambucanas, antes e depois do nascimento de seus filhos e prestando atenção integral às gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos seus bebês, garantindo a eles um desenvolvimento saudável nos primeiros anos de vida. O programa está presente em 105 municípios pernambucanos, nas 12 regionais de Saúde do estado, com gestão municipal no Recife e Ipojuca.

Um aspecto central para o sucesso e a continuidade do programa foi a forte articulação e regime de parceria entre o estado e os municípios, uma experiência que guarda muitos aprendizados para a política nacional de primeira infância.

No caso pernambucano, cabe ao governo estadual acompanhar a criança e a gestante, articulando o cuidado, por meio de ações nos eixos do desenvolvimento social, saúde e educação. As gestantes são encaminhadas aos Círculos de Educação e Cultura, assim como a programas de qualificação profissional, segurança alimentar e nutricional, além de receberem o kit do bebê (com uma série de itens para auxiliar na higienização, saúde e conforto da mulher e do recém-nascido), após o pleno acompanhamento do pré-natal. Já as crianças têm assegurado pelo estado o direito à cidadania, com acesso

23 Avaliação do programa Primeira Infância Melhor. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Infografia. 1/11/2022. Disponível em <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/infografico-primeira-infancia-melhor>.

24 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações.

25 Infográfico: Avaliação do programa Primeira Infância Melhor (PIM). Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2022. Disponível em: <https://fgvclear.org/website/wp-content/uploads/fmcsv-pim-web.pdf>

à documentação e à inscrição no Programa Leite de Todos, sempre que for necessário. A administração municipal, por sua vez, fica responsável pelas instalações do Canto Mãe Coruja, além de atuar pelo fortalecimento das redes de atenção primária e de cuidados à gestante, participando do planejamento e do monitoramento das ações para a redução da mortalidade infantil e o estímulo ao desenvolvimento da mãe e da criança.



c) CEARÁ

Criado em 2015, o programa Mais Infância, no estado do Ceará, é uma iniciativa governamental intersetorial dedicada a melhorar a qualidade de vida das crianças e suas famílias. A Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos administra o programa em cooperação com diversos órgãos do estado e em regime de colaboração com os municípios, com o apoio do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará. O Mais Infância oferece uma variedade de serviços e benefícios, incluindo o Cartão Mais Infância Ceará, um programa de transferência de renda cujo objetivo é reduzir a pobreza infantil. Ele beneficia famílias que possuem crianças de 0 a 6 anos que estão em situação de extrema vulnerabilidade social.

Um destaque importante da experiência cearense na primeira infância é o uso integrado e estratégico de dados para formular, implementar, monitorar e avaliar as iniciativas do Programa Mais Infância. O governo possui um sistema próprio de monitoramento e acompanhamento dos beneficiários do Cartão Mais Infância. O banco de dados é alimentado pelos Agentes Sociais Mais Infância, profissionais de nível superior que atuam em todos os municípios cearenses. Os agentes sociais trabalham em parceria com os Cras (Centros de Referência de Assistência Social) municipais e são responsáveis por visitar as famílias beneficiadas e coletar informações acerca do impacto de serviços, benefícios e auxílios do governo. Essas informações e dados de proteção social são compilados na plataforma analítica Big Data Social, cujo objetivo é apresentar uma visão integrada e transparente de indicadores sobre auxílios sociais de educação, moradia, trabalho e renda para gestores públicos, órgãos de fomento, organizações não governamentais, pesquisadores e população em geral.

d) ALAGOAS

Criado em 2015, O Programa Criança Alagoana (Cria) tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças da primeira infância, desde a gestação até os 6 anos, englobando os aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a família e o seu contexto de vida, mediante ações complementares e de transferência direta de renda, com condicionalidades.

A convergência e o caráter intersetorial das ações foram definidos como eixo estruturante do projeto, com a criação dos Comitês Estratégico e Técnico da Primeira Infância, em 2016. O Comitê Estratégico da Primeira Infância de Alagoas foi composto pelos secretários de Estado da Saúde, da Educação e da Assistência e Desenvolvimento Social, e coordenado pela primeira-dama de Estado, como representante da sociedade civil. Também foi criado o Comitê Técnico, coordenado por um representante do gabinete do governador e composto por técnicos das secretarias envolvidas. A criação de comitês intersetoriais, em 2016, e de uma Secretaria Estadual de Primeira Infância, em 2022, foram importantes passos dados pelo estado de Alagoas e que devem servir de modelo para o governo federal, já que a articulação dos diferentes órgãos e iniciativas que contribuem para o desenvolvimento da agenda de primeira infância é essencial para o sucesso da política.

Em 2019, foi estabelecido o Pacto Estadual pela Primeira Infância de Alagoas, integrando atores do Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas, do Judiciário, da sociedade civil e da universidade.

3.3 EXPERIÊNCIAS MUNICIPAIS

a) RECIFE (PE)

Com foco nas diretrizes para políticas públicas que garantam o desenvolvimento integral de crianças de até 6 anos, a Prefeitura de Recife sancionou, em maio de 2018, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 18.491/2018). **Para orientar e articular a execução**



das políticas públicas municipais com base no Marco Legal da Primeira Infância, foi instituído, em 2020, o Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife, que conta com cinco eixos estratégicos: Direito à Educação e Cultura, Direito à Saúde, Direito à Assistência Social e Direitos Humanos, Direito ao Espaço Urbano, Governança e Intersectorialidade.

Uma iniciativa de sucesso recifense com importante impacto para a primeira infância é o Centro Comunitário da Paz (Compaz), concebido com foco na prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário, com quatro unidades em Recife. Planejados para atuarem como “fábricas de cidadania”, os espaços oferecem uma vasta quantidade de serviços e atendimentos gratuitos, como cursos de capacitação e atividades educacionais, esportivas e culturais. O Compaz é um exemplo de equipamento público que integra uma vasta gama de serviços essenciais para famílias e crianças na primeira infância, ressaltando a importância de a política nacional ter objetivos integrados que busquem o fortalecimento de comunidades de forma holística e do investimento em espaços públicos seguros, lúdicos e enriquecedores para as crianças. O Compaz proporciona e estimula a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos.

A convivência comunitária complementa essa educação, proporcionando oportunidades de interação social, aprendizado colaborativo e construção de vínculos fora do núcleo familiar. Juntos, esses ambientes oferecem suporte emocional, cultural e educacional, contribuindo para o desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças. Neles encontram-se bebetecas, que são espaços com ênfase na fase do 0 aos 3 anos que, além de estimular a criança, funcionam como uma potente fonte de elo entre família e bebê.

b) BOA VISTA (RR)

A linha mestra da política pública para a primeira infância em Boa Vista é o programa Família Que Acolhe, criado, em 2013, por meio da Lei Municipal nº 1.545/2013. Ele atua de modo intersectorial no cuidado da criança desde a gestação até os 6 anos, garantindo acesso a serviços de saúde, educação e desenvolvimento social. Trata-se de uma política pública integrada, coordenada por um Comitê Intersectorial de Primeira Infância, em operação desde 2013.

A Universidade do Bebê e a Visitação Domiciliar são as principais atividades do programa. Esses projetos consistem em encontros para orientar os pais sobre o pré-natal, planejamento familiar, fortalecimento dos vínculos familiares, estímulos à saúde do bebê, desenvolvimento infantil e direito da criança.

A assiduidade dos pais garante vaga nas Casas Mães, as creches da prefeitura. A cidade também conta com os programas Leite da Família e Leitura Desde o Berço, além de atividades e uma estrutura na área urbana voltada para o acolhimento das crianças. Uma lição importante ofertada para a política nacional pela experiência de Boa Vista é como a intersectorialidade é chave para o sucesso e funcionamento integrado e sequência das ações, assim como o poder do uso de incentivos para as famílias, como a garantia ou priorização de vagas em creches.

Boa Vista foi o primeiro município do país a montar um sistema de monitoramento da Educação Infantil com base num importante instrumento, desenvolvido por um conjunto de nações lideradas pela Unesco, o MELQO - *Measuring Early Learning Quality Outcomes* (Medindo Resultados sobre a Qualidade da Educação Infantil, em tradução livre).

BOA VISTA FOI O PRIMEIRO MUNICÍPIO DO PAÍS A MONTAR UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM BASE NUM IMPORTANTE INSTRUMENTO, DESENVOLVIDO POR UM CONJUNTO DE NAÇÕES LIDERADAS PELA UNESCO

Desde 2019, o município possui um currículo de Educação Infantil alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Um destaque é que Boa Vista desenvolveu um manual com orientações didáticas para educadores e gestores implementarem o currículo.

Um destaque do município foi a estratégia de investir na criação e melhoria de parques e praças voltados à infância e à convivência intergeracional, garantindo para as crianças e famílias o direito à cidade, ao lazer, ao meio ambiente, à cultura e fortalecendo a experiência do brincar, da experiência ao ar livre e do contato com a natureza.

Tanto a experiência de mais de dez anos de operacionalização de uma política intersetorial de primeira infância, por meio de um comitê voltado para a área, como o pioneirismo e a experiência do município em monitorar a qualidade da educação infantil poderão fornecer subsídios fundamentais para o desenho e a implementação de uma política nacional.

c) JUNDIAÍ (SP)

As políticas públicas com foco na primeira infância, em Jundiaí, integram o programa municipal “Cidade das Crianças”, baseado em oito pilares: Direito de brincar, Garantir autonomia, Promover a participação, Direito à saúde, Direito à educação, Direito à cultura, Ferramentas de desenvolvimento e Rede internacional.

O Cidade das Crianças é estruturado a partir de um arcabouço legal que teve início em 2017, com a implementação da Política Municipal da Criança na Cidade. Em 2018, foi instaurado, na prefeitura, o Grupo de Trabalho Intersetorial “Criança na Cidade”, com participação de representantes de diferentes áreas, como Educação, Cultura, Esportes, Saúde, Assistência Social e Urbanismo.

Jundiaí investiu em espaços públicos diversos e descentralizados com arquitetura e ambiência adequadas para programação cultural, criativa e de lazer específica para a faixa etária de 0 a 6 anos, com ampla diversidade de linguagens artísticas. Iniciativas como essas são fundamentais para o desenvolvimento pleno e integral das crianças, uma vez que oferecem espaços de convivência familiar e ampla oferta de ambientes que promovam o contato das crianças com a natureza.

O município enfatizou a importância dos espaços naturalizados e da ampla exposição das crianças e seus cuidadores a ambientes naturais, com espaços de livre brincar como estratégia para promover o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial na primeira infância e para o afastamento do excessivo contato com telas.

O programa engloba uma série de ações, incluindo o “Comitê das Crianças”, uma espécie de conselho onde as crianças debatem propostas de políticas públicas. Em Educação, mais especificamente, foi desenvolvido o conceito “Escola Inovadora”, que busca qualificar o ambiente escolar de modo a facilitar processos de ensino e aprendizagem, incluindo a formação continuada de educadores.

A experiência de Jundiaí destaca a importância e a riqueza de espaços para a escuta ativa das crianças na formulação e no monitoramento das políticas públicas, assim como a importância de equipar e fortalecer a rede de Educação Infantil para a eficácia e o sucesso de políticas de primeira infância.



d) SÃO PAULO (SP)

A cidade de São Paulo tem uma trajetória importante na pauta da primeira infância, a partir de uma perspectiva intersetorial. Em 2013, o município instituiu a política São Paulo Carinhosa, implementada até 2016. A política teve a articulação de 14 secretarias municipais relacionadas à primeira infância e concentrou-se nos territórios de maior vulnerabilidade social e com os piores indicadores da cidade. As ações partiam da abordagem de atenção integral à criança, com foco na renda, educação e saúde.

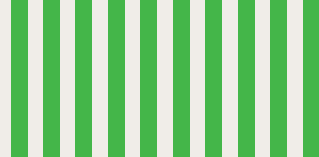
Além dessa experiência, a cidade de São Paulo foi uma das primeiras a instituir uma lei municipal específica para a primeira infância, a Lei nº 16.710, de 10 de outubro de 2017, que institui a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância. Também foi pioneira na elaboração de um Plano Municipal pela Primeira Infância, com metas e ações com horizonte temporal delimitado. A política, cuja implementação está prevista para ocorrer até 2030, estabelece a necessidade de elaboração de um plano de ação quadrienal para cada mandato da gestão municipal. O desenvolvimento do plano 2021-2024 envolveu 15 secretarias municipais e definiu metas intermediárias para 2022 e 2024, assim como um conjunto de iniciativas para o seu alcance.

O processo de desenvolvimento de uma política municipal de primeira infância em São Paulo apresentou uma característica importante para o desenvolvimento e a implementação de uma política nacional: o planejamento participativo. Na experiência paulistana, foram acrescentadas estratégias e dimensões analíticas para a redução da desigualdade, a partir do diálogo com a sociedade civil. Os seminários regionais de planejamento participativo foram chave para o detalhamento das dificuldades e das prioridades nos distritos da cidade. Os encontros referendaram a necessidade de um enfoque territorial, que vise à redução das desigualdades, conforme o diagnóstico já mostrava. A escuta das crianças também enfatizou a importância de tornar o ambiente da cidade e os equipamentos públicos mais acolhedores para elas.



Recomendações para uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância





Como apresentado no primeiro capítulo deste documento, as recomendações para uma **Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIFI)**, no Brasil, são resultado de um extenso processo colaborativo que incluiu imersões em experiências subnacionais, seminários técnicos, reuniões, conversas com especialistas, organizações e outros atores importantes para a pauta. A riqueza deste processo está na diversidade de vozes e conhecimentos que contribuíram para entender as diferentes realidades do país.

As propostas apresentadas a seguir têm o intuito de cooperar para a instituição inédita de uma Política Nacional Integrada que considere as evidências científicas e os avanços legais de políticas públicas conquistados ao longo das últimas décadas, e se constituir como o grande motor de enfrentamento à pobreza e às desigualdades socioeconômicas desde o início da vida, garantindo a prioridade absoluta à criança, como manda a Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, a PNIFI tem como escopo a proteção e o cuidado integral de todas as crianças e seus cuidadores, considerando a priorização daquelas em situação de vulnerabilidade social, a partir das múltiplas infâncias dos diversos contextos familiares, territoriais e regionais. Dada a ampla abrangência de ações do Estado para a garantia do cuidado integral na primeira infância, não se pretende aqui esgotar as possibilidades de arranjos para a formulação e a implementação da Política Nacional Integrada. Ao contrário, busca-se apontar os **elementos estritamente essenciais que tal política deve contemplar como primeiro passo no sentido de promover o desenvolvimento integral, sobretudo para as crianças que mais precisam**. É importante destacar que a abrangência de todos os direitos garantidos no arcabouço legal não supõe uma hierarquização entre eles, no entanto, para que a PNIFI ganhe forma e seja implementada nos territórios, é necessário organizar as ações e os serviços segundo critérios de abrangência e capacidade articuladora dos diferentes níveis de governo.

Dessa forma, a PNIFI deve estar ancorada na perspectiva de progressividade de ações. Ou seja, a Política Nacional Integrada não deve ser estática, mas, sim, aberta para considerações dos diversos atores envolvidos na sua implementação, de modo a possibilitar incrementos que aproximem todas as ações das definições do **artigo 5º do Marco Legal da Primeira Infância**:

Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

CUIDADOS INTEGRAIS COM A PRIMEIRA INFÂNCIA

Como o próprio Marco Legal aponta, os cuidados integrais com a primeira infância ultrapassam o direito à Educação, Saúde, Proteção e Assistência Social e avança para uma variedade de áreas e temas que impactam a vida - seja nas cidades, no campo, nas florestas ou nas águas. O acesso à cultura, esporte e lazer, o planejamento urbano e as políticas de meio ambiente, por exemplo, afetam diretamente crianças na primeira infância. Vale lembrar que está em tramitação no Conanda a atualização do Plano Nacional de Primeira Infância, elaborado em 2010 pela Rede Nacional da Primeira Infância com alta participação da sociedade. Esses e outros assuntos devem, portanto, ser contemplados no Plano Nacional Integrado de Primeira Infância e incorporados nas ações da PNIFI, de modo a ampliar sua abrangência progressivamente. O documento de escuta a especialistas e gestores, no Anexo 2, apresenta uma relação de ações necessárias de estarem contempladas na PNIFI, a partir do aumento progressivo de sua abrangência.

Entretanto, no contexto de apoiar o governo federal com insumos para o desenho da primeira PNIFI, este grupo fez a escolha de se concentrar nos eixos considerados iniciais nessa construção, entendendo que uma vez desenhada e implementada, ela será continuamente aprimorada e ampliada para atender a todas as dimensões que afetam as múltiplas infâncias do país.

A figura a seguir apresenta a abrangência de ações que devem ser contempladas numa **perspectiva temporal de crescimento da Política Nacional Integrada para a primeira infância, de modo que o país alcance seu objetivo final: o atendimento integral e integrado de todas as crianças**. O centro da figura representa as áreas nas quais a PNIFI deve focar de imediato, com sentido de urgência, e a partir das quais deve ocorrer a construção das estruturas de governança intersetorial e interfederativa.

Uma vez em curso o funcionamento da política de primeira infância nas áreas centrais do cuidado integral, deve-se passar a acontecer a expansão para as outras dimensões:

No âmbito das secretarias de Esporte e Cultura; na área do planejamento urbano, incluindo o direito à mobilidade urbana; o acesso a espaços públicos preparados para garantir o livre brincar e o movimento; no desenho de estratégias de grandes obras, tendo sempre o cuidado com o impacto sobre as crianças como prerrogativa prioritária; no direito à habitação e acesso à infraestrutura básica de serviços para morar e viver com dignidade e saúde; em todos os assuntos relacionados aos cuidados com o clima e o meio ambiente; na proteção das crianças frente aos riscos do meio digital; na garantia de segurança alimentar a qualquer tempo, em qualquer contexto e a todas as crianças.

Na esfera da ampliação de direitos para o cuidado integral, vale destacar a importância de se estabelecer a licença paternidade estendida para 20 dias para todos os trabalhadores, como prevê o Marco Legal da Primeira Infância e a extensão da licença maternidade para 180 dias. O esforço do grupo de trabalho que conduziu por mais de seis meses as análises sobre essa medida na Câmara dos Deputados fez avanços sobre os seus impactos tanto do ponto de vista da criança como do orçamento. A expectativa é de que, no desenho da PNPI, as discussões sobre o assunto já tenham amadurecido para que esse direito seja, a partir de então, efetivado.

FIGURA 1: Elementos a serem observados de maneira gradual pela PNPI



Nesse sentido, é fundamental que a Política Nacional Integrada seja constantemente monitorada, avaliada e debatida para que aperfeiçoamentos e ampliações de escopo sejam incorporados ao longo de sua implementação, tornando-a cada vez mais efetiva na melhoria da vida das crianças da nação brasileira.

Desafios do Marco Legal que devem ser considerados na Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

Cumpre destacar que, para a formulação e a implementação de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, olhar para os desafios de efetivação do Marco Legal é um passo diagnóstico importante. Nesse sentido, alguns aspectos estruturantes não definidos pelo atual arcabouço legal devem ser considerados no desenho da PNIP para que, de fato, os princípios e as diretrizes expressos na legislação sejam implementados em todo o território nacional, sobretudo nas regiões onde o atendimento à primeira infância é mais desafiador.

O relatório de avaliação sobre o cumprimento do Marco Legal, concluído pela Controladoria Geral da União (CGU)²⁶, em 2021, apresentou um diagnóstico do cenário atual das políticas públicas federais voltadas à primeira infância, a partir da análise das ações desenvolvidas por seis ministérios: Saúde; Educação; Cidadania; Justiça e Segurança Pública; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e, por fim, Ministério da Cultura. As conclusões apresentadas pelo órgão endossam as preocupações e os pontos críticos rastreados pelo trabalho do GT do CDESS:

*Todas as áreas do escopo desenvolvem ações voltadas à primeira infância. No entanto, estas são **executadas de forma independente e descoordenada. Não há uma política que as integre, tampouco coordenação intersetorial que as envolva, numa ação conjunta. As ações mapeadas, em sua maioria, não possuem elementos de monitoramento e avaliação** – essenciais ao acompanhamento do alcance dos resultados pretendidos e que possibilitam a realização dos ajustes necessários ao longo de sua execução. A transparência é marcada por uma **precária divulgação dos resultados das ações**, o que dificulta o controle social. **A falta de identificação e divulgação dos recursos orçamentários evidenciam uma priorização comprometida da primeira infância.***

Controladoria Geral da União, 2021, p.53.

26 Relatório de Avaliação da Controladoria-Geral da União (Ministério da Cidadania; Ministério da Educação; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério da Saúde e Ministério da Cultura), exercício 2020. Janeiro/2021

Logo, é evidente que um dos principais obstáculos para a efetivação do Marco Legal diz respeito à complexidade da atuação intersetorial necessária para o desenvolvimento integral das crianças. Por isso, além de trazer a questão da integração como eixo prioritário da política, é fundamental que haja, no desenho da PNIP, uma instância no governo federal capaz de garantir a coordenação, a prioridade política e com poder de convocação de todos os ministérios envolvidos no cuidado integral da primeira infância, permitindo o planejamento e a efetivação coordenada de ações multissetoriais. Nesse sentido, é importante que essa instância de coordenação da PNIP esteja alocada não no âmbito de ministérios finalísticos, mas, sim, em órgãos que possuam atuação transversal dentro do governo.

A falta de integração entre áreas essenciais compromete a efetividade das ações, minando o potencial das políticas de promover o desenvolvimento integral, inclusive nos serviços já existentes. Além disso, também há o desafio de integração de bases de dados dos serviços públicos, o que prejudica o acompanhamento integral da

criança e, também, a realização de diagnósticos mais precisos que possam direcionar e aprimorar as políticas de atendimento à primeira infância.

Além da governança intersetorial, o país não possui uma estrutura de governança interfederativa robusta em torno das ações de primeira infância, na qual União, estados, Distrito Federal e municípios possam articular esforços implementados nos territórios. Apesar de definir que o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação e de apontar para uma atuação em regime de colaboração, o Marco Legal delimita uma estrutura de governança, porém, essa estrutura não foi plenamente adotada pelos entes federativos. Na ausência de tais definições, surge a pulverização de algumas iniciativas – que acabam não alcançando a escala necessária em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde há profundas diferenças de atuação entre os estados. Dessa forma, uma Política Nacional Integrada para a primeira infância deve contemplar a implementação de uma governança interfederativa, baseada no federalismo cooperativo.

Nesse sentido, será essencial a criação de mecanismos de indução destinados aos governos subnacionais. A lei afirma que a União buscará a adesão dos entes federados à abordagem intersetorial no atendimento dos direitos da criança na primeira infância, com oferta de assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distritais e municipais. No entanto, atualmente, pouquíssimos entes subnacionais possuem tal documento. Além de não ter uma estrutura robusta para a oferta de apoio técnico aos entes federativos na formulação dos planos, também faltam mecanismos para apoiar técnica e financeiramente os governos subnacionais na implementação do documento. A indução e o apoio aos estados e municípios - assim como o estímulo à colaboração entre Estados e seus respectivos municípios - são fundamentais para o fortalecimento dos serviços essenciais, como a ampliação e qualificação de equipamentos públicos destinados à primeira infância, bem como para a garantia da integração entre os diferentes serviços.

Por fim, para que o Marco Legal da Primeira Infância se materialize em uma Política Nacional Integrada, é importante que famílias, governos e a sociedade tenham clareza sobre quais são os serviços essenciais para o desenvolvimento na primeira infância. Do ponto de vista das famílias, conhecer os serviços aos quais seus filhos têm direito potencializa os cuidados destinados à criança, além de contribuir para que pressionem o poder público pela ampliação e qualificação dos atendimentos. Do ponto de vista dos governos, auxilia na priorização das ações e na viabilização de uma política integrada, que pode começar com os serviços essenciais e se expandir para todos os outros direitos garantidos pela legislação.

A INDUÇÃO E O APOIO AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - ASSIM COMO O ESTÍMULO À COLABORAÇÃO ENTRE ESTADOS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS - SÃO FUNDAMENTAIS PARA O FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Premissas para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

As recomendações apresentadas neste documento estão orientadas por nove premissas fundamentais para o processo de formulação. São elas:

1. Avançar do arcabouço legal para a efetivação e a entrega dos direitos em todo o território brasileiro, para todas as crianças, garantindo a prioridade absoluta definida constitucionalmente. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância são o ponto de partida, e a PNPI é o meio para alcançar o ponto de chegada: a garantia dos direitos e o desenvolvimento integral de cada criança;
2. Promover a cooperação interfederativa envolvendo União, estados e municípios, com espaço para participação e diálogo de diferentes atores e setores, considerando a diversidade territorial, de contextos e infâncias do país, as desigualdades e as heterogeneidades de capacidades dos entes subnacionais;
3. Definir estrutura de governança intersetorial, incluindo comitês e instrumentos de ação articulada entre os setores, que permitam o planejamento, o financiamento, a implementação e a avaliação da PNPI e que promovam o atendimento pleno às crianças e suas famílias, concretizando a intersetorialidade dentro da política;
4. Fortalecer as políticas setoriais prioritárias, tais como Saúde, Assistência Social e Educação e, também, a área de proteção, que engloba ao menos três setores: o de Justiça, de Segurança Pública e a área de Direitos Humanos, que possui papel de articulação e políticas como Disque 100, Registro de Nascimento e Conselhos Tutelares;
5. Não basta integrar as áreas, é preciso que cada uma seja fortalecida para a expansão e a qualificação de seus respectivos atendimentos à primeira infância;
6. Focalizar as ações com vistas ao combate às desigualdades. A PNPI deve ser alavanca de equidade, nas suas diversas dimensões, atendendo, prioritariamente, à população em situação de maior vulnerabilidade social e garantindo os direitos das múltiplas primeiras infâncias;
7. Promover políticas e ações antirracistas, de forma transversal, nas iniciativas e programas criados no âmbito da PNPI;
8. Assegurar o acesso prioritário em espaços inclusivos às crianças com deficiência para garantir, de forma transversal, o atendimento de suas especificidades, fundamental ao seu desenvolvimento integral, em condições de igualdade com as demais crianças. Além disso, é essencial promover ações específicas para enfrentar situações de vulnerabilidade desse público, bem como de crianças negras, quilombolas e das múltiplas etnias do país, incluindo crianças imigrantes;
9. Promover o brincar e o contato com a natureza, de forma transversal, no desenho de programas, serviços e diretrizes da PNPI.

Propostas para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

3

A proposta de caminhos para a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância foi estruturada a partir de três eixos complementares entre si:

■ Sistema de Informação Integrado da Primeira Infância

A gestão integrada de dados e informações consolidará e integrará dados dos setores e serviços em um Sistema Integrado da Primeira Infância.

■ Serviços setoriais fortalecidos e integrados

Para fortalecer e integrar as políticas de serviços básicos, inicialmente abrangendo as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação, juntamente com iniciativas de Proteção e Justiça e Direitos Humanos.

■ Comunicação com as famílias e cuidadores

Para apoiar a jornada de atenção à primeira infância, o cuidado integral e a promoção do desenvolvimento infantil, a partir da Caderneta da Criança.

As recomendações aqui apresentadas buscam indicar uma arquitetura geral para o início da estruturação da Política Nacional Integrada, com seus elementos essenciais. A partir desse arcabouço, é fundamental que as ações sejam aprofundadas e ampliadas com base no diálogo interministerial e interfederativo, com a participação da sociedade.

Essa estruturação permite a ampliação progressiva da política, tanto em termos de serviços públicos incluídos em seu escopo como na expansão dos públicos atendidos. Uma boa política pública é aquela que já antecipa o potencial de abrangência futura, e a PNIPI nasce assim, com enorme potencial de mudar a trajetória dos brasileiros e do Brasil.

UMA BOA POLÍTICA PÚBLICA É AQUELA QUE JÁ ANTECIPA O POTENCIAL DE ABRANGÊNCIA FUTURA, E A PNIPI NASCE ASSIM, COM ENORME POTENCIAL DE MUDAR A TRAJETÓRIA DOS BRASILEIROS E DO BRASIL

FIGURA 2: Desenho proposto para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância



3.1 EIXO 1: SISTEMA DE INFORMAÇÃO INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Um importante desafio das políticas de primeira infância a ser superado com a PNIP, como já exposto, é a integração dos serviços setoriais, mantendo a criança na centralidade das ações e focando na jornada de atendimento necessária para o desenvolvimento integral. Para isso, um dos principais avanços necessários é a integração de dados de distintos setores, que permita a visualização da criança em uma perspectiva holística, contemplando os elementos essenciais dos cuidados integrais, que incluem saúde, nutrição, parentalidade, educação, segurança, renda e moradia.

Por essa razão, recomenda-se que a PNIP promova a criação de um Sistema de Informação Integrado da Primeira Infância, capaz de conectar as diferentes bases de dados das áreas de Saúde, Educação, Assistência, Proteção, Justiça, Direitos Humanos e todas as áreas que se relacionam com a proteção da infância, entre outros sistemas de informações. O objetivo desse sistema será possibilitar a visualização

de todo o histórico de acompanhamento da criança nos serviços essenciais, o que permitirá a tomada de decisão baseada em dados e a identificação de situações de alerta em que a criança ou sua família não esteja acessando os seus direitos. Assim, os diferentes setores que atendem às crianças e suas famílias passam a ter acesso compartilhado aos registros, a partir de um identificador único, como o CPF.

A criação desse sistema está em consonância com a atual legislação. A Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, estabelece o CPF como número único e suficiente para a identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, de modo que, até janeiro de 2025, os órgãos e as entidades tenham a interoperabilidade entre os cadastros e as bases de dados. Além disso, no art. 11, caput e §§ 1º e 2º do Marco Legal da Primeira Infância, e no art. 5º da Lei nº 12.662/2012, na redação dada pela Lei nº 13.257/2016 (art. 42 do Marco Legal da Primeira Infância), está prevista a criação de um sistema informatizado para registro unificado do desenvolvimento da criança. Esse arcabouço evidencia a confluência da proposta com ações já em andamento ou em discussão na administração pública federal.

Além da legislação, a criação do Sistema Integrado da Primeira Infância também está em linha com os esforços de integração de dados que estão sendo empenhados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no âmbito do Portal Gov.br. Importante destacar, ainda, os esforços do Ministério da Saúde para a integração de dados com a área de Assistência Social, a partir da Secretaria de Informação e Saúde Digital. Na educação, o MEC vem trabalhando na criação de um conjunto mínimo de dados (CMD) a serem coletados e integrados entre os entes da federação, algo ainda inexistente na governança interfederativa da área. A definição do CMD garante o acompanhamento da trajetória escolar da criança, por meio das informações de matrícula, registro de frequência e justificativas das ausências. As discussões em curso podem, ainda, considerar informações que apoiem a gestão de vagas para a educação infantil, como determina a recém-sancionada Lei nº 14.851/2024, que trata do levantamento e divulgação da demanda por vagas em creches. Tais experiências do governo federal são janelas de oportunidade para a instituição de um sistema de dados voltado para a primeira infância.

O Sistema Integrado poderá facilitar e incentivar a criação de protocolos de integração das ofertas e fluxos locais de atenção integrada dos serviços, de modo a contribuir para que cada criança acesse seus direitos, sobretudo as que estão em situação de maior vulnerabilidade social. É importante que este sistema reúna informações sobre os atendimentos oferecidos às crianças com deficiência, indígenas, quilombolas, vítimas ou testemunhas de violência.

A ação integrada de diferentes setores é uma alavanca para o endereçamento das desigualdades e pode tornar mais efetiva a atenção de situações de maior complexidade, como crianças em situação de violência, desnutrição, gestantes adolescentes em idade escolar, vacinação atrasada, em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família, crianças fora da escola, crianças com deficiência e outras. Um sistema integrado é um valioso instrumento para o planejamento e a gestão de ações de maneira mais estratégica, tanto intersetoriais como setoriais. Com um diagnóstico mais preciso sobre as crianças, é possível planejar a expansão e a qualificação de serviços com otimização de recursos. O potencial desse sistema pode ser exemplificado a partir de:

O SISTEMA INTEGRADO PODERÁ FACILITAR E INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE PROTOCOLOS DE INTEGRAÇÃO DAS OFERTAS E FLUXOS LOCAIS DE ATENÇÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS, DE MODO A CONTRIBUIR PARA QUE CADA CRIANÇA ACESSE SEUS DIREITOS, SOBRETUDO AS QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL.

- Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família: um sistema integrado melhora a gestão do programa, facilitando o acompanhamento das condicionalidades por parte dos entes subnacionais;
- Priorização da primeira infância em políticas sociais: a partir de uma visão integral da situação socioeconômica das famílias com crianças na primeira infância, é possível criar processos de priorização focados nesse público-alvo. Exemplo: priorização de famílias com crianças em idade correspondente à primeira infância e a adoção de padrões urbanísticos específicos para essa etapa no programa Minha Casa, Minha Vida;
- A visão única da criança e sua família possibilitará o monitoramento do atendimento da rede de atenção à primeira infância, numa via de mão dupla. O sistema poderá ser usado para enviar mensagens e alertas para recordar as famílias sobre os atendimentos da criança (pré-natal, acesso a hospitais, aleitamento materno, vacinação, consultas, matrículas, canais de proteção contra violências, apoio para a parentalidade responsiva, entre outros) e pode também ser usado para apoiar gestores na busca ativa de crianças e suas famílias;
- Cruzamento entre dados de diferentes áreas para aperfeiçoar a oferta de serviços e políticas públicas, além de melhorar essas ofertas.

Já existem estados e municípios que estão desenvolvendo seus próprios sistemas, a partir do reconhecimento da necessidade e dos benefícios da integração de dados dos diferentes setores. Dada a heterogeneidade de capacidades estatais, no entanto, essas experiências não alcançam a escala necessária e possuem diferentes graus de maturidade. O governo federal poderá se beneficiar do conhecimento acumulado pelas experiências subnacionais para a construção de um sistema informatizado que será base para a Política Nacional Integrada para a primeira infância, além de essencial para a implementação eficaz das ações alinhadas às demandas específicas nos territórios.

A manutenção dos dados atualizados por todos os setores, cujas bases de informações serão integradas, e a qualidade e a confiabilidade dessas informações são essenciais para que o sistema desempenhe o papel para o qual foi criado: permitir a visão integral da criança e dos atendimentos pelos quais ela passou. Para isso, é fundamental fornecer formação continuada aos profissionais que trabalham diretamente com o sistema, considerando, inclusive, a possibilidade de se criarem incentivos para a manutenção da base de dados atualizada.

Uma referência mundial que pode guiar as áreas que precisam ser monitoradas é o Nurturing Care Framework, criado pela Organização Mundial de Saúde, o Unicef e o Banco Mundial. Trata-se de um modelo que prevê cinco domínios de cuidados para garantir o pleno desenvolvimento: boa saúde, nutrição adequada, oportunidades de aprendizagem desde o início da vida, segurança/proteção e cuidados responsivos. Outra referência está no monitoramento do progresso da meta 4.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), feita pela iniciativa Countdown 2030²⁷, que reúne informações para acompanhar os resultados de cada uma das propostas dos ODS.

²⁷ Disponível em:
[https://www.
countdown2030.
org/](https://www.countdown2030.org/)

Meta 4.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

“Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.”

3.2 EIXO 2: SERVIÇOS SETORIAIS FORTALECIDOS E INTEGRADOS

O Brasil ainda precisa avançar muito nas políticas setoriais que atendem às crianças e suas famílias nos primeiros anos de vida. Não basta integrar as ações se os serviços não são oferecidos de maneira adequada nos territórios, tanto em termos de acesso como de qualidade. Como apresentado nas duas primeiras partes deste relatório, o governo federal conta com importantes políticas e programas setoriais voltados, direta ou indiretamente, para a primeira infância e que são de responsabilidade de ministérios específicos, como Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Essas ações ainda precisam ser fortalecidas e integradas para alcançarem as crianças que mais precisam e garantir a elas a qualidade dos serviços essenciais para o desenvolvimento pleno.

Uma Política Nacional Integrada para a primeira infância deve contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas, iniciando pela Saúde, Assistência Social e Educação, cuja responsabilidade é setorial. A partir da governança intersetorial, é fundamental definir as ações prioritárias de cada ministério voltadas à primeira infância, bem como o planejamento e o monitoramento de indicadores e metas. Nesse sentido, a PNIPi tem o importante papel de garantir a prioridade política da pauta nos diferentes ministérios, bem como de definir com os ministérios caminhos práticos para o fortalecimento das ações ministeriais, setoriais e intersetoriais.

Para fortalecer as políticas setoriais, é imprescindível estabelecer uma governança interfederativa baseada no regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Essa abordagem tem por objetivo expandir e qualificar a oferta de serviços nos territórios, levando em conta a diversidade de cada um deles e os diferentes diagnósticos embasados em dados, inclusive a partir do Sistema de Informação Integrado da primeira infância. O modelo de governança deve incorporar mecanismos de indução e colaboração, com papéis, responsabilidades e incentivos definidos para viabilizar o movimento de expansão e qualificação dos serviços. Por isso, recomenda-se que a PNIPi atue, inicialmente, sobre o fortalecimento de três políticas setoriais e da proteção, que inclui a atuação do sistema de Justiça, Segurança e Direitos Humanos, descritas a seguir.

Estratégias, serviços e programas ofertados por cada uma das áreas demanda **elementos de ação comum** e que devem ser acompanhados no âmbito do Comitê Intersetorial, dentre os quais:

- A incorporação de metas, prazos e monitoramento em ações de qualquer natureza, desde programas atemporais até iniciativas mais curtas;
- Ampliação de acesso e qualidade das iniciativas por meio do monitoramento das ações, avaliação de processos e seus impactos como estratégia para potencializar o alcance de resultados positivos na vida das crianças e de suas famílias;
- Promoção de capacitação especializada para gestores e profissionais das áreas afins, por meio da formação e da educação permanente. Eles devem ser preparados para lidar com as especificidades da atenção integral na primeira infância, com práticas que alcancem as múltiplas dimensões da criança e de seus cuidadores e avancem para além do olhar para a sobrevivência;
- Priorização de crianças, famílias e populações em situação de múltiplas vulnerabilidades, risco ou violação de direitos;

■ Definição de metas quantitativas e qualitativas para a primeira infância passíveis de acompanhamento do governo e controle social;

■ Mapeamento de relação entre as políticas setoriais e criação de protocolos de integração entre aquelas que possuem mais ligação entre si.

Além disso, cada setor precisa atuar de forma prioritária e estratégica para **potencializar suas ações setoriais**. A seguir, elencamos pontos de atenção nas áreas da Saúde, da Educação, da Assistência Social e no serviço de proteção às infâncias, que envolve as áreas da Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

a) SAÚDE

O Sistema Único de Saúde tem enorme capilaridade e alcance nos diferentes territórios brasileiros. As unidades básicas e demais equipamentos de atenção primária à saúde, em conjunto com as equipes da Estratégia Saúde da Família, conseguem atingir uma parcela expressiva das infâncias presentes no Brasil. A partir da cooperação interfederativa no âmbito do SUS, recomenda-se:

Fortalecer a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Ampliar, fortalecer e qualificar o programa Estratégia Saúde da Família, em nível nacional;

Ampliar o acesso e a qualidade do pré-natal, parto e nascimento e reduzir as taxas de mortalidade infantil por causas evitáveis, em especial em regiões e populações com indicadores acima da média nacional;

Fortalecer as ações de imunização, amamentação exclusiva e acompanhamento nutricional das crianças;

Fortalecer a capacidade da Atenção Primária à Saúde para o manejo de doenças prevalentes na infância, detecção precoce do câncer infantil e coordenação de uma linha de cuidado voltada às doenças crônicas e doenças raras;

Incluir nos critérios de financiamento da Atenção Primária à Saúde indicadores de desempenho focados na promoção do desenvolvimento infantil, com incentivo para ações estratégicas como a ampliação da vigilância do desenvolvimento infantil;

Fortalecer a atenção à saúde mental de mães e demais cuidadores e apoiá-las no fortalecimento da parentalidade positiva;

Ampliar, substancialmente, o pré-natal do parceiro e a capacitação dos homens para participar de tudo o que se refere ao cuidado da gestante, da mãe, do bebê e da criança;

Promover o crescimento e o desenvolvimento saudável, por meio da vigilância alimentar e nutricional, em articulação com o Programa Saúde na Escola, e o enfrentamento a todas as formas de má nutrição e vigilância do desenvolvimento infantil;

Fortalecer a puericultura, em especial a vigilância do desenvolvimento infantil, garantindo a identificação precoce e a oferta de apoio e estimulação adequados, respeitando a necessidade e individualidade de cada criança;

Monitorar o desenvolvimento infantil em nível populacional, permitindo a aferição de Progresso País da meta 4.2, que trata da primeira infância nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, da ONU;

Implementar ações para a prevenção e o enfrentamento das situações de violências e promoção da cultura de paz, em ampla articulação com outros setores, como a Educação e a Assistência Social. Por vezes, é na rede de saúde que se encontram indícios de práticas violentas contra crianças;

Fortalecer o papel dos Comitês de Vigilância dos Óbitos Infantis e Fetais, como estratégia para a definição de ações voltadas ao enfrentamento da mortalidade infantil no país, em especial entre crianças indígenas, negras e refugiadas.

b) ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) tem alta capilaridade no país. Os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) estão presentes nos milhares de municípios do país e no Distrito Federal, com grande potencial de apoio às famílias e fortalecimento de ações voltadas para a promoção de vínculos e desenvolvimento da primeira infância. Nesse contexto, a partir da cooperação interfederativa no âmbito do Suas, recomenda-se:

Ampliar a cobertura e fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros Especializados de Assistência Social (Creas), na Proteção Social Especial, com equipes eficientes, com baixa rotatividade e acesso a processos formativos no âmbito da Educação permanente do Suas para o combate e o enfrentamento da pobreza e demais vulnerabilidades e dos seus efeitos sobre as crianças e suas famílias, atuando na proteção integral, no fortalecimento de vínculos, na parentalidade positiva e no desenvolvimento infantil;

Fortalecer a atenção básica ofertada às crianças de 0 a 6 anos, gestantes e famílias, organizando as ofertas de forma complementar e integrada entre os benefícios e serviços, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 0 a 6 anos e, em especial, o serviço de atenção em domicílio (Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Suas);

Concluir o reordenamento do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Suas, fortalecendo a atenção oferecida em domicílio para crianças, gestantes e famílias em situação de extrema vulnerabilidade, com ênfase na qualidade da implementação dessa oferta, considerando elementos-chave, tais como: a estratégia/metodologia(s) de atenção, a formação das equipes, a supervisão, a frequência das visitas e a integração com os demais serviços existentes no território;

Garantir financiamento contínuo e adequado para a qualificação e a expansão dos programas e serviços socioassistenciais, com prioridade para as primeiras infâncias brasileiras;

Incluir variável focada na ampliação da atenção à primeira infância pelos municípios, em especial para a fase de 0 a 3 anos, a chamada “primeiríssima infância”, nos mecanismos de incentivo por desempenho, como o Índice de Gestão Descentralizada (IGD);

Fortalecer a família como protagonista do cuidado, respeitando as diversas configurações familiares e especificidades territoriais e culturais, como no caso de povos e comunidades tradicionais e indígenas, migrantes e outros;

Apoiar as famílias na prevenção e no enfrentamento às violências e ao racismo;

Promover a articulação da política de primeira infância com os demais serviços

OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) ESTÃO PRESENTES NOS MILHARES DE MUNICÍPIOS DO PAÍS E NO DISTRITO FEDERAL, COM GRANDE POTENCIAL DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E FORTALECIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DE VÍNCULOS E DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

da Assistência Social no território, como moradia (política habitacional para famílias de baixa renda e residentes em áreas de risco), saneamento básico, água potável, ar limpo, entre outros;

Manter, na rede socioassistencial, um olhar cuidadoso e de apoio às famílias extensas, principalmente avós que, nos impedimentos jurídicos de cuidados pelos pais ou em outras impossibilidades, assumem a proteção e o cuidado prolongado das crianças na primeira infância para resguardar a convivência familiar e comunitária. Para isso, é crucial avançar na regulamentação da Guarda Subsidiada, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de prevenir a ruptura dos vínculos familiares. Isso possibilitaria que as crianças permanecessem com a família extensa, recebendo os devidos apoios;

Promover o acolhimento familiar em famílias acolhedoras das crianças na primeira infância afastadas do núcleo familiar, por medida judicial, até que a sua família natural supere as situações que levaram ao afastamento ou que se confirme a necessidade de colocação em família adotiva por meio do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). É fundamental que o acolhimento institucional seja a última alternativa para as crianças na primeira infância;

Articular a política e o plano nacional de cuidado com as demais políticas que, direta ou transversalmente, contribuem para que as crianças e seus cuidadores recebam a atenção zelosa em suas necessidades e segundo seus direitos;

Ampliar o acesso ao Auxílio Primeira Infância e fortalecer a intersetorialidade do Programa Bolsa Família;

Ampliar e fortalecer os serviços de apoio e atenção para as mães em situação de rua com seus bebês/crianças; as crianças em situação de orfandade, em face às possíveis consequências nas dimensões físicas, emocionais e de convivência social; e as crianças cujos pais estão no sistema prisional, uma vez que a prisão dos pais, especialmente da mãe ou de ambos, traz consequências imediatas para as crianças e para o núcleo familiar acerca dos cuidados, da manutenção de vínculos familiares protetivos e saudáveis.

c) EDUCAÇÃO

Especificamente na Educação, destaca-se a necessidade de se expandir e qualificar a oferta da Educação Infantil, tanto nas creches como nas pré-escolas. É fundamental também que a urgência na ampliação da oferta não comprometa a qualidade e não perca de vista a importância de essas unidades contarem com espaço para o movimento, o brincar livre e a interação com a natureza.

No âmbito da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, propõe-se o fortalecimento da Política Nacional de Educação Infantil, com o objetivo de expandir e qualificar a oferta dessa etapa, de forma colaborativa com estados e municípios. Nesse sentido, recomenda-se que esta política envolva como pontos principais:

Criar programa de apoio à expansão e à qualificação da educação infantil, incentivando a colaboração entre estados e municípios, contendo, por exemplo:

- Realização de levantamento local da demanda por creche para a população de até 3 anos nos municípios e, a partir dela, a elaboração de planejamento da oferta, com metas de expansão do atendimento. É importante que o MEC fomente o

planejamento de expansão da oferta envolvendo, em cada território, a participação de órgãos do Sistema de Justiça, de modo a evitar ou reduzir processos de judicialização de demandas por vaga, que prejudicam a equidade no acesso. Embora o Plano Nacional de Educação estabeleça a meta de 50% das crianças na creche, sabe-se que a demanda de cada local varia conforme as características da população. Tendo em vista o melhor interesse da criança e sua família e o bom uso dos recursos locais, é prioritário que cada município identifique sua real necessidade de vagas em creches. A Lei nº 14.851/2024, recém-sancionada, representa um avanço ao dispor sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos, em que o governo federal tem um papel fundamental de apoio aos municípios;

- Articulação com os Comitês Judiciários da Primeira Infância dos tribunais de justiça estaduais, responsáveis pela implementação da Resolução CNJ nº 470/2022, que tem entre seus objetivos a prevenção da judicialização;
- Mapeamento das crianças de 4 e 5 anos que ainda não estão frequentando a pré-escola, seguido da promoção de busca ativa a partir de protocolos intersetoriais.

Instituir mecanismo de financiamento complementar ao Fundeb para apoiar os municípios na garantia do atendimento em creches de qualidade para crianças em situação de maior vulnerabilidade, como no Programa Brasil Carinhoso;

Aperfeiçoar a formação inicial de professores e apoiar as redes na formação continuada voltada para o desenvolvimento infantil integral;

Aprimorar a avaliação na educação infantil dentro do Saeb, a partir de amplo debate, adaptando e testando modelos de mensuração da qualidade da educação infantil utilizados em outros países²⁸, bem como experiências já implementadas no Brasil²⁹. Divulgar essas informações por municípios para que, assim, as redes possam atuar na melhoria de seus indicadores;

Fortalecer a implementação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e adotar os documentos nacionais sobre normas de qualidade na educação infantil no processo de monitoramento e avaliação. Dentre eles, vale destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação; os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, criado, em 2006, pelo Ministério da Educação, e as Diretrizes Operacionais da Educação Infantil, que está em fase de finalização em 2024;

Fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar;

Assegurar a criação de creches e pré-escolas com pátios naturalizados que favoreçam interações com a natureza, desenvolvimento motor e sensorial;

Ampliar e aprimorar a rede de creches rurais, situadas em regiões de alta vulnerabilidade social e econômica;

Acompanhar os dados de inclusão, permanência e aprendizagem das crianças com deficiência na pré-escola;

Garantir os cuidados necessários aos estudantes com deficiências de qualquer natureza; transtornos do espectro do autismo e altas habilidades, incluindo o diagnóstico e atendimento precoces e prioritários, como fundamentais ao desenvolvimento das competências básicas e para assegurar os direitos previstos em legislação para cada uma dessas crianças;

28 Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248053>

29 Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/estudo-nacional-qualidade-educacao-infantil/>

Incorporar a educação infantil, com suas especificidades, nos programas federais considerados estratégicos, tais como o Criança Alfabetizada, o Escola em Tempo Integral, o PNLD, entre outros.

d) PROTEÇÃO E JUSTIÇA

Além das três áreas prioritárias apresentadas acima, é importante que a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância induza a implementação da Lei da Escuta Protegida (Lei nº 13.431/2017), que organiza a atuação de todos os setores e órgãos de atendimento para **evitar a revitimização e garantir a proteção integral** de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências.

Seguindo a lógica da atuação intersetorial e integrada, a coordenação da rede de proteção deve ficar a cargo do **Comitê Intersetorial Municipal** para garantir a efetividade de todos os atendimentos que cada criança e sua família precisam receber, de maneira complementar entre um e outro. A rede local deve ser capaz de articular as mudanças necessárias ao bem-estar da criança, no caso de violações de direitos de qualquer natureza. Esse é o caso, por exemplo, do atendimento educacional e psicossocial, que, nos casos de intercorrências, precisa trabalhar em conjunto no monitoramento do bem-estar da criança ao longo do tempo e, se necessário, voltar a encaminhá-la para serviços de apoio com agilidade. A colaboração intersetorial, fomentada no âmbito do comitê municipal, a elaboração de um diagnóstico do atendimento feito em cada município - para entender o que precisa ser mudado -, a elaboração de um fluxograma de atendimento e de um protocolo de atendimento integrado são essenciais para evitar a revitimização e garantir a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências

Existem experiências bem-sucedidas de concentração física dos diversos atendimentos que fazem parte da Lei da Escuta Protegida num único equipamento, como o Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Vitória da Conquista (BA), e a Casa da Criança e do Adolescente, do estado do Ceará. O objetivo da concentração é agilizar o atendimento, reduzir o sofrimento e garantir a não revitimização de vítimas ou testemunhas de violências. Sabe-se, no entanto, que a realidade, na maior parte dos municípios, não comporta esse tipo de concentração física. Com mais de 90% dos 5.568 municípios do país com menos de 100 mil habitantes, a maioria deles não possui localmente todos os serviços de que precisaria. Atendimentos de saúde de média e alta complexidade, perícia policial e conselhos tutelares, muitas vezes, precisam ser acionados no município de referência. Por isso, mais efetivo do que se pensar na concentração física de serviços, é desenhar um fluxo de atendimento integrado com articulação entre todos os órgãos que compõem a rede de atendimento, com protocolos pactuados entre todos que deixem claro qual é a responsabilidade de cada setor e um sistema de referência e contrarreferência efetivo para garantir agilidade e transparência em toda a trajetória da criança pelos serviços.

Na área de Justiça e Segurança, recomenda-se:

- Proteger as crianças, de todas as infâncias, contra toda a forma de violência, abuso, exploração, omissão e abandono;
- Preparar e estruturar a rede socioassistencial para a identificação e a intervenção precoce em situações de violência doméstica;
- Promover uma política antirracista transversal a todas as áreas³⁰;
- Proteger as crianças dos riscos do meio digital.

Na área de Segurança Pública:

- Prever espaços e profissionais adequados e qualificados para a coleta, guarda provisória e preservação de material com vestígios de violência que serão realizadas pelo Instituto Médico Legal (IML) ou por serviço credenciado do sistema de saúde mais próximo, que entregará o material para perícia imediata³¹;
- Realização do Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes na Segurança Pública por profissionais capacitados no Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e espaços adequados.

Na área de Justiça

- Implementação de salas para o Depoimento Especial, inclusive nas varas criminais.

Para a área de Educação:

- Efetivar os mecanismos de proteção previstos na legislação e garantir que a escola, em toda a Educação Básica, empregue estratégias de prevenção à violência sexual. Além disso, que o tema seja tratado no currículo de forma transversal e de acordo com a compreensão da faixa etária, de maneira contínua e com a parceria entre a família e a sociedade civil para apoiá-la.

Para as empresas:

- As empresas que criam e disponibilizam as plataformas digitais têm a responsabilidade de orientar os usuários e famílias, oferecendo recursos de segurança e informações sobre como mediar o acesso dos mais jovens e de como limitar a presença de crianças em espaços nos quais não deveriam estar.

SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

A expansão e a qualificação dos serviços de Saúde, Assistência Social e Educação podem requerer a construção de novas unidades ou a ampliação da infraestrutura existente nos territórios, como Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Educação Infantil. O mesmo pode ocorrer com a atenção estendida à criança e suas famílias. Pode haver a necessidade de outros equipamentos estruturados a partir de contextos específicos de cada território, por exemplo, para a convivência comunitária, a prevenção de violência ou o fomento da cultura de paz em comunidades expostas a alto grau de vulnerabilidade e risco. É importante avaliar caminhos para disponibilizar para a população uma concentração de ofertas e atividades das diferentes áreas, facilitando o acesso das famílias aos seus direitos e favorecendo a conexão dessas famílias com os demais serviços e equipamentos.

O Brasil já conta com algumas experiências nesse sentido, com diferentes equipamentos focados exclusivamente na primeira infância, que podem contribuir para a discussão de modelos que atendam às necessidades e especificidades de cada território, como o Compaz e o Centro de Referência da Primeira Infância do Recife (Criar). Um diagnóstico aprofundado da característica e necessidades de cada território é prioritário para a definição e a distribuição efetiva de diferentes estratégias que, de forma complementar, atendam às crianças e suas famílias, observando os recursos financeiros disponíveis e as determinações legais.

30 Hathaway, Bill. "Implicit bias may help explain high preschool expulsion rates for black children." *Yale News* (2016). Disponível em: <https://news.yale.edu/2016/09/27/implicit-bias-may-explain-high-preschool-expulsion-rates-black-children>.

31 Lei nº 13.431, de 4 de abril 2017. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm.

3.3 EIXO 3: COMUNICAÇÃO COM AS FAMÍLIAS E CUIDADORES

Como terceiro pilar da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância está a comunicação direta com as famílias para apoiá-las no seu papel de cuidar, proteger, educar e promover o desenvolvimento de cada criança. Essa comunicação deve acontecer de forma integrada e sinérgica no contato da família com cada serviço. É fundamental ter em vista que a família - em qualquer modelo de configuração - é a fonte primeira e permanente de afeto, estímulos e interações com a criança na primeira infância. Por isso, é preciso garantir que chegue até ela toda gama de informações de qualidade sobre o desenvolvimento infantil e o papel do adulto nesse processo; sobre a importância da vacinação, dos marcos de desenvolvimento, da amamentação e da nutrição de qualidade, a razão pela qual deve-se evitar qualquer tipo de violência - mesmo verbal - perto da criança; entre outros aspectos. É fundamental, ainda, comunicar e dar suporte para cuidar da saúde mental do cuidador.

O diagnóstico de uma série de programas, entre eles, o de visitação familiar, mostra que a conscientização das famílias sobre a importância dos primeiros anos de vida, do cuidado, do estímulo, do afeto, são promotores de mudanças de comportamento na família, com impacto positivo no dia a dia da criança em diferentes aspectos do desenvolvimento e, também, de práticas como melhoria de aspectos nutricionais, maior frequência aos serviços de saúde, maior participação nas atividades educacionais, menos uso de práticas punitivas, entre outros.

Por tudo isso, a comunicação é um pilar essencial nos cuidados com a primeira infância. Há múltiplas formas de promovê-la. É importante que a preocupação sobre as formas mais efetivas de se chegar às famílias esteja presente desde as discussões iniciais sobre qualquer programa até a efetivação das estratégias.

É importante, também, que a PNIPI disponha de mecanismo que comunique aos cuidadores das crianças a jornada de atendimento nos serviços públicos aos quais cada criança tem direito de acessar nos primeiros anos de vida para um desenvolvimento pleno.

O Brasil conta com um instrumento bem estruturado que já aponta nessa direção. Trata-se da Caderneta da Criança - inicialmente, Cartão da Criança, criado em 1984 - e que, a partir de 2017, quando ganha o atual nome, incorpora elementos da Educação e Assistência Social, dando um primeiro passo em direção à intersectorialidade. Há, contudo, a necessidade de aprofundar o uso desse instrumento como alavanca para a promoção do desenvolvimento infantil, extrapolando a adoção mais disseminada de registros de aspectos biológicos da criança, como peso e altura, ou, ainda, o controle de vacinação.

Recomenda-se que a Política Nacional Integrada para a primeira infância institua uma versão atualizada do atual instrumento, com mudanças estruturais, de acordo com os objetivos da política. Aqui propõe-se:

1. Fortalecimento desse instrumento na dimensão intersectorial, tornando-o um meio de conexão entre os diferentes serviços;
2. Melhorar sua capacidade de uso pelas famílias como um instrumento de apoio para promover o cuidado e o desenvolvimento da criança;

O DIAGNÓSTICO DE UMA SÉRIE DE PROGRAMAS, ENTRE ELES, O DE VISITAÇÃO FAMILIAR, MOSTRA QUE A CONSCIENTIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA, DO CUIDADO, DO ESTÍMULO, DO AFETO, SÃO PROMOTORES DE MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO NA FAMÍLIA, COM IMPACTO POSITIVO NO DIA A DIA DA CRIANÇA EM DIFERENTES ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO

3. Garantir a regularidade de sua distribuição para todas as crianças, com prioridade para aquelas inseridas nos programas sociais.

A nova versão da Caderneta da Criança deve partir da experiência acumulada deste instrumento, ampliando, porém, o seu papel de orientação às famílias, para envolver todas as dimensões do cuidado integral. É importante que ela seja disponibilizada na versão física e digital, como no formato de aplicativo para *smartphones*, de modo a alcançar todas as famílias com crianças na primeira infância. É fundamental que a Caderneta da Criança siga uma diretriz de linguagem simples e acessível, além de ter o foco em garantir a boa experiência do usuário. A seguir, apresentamos alguns pontos de atenção para o uso efetivo da nova versão desse instrumento:

■ Incorporar elementos de orientação e, também, de espaços para anotações feitas diretamente pela família, que favoreçam a aproximação da caderneta do seu dia a dia, o que promoverá um valor afetivo desse instrumento. Alguns exemplos do que poderia ser incorporado são registros de momentos especiais na vida da criança e da família, como a primeira palavra, quando engatinhou, o primeiro passo, o primeiro dia na creche, os alimentos favoritos, os livros e brincadeiras preferidas etc.;

■ Criar incentivos para que os serviços fortaleçam a vigilância do desenvolvimento infantil e reforcem o uso da caderneta como ferramenta de registro e de comunicação com as famílias e entre os serviços;

■ Criar incentivos ligados ao uso do instrumento. Por exemplo, os registros de atendimentos realizados em serviços de várias áreas podem ser considerados para as condicionalidades de benefícios e/ou incentivos em programas sociais ou mesmo para a priorização de atendimentos;

■ Por fim, é importante que se construa um caminho de ofertas essenciais para a criança (inicialmente, na Saúde, na Educação e na Assistência Social), de forma participativa com as áreas e a escuta das próprias famílias. O objetivo dessa construção, que poderia ser chamada de “Caminho da Criança”, é orientar as famílias de forma bastante clara sobre os serviços e políticas para garantir o cuidado integral em cada uma das etapas da primeira infância. Há diferentes experiências já consolidadas nesse sentido, como as rotas integrais de atenção da Colômbia e México ou a jornada de ofertas básicas do Município de São Paulo. O propósito desse tipo de ferramenta é deixar claro às famílias e aos próprios serviços públicos o que deve ser acessado por cada criança e família desde a gestação. A figura a seguir apresenta um exemplo de caminho da criança, com alguns exemplos de atenções ou ofertas por faixa etária.

A NOVA VERSÃO DA CADERNETA DA CRIANÇA DEVE PARTIR DA EXPERIÊNCIA ACUMULADA DESTE INSTRUMENTO, AMPLIANDO, PORÉM, O SEU PAPEL DE ORIENTAÇÃO ÀS FAMÍLIAS, PARA ENVOLVER TODAS AS DIMENSÕES DO CUIDADO INTEGRAL

FIGURA 2: Possível modelo para o Caminho da Criança



Nessa nova versão da Caderneta, o instrumento passa a ser uma orientação tanto para as famílias, que passam a compreender as várias dimensões de cuidados necessários e a identificar os serviços aos quais têm direito, como para os gestores públicos, que precisam focar na garantia de oferta, em seus territórios, dos serviços essenciais apresentados no Caminho da Criança.

Uma oportunidade promissora é que a ideia de reformulação da Caderneta da Criança já vem sendo discutida internamente na atual gestão do Ministério da Saúde. Seria fundamental que esse processo de aperfeiçoamento do instrumento contasse com a participação de outros ministérios envolvidos nas áreas de serviços essenciais para a primeira infância, de modo que a caderneta consiga, de fato, representar a intersectorialidade necessária para a garantia do desenvolvimento integral das crianças, potencializando as ações setoriais de cada uma das pastas. Ademais, é importante que a discussão sobre aprimoramentos na caderneta, inclusive com a construção de modelos digitais, envolva as pastas e equipes responsáveis por sistemas de dados e tecnologia, como governo digital, por exemplo.

Governança para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

O desenho da governança deve ter a missão de estruturar um espaço de coordenação capaz de alavancar a colaboração intersetorial e interfederativa, incluindo os diferentes setores desde o início da formulação. Nesse sentido, destacando o caráter intersetorial da política, é fundamental que a coordenação da PNIPi seja exercida por uma instância com atuação transversal e visão holística sobre o governo federal, e não por um ministério finalístico. Uma vez que a Política Nacional Integrada envolve tantos os esforços setoriais exercidos pelos respectivos Ministérios – como Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome – quanto esforços de governança e articulação estratégica entre os diferentes setores, é importante que haja uma instância coordenadora da PNIPi garantindo a integração das ações e a pactuação interministerial de uma agenda comum para a primeira infância no Brasil, com compartilhamento de metas, planejamentos e ações, por exemplo.

O **Marco Legal da Primeira Infância** (Lei nº 13.257/2016) dispõe sobre a governança da política e suas atribuições da seguinte forma:

*Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, nos respectivos âmbitos, **comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos.***

*§ 1º Caberá ao Poder Executivo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **indicar o órgão responsável pela coordenação do comitê intersetorial** previsto no caput deste artigo.*

*§ 2º O órgão indicado pela União nos termos do § 1º deste artigo manterá permanente **articulação com as instâncias de coordenação das ações estaduais, distrital e municipais** de atenção à criança na primeira infância, visando à complementaridade das ações e ao cumprimento do dever do Estado na garantia dos direitos da criança.*

Desta forma, a criação do **Comitê Intersetorial** é prioritária. A partir de uma análise de papéis e responsabilidades dos órgãos do Poder Executivo Federal, identificamos dois possíveis caminhos para a plena efetivação da **coordenação** desse espaço estratégico. O primeiro deles seria a instituição do Comitê Intersetorial de Primeira Infância, com a coordenação da Casa Civil. Outra possibilidade estaria na criação de uma Secretaria Nacional da Primeira Infância, dentro da estrutura da Presidência, que passaria a coordenar a articulação intersetorial junto aos ministérios. Neste caso, o Comitê Intersetorial de Primeira Infância passa a reportar-se à Secretaria.

Já em termos de **composição**, é importante que o comitê intersetorial tenha, no mínimo, representação dos setores responsáveis por políticas direcionadas diretamente às crianças e suas famílias, incluindo, necessariamente, as pastas da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social, das Mulheres, dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial,



dos Direitos Humanos e Cidadania, da Justiça, da Segurança Pública, da Cultura, do Trabalho e Emprego, de Cidades e de conselhos e entidades representativas da sociedade que trabalham na defesa dos direitos das infâncias, como Conanda, e de representantes dos demais entes federados (Estados e Distrito Federal e municípios).

Considerando o desenho federativo do país e, em observância ao disposto no próprio Marco Legal, o Comitê também deve servir de alavanca para uma maior **colaboração entre União, estados e municípios em favor da primeira infância**. Nesse contexto, deve-se criar e fortalecer fóruns federativos que permitam um verdadeiro diálogo entre governos federal e subnacionais, e a pactuação de ações e metas que considerem as necessidades e interesses de estados e municípios, bem como a autonomia a eles conferidas para a implementação das políticas e serviços em seus territórios. É fundamental, também, que ocorra a criação de Comitês Intersetoriais de Primeira Infância nos entes subnacionais para a implementação da PNIPI e que Estados e Municípios avancem na construção dos respectivos planos de primeira infância, de acordo com o previsto no Marco Legal. A partir desses fóruns, a coordenação federal deve estabelecer, em conjunto com os ministérios, formas de colaboração e indução, levando em conta a oferta de apoio técnico e financeiro aos entes subnacionais.

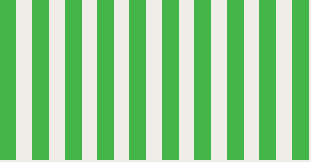
Como forma de indução e apoio aos municípios, o governo federal poderia estabelecer um **modelo de premiação, a partir de critérios de ampliação e qualificação do atendimento** à primeira infância em seus territórios. Dessa forma, municípios que priorizam o investimento nesse público e melhorarem indicadores nas áreas de cuidado integral poderão ser priorizados na transferência voluntária de recursos do governo federal, na concessão de avais, nas garantias e subvenções pela União e na concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos municípios.



IV.

Considerações Finais





Como os dados apresentados neste documento mostram, as infâncias retratam as desigualdades profundas que estão presentes em todo o território nacional. Há muitos Nordeste dentro do mesmo Nordeste. Há muitas cidades de São Paulo dentro da mesma São Paulo. Os índices de mortalidade infantil, de acesso à educação, de violência doméstica e de insegurança alimentar, entre outros, evidenciam que as crianças pretas, pardas e em situação de pobreza, juntamente com minorias – como refugiados, crianças indígenas ou quilombolas e crianças com deficiências – são as maiores vítimas das diferenças de acesso a serviços e a oportunidades. Essa é uma marca histórica deste país e também um retrato do presente, até agora.

As ações propostas neste documento, contudo, são capazes de interromper o ciclo de vulnerabilidade que atravessa gerações e de mudar essa história. Experiências de diferentes locais do mundo mostram, com dados avaliados, que o investimento numa primeira infância bem cuidada é a medida mais eficaz para acabar com a pobreza intergeracional e dar oportunidades equânimes de desenvolvimento a todas as crianças, independentemente de sua classe social, da cor de sua pele, de seu histórico familiar ou do local de seu nascimento.

O ARTIGO 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COLOCA A CRIANÇA COMO PRIORIDADE ABSOLUTA. POR SUA FASE PECULIAR DE DESENVOLVIMENTO E A IMPORTÂNCIA DESSE PERÍODO PARA QUE ELA ALCANCE SEU MAIOR POTENCIAL, A CRIANÇA, NA PRIMEIRA INFÂNCIA, É, PORTANTO, A PRIORIDADE DENTRO DA PRIORIDADE. NÃO É QUESTÃO DE ESCOLHER UM GRUPO A OUTRO. TRATA-SE DE CUIDAR DO PONTO DE INÍCIO, O MAIS FRÁGIL E DELICADO, QUE SÃO AS CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS

O artigo 227 da Constituição Federal coloca a criança como prioridade absoluta. Por sua fase peculiar de desenvolvimento e a importância desse período para que ela alcance seu maior potencial, a criança, na primeira infância, é, portanto, a prioridade dentro da prioridade. Não é questão de escolher um grupo a outro. Trata-se de cuidar do ponto de início, o mais frágil e delicado, que são as crianças de até 6 anos. É importante ressaltar que, ao colocar as lentes da primeira infância no desenho de estratégias e na escolha de investimentos, o Estado está cuidando e desenvolvendo todas as infâncias, reduzindo desigualdades. O sistema de saúde adequado para cuidar e desenvolver a criança dessa fase estará mais bem preparado para atender a todas as demais faixas etárias. A praça pública e a calçada adequadas para uma criança de 3 anos caminhar e brincar é, também, a área preparada para que todas as crianças, adultos e idosos usufruam. Escolher a primeira infância também beneficia a todos.

Como procuramos evidenciar neste documento, a primeira infância é uma fase da vida que carrega em si a peculiaridade de ser multissetorial – ela precisa, necessariamente, da união de várias áreas para ser efetivamente e integralmente cuidada – e de demandar não só a atenção à criança, mas, também, à sua família e a todo o entorno. Sem cuidar dos adultos responsáveis, não há como zelar por essa infância. E sem prover o que é necessário para essa família morar, trabalhar, ter saúde e viver, não há como cuidar nem dos adultos nem das crianças. Por um lado, tudo isso torna os cuidados com a primeira infância mais desafiadores. Afinal, não se trata de tocar um ou dois instrumentos. É preciso reger uma orquestra completa para cuidar dessa fase da vida e tudo o que ela implica. A recompensa, entretanto, é que os ganhos são exponenciais e ultrapassam a altura dos desafios.

Ao dar a cada família a estrutura necessária para cuidar bem de sua criança, o país cria as condições para que ela se desenvolva física, mental e psicologicamente, proporcionando-lhe mais educação, saúde e oportunidades ao longo da vida. Essa criança terá muito mais chances de escrever uma história diferente daquela de seus pais e quebrar o ciclo intergeracional de miséria para ela e para as suas próximas gerações.

Ao criar a estrutura necessária para a atenção integral da primeira infância, o governo estará, necessariamente, desenvolvendo a experiência e a tecnologia da ação intersetorial e interfederativa nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, duas habilidades perseguidas por gestores de todo o mundo. Todas as áreas da política pública poderão, a partir de então, se beneficiar desse aprendizado, dando início a um ciclo virtuoso de disseminação da lógica intersetorial e interfederativa para a gestão pública, de maneira generalizada.

Ao investir na criação e implementação de uma Política Nacional Integrada para a primeira infância, portanto, o país estará colocando em curso uma ampla e efetiva estratégia de combate às desigualdades, ao mesmo tempo que irá preparar a máquina pública para trabalhar de forma colaborativa em prol, não só da primeira infância, mas de toda a sociedade.

O convite deste Grupo de Trabalho ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e seus ministros é para colocar esta política em curso ainda neste ano, antes da primeira reunião de Cúpula do G20 presidida pelo Brasil, tornando-se, assim, o primeiro país a adotar a atenção à primeira infância como “carro-chefe” na estratégia do combate à pobreza, à fome e às desigualdades. Não há melhor momento para combater as iniquidades do que assim que elas se iniciam – e isto significa, para tanta gente, assim que se nasce. Por isso, reiteramos: façamos do Brasil o país da primeira infância!

**AO INVESTIR
NA CRIAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO
DE UMA POLÍTICA
NACIONAL
INTEGRADA PARA A
PRIMEIRA INFÂNCIA,
PORTANTO, O
PAÍS ESTARÁ
COLOCANDO
EM CURSO UMA
AMPLA E EFETIVA
ESTRATÉGIA DE
COMBATE ÀS
DESIGUALDADES**

QUERO MEU
CHAPÉU DE VOLTA
JON KLASSEN



Ca

Feliz
aniversário,
Jamela!

Relatório de atividades do GT Primeira Infância

Anexo 1

- 1.1 Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância “Políticas públicas para um Brasil de infâncias plurais”, do Núcleo Ciência Pela Infância
- 1.2 Seminário GT Primeira Infância: o Brasil aprendendo com o Brasil
- 1.3 Imersões em Boas Práticas
- 1.4 Escutas: escuta de especialistas e representantes de órgãos que trabalham com a Primeira Infância e escuta de crianças
- 1.5 Mapeamento de ações dos ministérios e encontro interministerial
- 1.6 Debates internacionais

1.1 SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM BRASIL DE INFÂNCIAS PLURAIS”, DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA

Data: 25 de outubro de 2023



Com o tema “Políticas públicas para um Brasil de infâncias plurais”, a 10ª edição do Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância focou na implementação de políticas públicas voltadas para essa fase da vida, com qualidade e escala, em contextos de pluralidade e desigualdades sociais. O evento reuniu gestores públicos e especialistas para debater o assunto, a partir de evidências científicas e diferentes perspectivas. Estiveram presentes no evento o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e o secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, Paulo Henrique Rodrigues Pereira.

O Simpósio é realizado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), uma coalizão criada em 2011, composta, atualmente, por cinco organizações: Fundação Van Leer, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, David Rockefeller Center for Latin American Studies, Inspere e Porticus América Latina. A instituição disponibiliza e divulga conteúdo científico sobre o desenvolvimento da primeira infância, de forma acessível, para contribuir com o fortalecimento de políticas públicas, programas e práticas profissionais focadas na melhoria da qualidade de vida de crianças em situação de vulnerabilidade no território nacional.

O Simpósio contou com mesas de debate e painéis, englobando os seguintes temas: desafios prioritários para a primeira infância na perspectiva da pluralidade; retratos das desigualdades no contexto de infâncias plurais; conexões entre a alfabetização e educação infantil; bem-estar dos familiares das crianças pequenas, bem como a primeira infância no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Em paralelo, também houve lançamentos do estudo “O uso de evidências para impulsionar políticas públicas para a primeira infância” (NCPI), da publicação “O lugar importa: o ambiente que criamos molda as bases do desenvolvimento saudável” (Center on the Developing Child, da Universidade de Harvard) e da publicação inédita de indicadores de desenvolvimento infantil integral nas capitais brasileiras³².

1.2 SEMINÁRIO GT PRIMEIRA INFÂNCIA: O BRASIL APRENDENDO COM O BRASIL

Data: 17 de novembro de 2023



O Seminário GT Primeira Infância: o Brasil aprendendo com o Brasil aconteceu, em Recife (PE), em 17 de novembro de 2023. O evento foi promovido pelo GT de Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) da Presidência da República.

O evento teve como objetivo trazer experiências de políticas ou programas desenvolvidos por estados e municípios, cujo foco fosse o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida. Dessa forma, o Seminário compõe o plano de trabalho do GT, com o intuito de coletar insumos para a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

32 Mais detalhes na programação do evento: <https://ncpi.org.br/simpósio/>.



Para a discussão técnica sobre a temática, o Seminário contou com a realização de cinco mesas, nos seguintes temas: “O que falta para o Brasil ser o país da primeira infância?”; aprendendo com as experiências municipais; a importância da articulação interfederativa; aprendendo com as experiências estaduais; aprendendo com as experiências dos Tribunais de Contas.

O Seminário também foi um momento importante para fortalecer politicamente a pauta da primeira infância no Brasil. Estiveram presentes representantes do Executivo federal, estaduais e municipais, e do Legislativo federal. Nesse sentido, o evento teve grande relevância do ponto de vista da reunião de atores fundamentais para o avanço da pauta no país, incluindo gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e especialistas na temática.

1.3 IMERSÕES EM BOAS PRÁTICAS: O BRASIL APRENDENDO COM O BRASIL

Entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, o Grupo de Trabalho Primeira Infância organizou quatro imersões sobre primeira infância nas cidades de Recife (PE), Fortaleza (CE), Boa Vista (RR) e São Paulo (SP), chamadas de Imersão em Boas Práticas de Primeira Infância. O objetivo desses eventos foi coletar insumos sobre experiências de políticas ou programas desenvolvidos por estados e municípios, cujo foco fosse o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Além da troca de conhecimentos, essas imersões foram importantes para fortalecer politicamente a pauta da primeira infância no Brasil. Estiveram presentes representantes do Executivo federal, estaduais e municipais, e do Legislativo federal. Essas ocasiões também proporcionaram uma oportunidade de reunir atores fundamentais para o avanço da pauta no país, incluindo gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e especialistas na temática.

Seguindo a mesma lógica de imersão, o Grupo de Trabalho viajou à Colômbia para conhecer a política de primeira infância do país, sua implementação e gestão.

A seguir, um resumo dos seminários e das imersões, as políticas analisadas e os principais pontos a destacar sobre cada iniciativa.

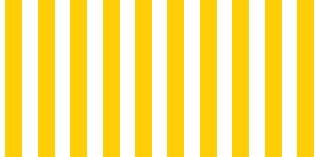
a) IMERSÃO BOAS PRÁTICAS NO RECIFE

Datas: 15 e 16 de novembro de 2023

A política para a primeira infância do município de Recife tem como pilares institucionais o Marco Legal da Primeira Infância (2016) e o Plano Decenal para a Primeira Infância (2020-2030).

Um diferencial das ações do município é que tanto as normativas como os programas estão ancorados na busca pela intersetorialidade, com a participação de diferentes secretarias municipais e a cooperação de instituições do terceiro setor.

Os programas de destaque para a primeira infância no município são o Centro de Referência da Primeira Infância (Criar), Mãe Coruja Recife, Geração Afeto, Bebetecas, Semana do Brincar, Mais Vida, Semana do Bebê, Infância na Creche e Laboratórios de Formação da Primeira Infância.



Dentre os desafios, Recife enfrenta a alta demanda por vagas em creches, com cobertura de apenas 40% da população de 0 a 3 anos e cerca de 4 mil crianças na fila de espera.

Nos dois dias de evento, foram realizadas cinco mesas de discussão e uma imersão em boas práticas de política pública de primeira infância adotadas na cidade. Estiveram presentes a governadora de estado, Raquel Lyra, o prefeito da cidade, João Campos, o secretário municipal de Educação, Frederico Amâncio, e a secretária municipal de primeira infância, Luciana Lima, entre outros atores de diferentes órgãos e instituições. Entre os temas discutidos, destacam-se: o que falta para o Brasil ser o país da primeira infância; a importância da articulação interfederativa; e o aprendizado que vem das experiências municipais e estaduais.

Além das mesas de debate, os participantes do Grupo de Trabalho de Primeira Infância visitaram cinco equipamentos da cidade:

1. Praça da Infância

A Praça da Infância é um equipamento público de lazer para crianças de todas as idades. Espalhadas por diversos bairros, as praças seguem as diretrizes do projeto Urban95, da Fundação Van Leer, que visa pensar a cidade com e para as crianças. Segundo a prefeitura, essas diretrizes estão sendo levadas, também, para as praças que estão sendo construídas ou restauradas, com o objetivo de tornar esses espaços mais adequados para as crianças.

2. Laboratório de Formação Itinerante da Primeira Infância

O Laboratório Itinerante acontece dentro de caminhões da prefeitura – de maior e menor porte – e se deslocam aos diferentes bairros da cidade para a formação dos profissionais que atuam com a primeira infância, bem como para pais e cuidadores, com o intuito de aumentar o público alcançado e diminuir o absenteísmo nas formações. Os Laboratórios Itinerantes ofertam cursos com a mesma estrutura dos presenciais (vista no Criar visitado) e possuem, dentro do seu espaço, uma estrutura muito similar à dos equipamentos fixos.

3. Centro de Referência da Primeira Infância (Criar)

O Criar é o lócus espacial da política da primeira infância do município. É uma estrutura física que conta com diferentes espaços e conteúdos. Há espaços lúdicos, sala de psicomotricidade e sala multissensorial. O Criar atua de maneira integrada com as creches. Professores e gestores podem reservar o espaço para ofertar “aulas de campo” neste espaço, em um dos turnos.

4. Compaz Ariano Suassuna

O Compaz é um projeto focado na redução da violência urbana e na promoção da inclusão social. Ainda que esteja vinculado à Secretaria de Segurança Pública, sua interlocução com a primeira infância se dá na disponibilização de espaços para uso da comunidade, como as “Bebetecas”, espaço para os bebês serem apresentados à leitura, sob os cuidados de profissionais do equipamento. Dentro do Compaz, há, também, aulas para crianças de todas as idades, com biblioteca e laboratório.



5. Programa Mãe Coruja Recife

O Programa Mãe Coruja Recife, instituído em 2014 e inspirado no Mãe Coruja Pernambucana, foca na atenção à mulher durante a gestão e o acompanhamento da criança até os 6 anos, fim da primeira infância. O Programa conta com a transversalidade e a intersetorialidade como diretrizes, e a participação de oito secretarias municipais. Atualmente, ele está presente em 50% dos bairros da cidade, com foco naqueles com as maiores taxas de mortalidade infantil.

b) IMERSÃO BOAS PRÁTICAS NO CEARÁ

Datas: 21 e 22 de novembro de 2023

A Imersão Boas Práticas no Ceará teve como objetivo conhecer o funcionamento do programa estadual Mais Infância Ceará (Lei nº 16.856/2019), que atende a 149.989 famílias (Big Data Social CE, acessado em 18.03.2024). Participaram da imersão: Priscila Cruz, coordenadora do GT Primeira Infância e presidente-executiva do Todos Pela Educação; Mariana Luz, membra do GT e CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Roseli Alves, do Ministério das Relações Institucionais; e Luiz Roberto Curi, presidente do CNE.

O Mais Infância é um programa do governo do Ceará, criado em 2015, sob a liderança da então primeira-dama, Onélia Santana, hoje secretária da Proteção Social do estado. Em 2019, foi instituída a Lei nº 16.856, que transformou o programa em política de Estado. Trata-se de um programa focado nas crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade social, que busca promover o desenvolvimento integral das crianças, a partir de ações intersetoriais. No âmbito do programa, o estado atua em colaboração com os municípios para garantir a oferta de serviços públicos que compõem os direitos das crianças de forma integral, inclusive com atenção às famílias.

As secretarias de Estado atuam conjuntamente para atender às necessidades das crianças, que são estruturadas em quatro pilares básicos:

1. Tempo de Nascer

Reestruturação do cuidado materno-infantil, visando à redução da mortalidade materna e perinatal. O foco está em ações como o apoio ao pré-natal em maternidades de referência e a oferta de métodos contraceptivos para mulheres que tiveram uma gravidez de alto risco.

2. Tempo de Crescer

Reúne as ações que buscam fortalecer os vínculos das famílias e das comunidades com as crianças nos primeiros anos de vida. O principal destaque são as ações de visitação familiar, por meio de iniciativas como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin).

3. Tempo de Aprender

Iniciativas que apoiam os municípios na oferta da Educação Infantil, tais como construção de Centros de Educação Infantil (CEI), disponibilização de material estruturado para uso em sala de aula e formação de gestores e professores das redes municipais.

4. Tempo de Brincar

Destaque para a instalação de espaços públicos, como praças, que permitem às crianças o acesso a espaços de lazer que estimulem o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

Além desses quatro eixos de atuação, a Secretaria de Proteção Social implementou o Cartão Mais Infância, que consiste na transferência de renda para famílias inscritas no Cadastro Único, com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, e que possuem renda per capita de até R\$ 89 mensais. Atualmente, aproximadamente 150 mil famílias recebem o benefício mensal de R\$ 100.

Os membros do Grupo de Trabalho da Primeira Infância tiveram a oportunidade de visitar equipamentos públicos, conversar com gestores e com o público atendido pelas ações do Mais Infância. O grupo foi recebido na cidade de Fortaleza pela secretária Onélia Santana. Nos dois dias de imersão, o grupo visitou os seguintes equipamentos que compõem os atendimentos do programa cearense:

Complexo Social Mais Infância

O espaço é pensado para atender não apenas as crianças na primeira infância, mas, também, suas famílias. Conta com biblioteca, brinquedoteca, capacitação e qualificação profissional gratuita em gastronomia, informática e estética, além de oficinas de robótica, expressão corporal, música, horta e teatro. Ao todo, existem quatro unidades do Complexo Social, todas construídas em localidades vulneráveis de Fortaleza. Está sendo planejada a expansão desse modelo com a construção de quatro novas unidades em municípios do interior do estado.

Casa da Criança e do Adolescente


Equipamento com atendimento multidisciplinar para atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência. A unidade conta com uma equipe composta por psicólogas e assistentes sociais e reúne, em um único lugar, os atendimentos do Tribunal de Justiça; Plantão do Conselho Tutelar; Ministério Público; Defensoria Pública; Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DCECA) e Perícia Forense. A concentração de todos esses atendimentos em um único equipamento visa reduzir o sofrimento das vítimas, oferecendo acolhimento humanizado e maior agilidade na resolução dos casos.

Brinquedopraças

Equipamentos ao ar livre, implantados em localidades de maior vulnerabilidade ou com maior concentração de crianças. São instaladas em praças públicas já existentes nos municípios, mas que não ofereciam nenhuma estrutura para o livre brincar das crianças pequenas até então.

Big Data Social Ceará

Plataforma do governo do estado que agrega dados das famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância. Agentes do programa vão até as residências para preenchimento de um questionário com informações sobre segurança alimentar, educação, vacinação, renda etc. Os dados coletados pelos agentes alimentam a plataforma, que permite um conhecimento aprofundado da realidade das famílias em cada município. A partir dos diagnósticos realizados, o estado atua em colaboração com os municípios para o planejamento de ações focalizadas, com o apoio técnico e financeiro do governo



estadual. Os diagnósticos também são utilizados para planejamentos intersetoriais, realizados com as Secretarias envolvidas no Mais Infância.

Cidade Mais Infância

Trata-se de um espaço gratuito para recreação das crianças, com brincadeiras e atividades de caráter educativo sobre a história e a cultura do Ceará e sobre cidadania de modo geral. A partir de uma cidade cenográfica, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes profissões, conhecer os serviços oferecidos pelo estado, exercitar o protagonismo e a cidadania. A entrada nesse espaço é gratuita para crianças inscritas no Cadastro Único e, para as demais, o ingresso custa a doação de quatro quilos de alimentos que são repassados para unidades de atendimento das crianças no estado.

c) IMERSÃO BOAS PRÁTICAS EM BOA VISTA (RR)

Data: 1º de fevereiro de 2024

A imersão Boas Práticas em Boa Vista (RR) aconteceu de forma virtual. Participaram do evento a Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Secretaria Municipal de Gestão Social, a Secretaria Municipal de Projetos Especiais, a Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital, a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional e a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista.

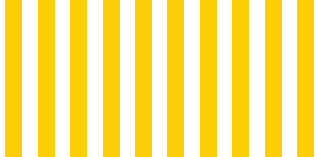
O objetivo do encontro foi conhecer o funcionamento do Programa Família que Acolhe (Lei nº 1.545/2013), que cuida da criança desde a gestação até os 6 anos, com a oferta de serviços de saúde, educação e desenvolvimento social de maneira integrada. Atualmente, o programa atende 7.720 beneficiários.

A cidade de Boa Vista conta com um Plano Municipal pela Primeira Infância e com o Currículo Infantil na rede municipal, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular.

A Secretária de Projetos Especiais de Boa Vista, Andréia Neres, responsável pela pauta da primeira infância, apresentou as principais atividades implementadas no escopo do programa: orientações para parentalidade positiva e cuidados para a primeira infância (por meio da Universidade do Bebê, da Visitação Domiciliar e Paternidade Boa); atendimentos de saúde especializados; oferta de enxovais para recém-nascidos; Programa Leite da Família; garantia de vagas em creches; estímulo à leitura (Leitura Desde o Berço); espaços adaptados para crianças e famílias em Unidades Básicas de Saúde; e os espaços públicos e áreas de lazer.

O processo de institucionalização e governança intersetorial foram os pontos centrais da discussão, já que Boa Vista inseriu as iniciativas de primeira infância em seu **Plano Plurianual**, com o apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. O município optou por dar maior transparência aos recursos e investimentos destinados à pauta e articular, de forma integrada, ações de Parentalidade Positiva, Educação, Saúde, Assistência Social, Comunicação, Urbanismo e Obras, Tecnologia, Finanças, Cultura, Lazer e Esporte, dentro do Orçamento Municipal.

O Secretário Municipal de Economia, Planejamento e Finanças detalhou o processo de identificação ou a criação, em cada secretaria de Boa Vista, de ações orçamentárias



específicas para a primeira infância e publicização deste “Orçamento Temático”, por meio do projeto de lei, dentro da Lei do Orçamento Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA). Esta decisão foi avaliada como uma inspiração para o exercício orçamentário que deve ser feito para a Política Nacional Integrada para a primeira infância. Também foram abordadas as estratégias usadas pelo município para a articulação de dados intersetoriais e protocolos de integração de serviços no território.

Os principais desafios destacados pela equipe da prefeitura foram a obtenção de recursos para a ampliação do programa, a manutenção do padrão de qualidade dos serviços, a obtenção de dados da primeira infância, de forma segmentada e de fácil acesso, e a ampliação da participação de pais, mães e cuidadores que trabalham e têm pouco tempo para participar das atividades do programa.

d) IMERSÃO BOAS PRÁTICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SP)

Data: 6 de fevereiro de 2024

A Imersão Boas Práticas no Município de São Paulo aconteceu presencialmente. O evento contou com a participação de membros do Grupo de Trabalho da Primeira Infância, representantes dos Ministérios das Relações Institucionais, da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, membros da sociedade civil, especialistas e gestores públicos que atuam na temática na Secretaria de Educação, como o Secretário de Educação do Município de São Paulo e da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos.

O foco do encontro foi conhecer o funcionamento da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância (Lei 16.710/2017), promulgada um ano após a instituição do Marco Legal pela Primeira Infância. Faz parte da política o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), que traz metas claras para esse público.

Um dos destaques da apresentação da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância em São Paulo foram os aspectos de governança da política, que conta com um Comitê Gestor e uma Comissão Técnica. Esta última é responsável pela atuação intersetorial na área e mantém reuniões semanais para acompanhar as pautas prioritárias. A estrutura da política conta, ainda, com um grupo maior de secretarias e interlocutores, que se reúnem para discutir a implementação da política nos territórios da cidade de São Paulo.

Um diferencial em relação a outras experiências no país é a existência de protocolos de atenção integrada que orientam os profissionais sobre os fluxos estabelecidos para a comunicação intersetorial. Além disso, há um monitoramento já informatizado das metas do Plano Municipal pela Primeira Infância, com avaliação por meta.

A coordenadora da política de primeira infância no município explicou como é a integração dos dados das áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social e o mapeamento dos territórios. Em seguida, foram apresentadas as estratégias de comunicação com as famílias, com destaque para o incentivo à adoção da caderneta da criança, usada pelos profissionais da área da Saúde. Com base na experiência do município em articular ações em todo o território da cidade, que concentra mais de 20% da população brasileira, enfatizou-se a importância de uma coordenação geral, capaz de articular os diferentes atores em prol de uma única pauta.

e) IMERSÃO BOAS PRÁTICAS NO RIO DE JANEIRO (RJ)

Data: 26 de fevereiro de 2024

A imersão de Boas Práticas no Rio de Janeiro se deu a partir da visita à Unidade Amiga da Primeira Infância (UAPI), projeto fruto da parceria entre o Unicef e a Prefeitura do Rio de Janeiro. A UAPI “é uma estratégia de assistência técnica, capacitação, monitoramento, acompanhamento e certificação da melhoria da oferta de serviços e diálogo entre profissionais e famílias para melhor comunicação sobre o desenvolvimento das crianças de até 6 anos de idade, atendidas em Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) e Unidades de Educação Infantil³³. Assim, a iniciativa objetiva ofertar serviços para a primeira infância tendo como pilar a intersetorialidade.

A iniciativa começou em 2019, em Fortaleza, no contexto da saúde, com o objetivo de fortalecer competências e certificar profissionais, como o fortalecimento da cultura do registro e o acompanhamento e a qualificação dos serviços de saúde. A partir desse primeiro projeto, houve a expansão para outras capitais e áreas da Educação Infantil e Primeira Infância. Hoje, as UAPIs estão em 6 capitais.

As UAPIs têm uma característica interessante: partem de uma lógica setorial para depois fazer a integração das três áreas, seguindo a direção de um olhar para a intersetorialidade, a partir do fortalecimento das áreas setoriais e da realização de diálogos. Cada capital tem um Comitê científico composto pelas três secretarias, apoio do Unicef Brasil e podem ter organizações da sociedade civil.

f) IMERSÃO EM BOAS PRÁTICAS NA COLÔMBIA

Data: de 3 a 8 de dezembro de 2023

Membros do Grupo de Trabalho da Primeira Infância estiveram nas cidades de Bogotá e Medellín, na Colômbia, para conhecer os programas que integram a Estratégia Nacional de Atenção Integral à Primeira Infância De Cero a Siempre (De Zero a Sempre), incluída no Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014 Prosperidad para Todos (Prosperidade para Todos), da Lei nº 1.450/2011.

O programa de âmbito nacional tem como foco a promoção do desenvolvimento infantil de crianças de 0 a 6 anos. A coordenação, a articulação e a gestão da política intersetorial estão a cargo da Comissão Intersetorial para a Atenção Integral da Primeira Infância, que é administrada pela Presidência da República e integrada pelo ICBF, Ministérios da Educação Nacional, Saúde e Proteção Social, Cultura, Habitação, Departamento Nacional de Planejamento e Departamento Administrativo da Presidência.

A estratégia De Cero a Siempre representou um marco para o país no avanço dos direitos da infância, com alcance nacional. A Rota Integral de Atenção à Primeira Infância foi criada para fortalecer a capacidade dos territórios de compreender o que é preciso para assegurar atenção integral às crianças de 0 a 6 anos e organizar os recursos para a sua consolidação.

O monitoramento e a avaliação do atendimento à primeira infância é um dos pilares da estratégia colombiana. Neste aspecto, vale destacar o esforço do país de criar sistemas no Ministério da Educação, da Saúde e da Proteção Social para sistematizar informações e dar transparência sobre o cumprimento dos direitos da primeira infância.

33 O documento produzido pelo Unicef traz referências e orientações para a implementação das UAPIs Saúde e Educação Infantil, atualizando as diretrizes, estratégias e etapas metodológicas a serem trilhadas pelos diferentes municípios participantes no ciclo 2024. Para conhecer a metodologia da Unidade Amiga da Primeira Infância, acesse o documento: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/iniciativa-idade-amiga-da-primeira-infancia>.

1.4 ESCUTAS: ESCUTA DE ESPECIALISTAS E REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS QUE TRABALHAM COM A PRIMEIRA INFÂNCIA E ESCUTA DE CRIANÇAS

Com vistas a subsidiar as propostas e recomendações presentes neste relatório, também foram entrevistados 49 especialistas e representantes de órgãos que trabalham com a primeira infância, no Brasil e fora dele, de forma virtual ou por escrito, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A metodologia e a lista completa de pessoas ouvidas constam no Anexo 2.

É importante frisar que o processo de escuta não teve a pretensão de produzir uma avaliação exaustiva e abrangente dos diferentes problemas que impactam as infâncias brasileiras, mas, sim, a identificação dos desafios considerados prioritários e objetos primordiais da formulação, implementação e acompanhamento de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e dos diferentes elementos que a caracterizam.

De forma abrangente, tais desafios podem ser caracterizados a partir de duas naturezas: aqueles relacionados às infâncias e suas redes primárias (famílias e/ou cuidadores) e aqueles observados nas políticas e serviços que visam prover o atendimento e a garantia de direitos das crianças.

Adicionalmente, no que tange ao eixo das políticas e serviços de atendimento que devem compreender prioritariamente a Política Integrada, tem-se os seguintes achados principais:

1. A tríade Assistência Social, Educação e Saúde foram mencionadas como as principais políticas de atendimento à primeira infância. Não obstante, outras políticas setoriais, como saneamento básico, meio ambiente e cultura, devem ser incluídas, considerando a perspectiva de um atendimento integrado e integral às crianças e suas famílias;
2. As três áreas padecem de desafios relacionados ao subfinanciamento, tendo sido apontada como principal demanda para a sua resolução um maior equilíbrio interfederativo entre União, estados e municípios.

Em paralelo, também foi realizado um processo de análise de escutas de crianças, considerando que:

As crianças apreendem o mundo à sua volta: tudo o que as cerca as atinge, é do seu interesse e constitui para elas desafio de compreensão e domínio. Expressam o que veem, sentem, pensam, desejam, empregando, para isso, várias linguagens: o corpo e seus movimentos, o brincar em todas as suas formas, as artes plásticas, a expressão musical, os sonhos, as reações frente a contos, histórias e experiências, os silêncios, as emoções, os comportamentos e, finalmente, a palavra. Porém, o melhor caminho para conhecer as crianças é a observação e escuta. Daí porque as pesquisas etnográficas partem da premissa de que as crianças não devem ser interrogadas nem expostas a responder perguntas dos adultos, mas da observação holística de suas formas de presença e expressão.

Rede Nacional Primeira Infância, 2023.

Como bem expressa o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), a criança tem o direito de ser ouvida sobre ações, decisões e políticas públicas que tenham impacto em sua vida. Foi, portanto, uma preocupação deste Grupo de Trabalho trazer insumos das experiências que consideram as perspectivas das crianças como parte integrante das discussões sobre uma política nacional que as têm como público-alvo.

Para isso, o GT realizou uma análise de escutas conduzidas com crianças de diferentes locais do país sobre os diversos assuntos que impactam sua vida, seu bem-estar e sua noção de acolhimento e segurança, pautadas nas diretrizes do Marco Legal da Primeira Infância:

“A participação da criança na formulação de políticas e das ações que lhe dizem respeito terá o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã, e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processo de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.”

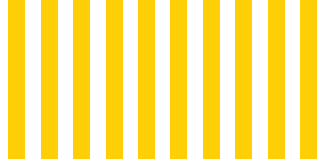
(Art. 4º, Parágrafo único, Marco Legal da Primeira Infância)

Doze processos de escuta distintos deram voz a crianças indígenas (de duas etnias distintas), quilombolas e a crianças de diversos estados do país e do Distrito Federal.

As falas das crianças evidenciam a percepção de que a qualidade da estrutura onde vivem poderia ser melhor (“a rua podia ser lisinha”; “Tem que tapar os buracos de rua”) e que sentem falta de recursos lúdicos em seu entorno (“poderia ter parquinho”; “poderia ter brinquedos para a gente brincar”). A preocupação com moradores de rua é uma constante em falas de crianças de diferentes locais. Elas chegam a fazer propostas para ajudá-los (“Faria casa para os moradores de rua”; “Tirava as pessoas das ruas”). O custo de vida aparece também com facilidade na fala das crianças, principalmente, relacionado aos valores de “coisas” e alimentos (“Abaixar o preço da comida. As pessoas vão passar fome”; “Abaixava tudo no mercado para um real”; “Colocaria preço baixo nas coisas”). Diferentes grupos, perguntados sobre temas relacionados à saúde, reclamam muito do atendimento que recebem nos postos ou hospitais (“O hospital tem que ser limpo. Você vai para ficar bom e acaba que fica mais doente”; “Uma vez, eu fiquei no hospital dois dias, e eu achei muito ruim, ficava demorando muito e não tinha comida”; “Fui tomar vacina... fiquei em pé e sem vacina.”).

Nas escutas sobre o ambiente da escola, as falas evidenciam desejos ligados a atividades lúdicas, como piscinas, escorregadores e pula-pula. Pedidos como “cachoeira”, “elefante” e “zoológico” refletem o mundo imaginativo das crianças. “Essas falas podem ser encaradas como representações da vontade de explorar e interagir com o mundo natural, bem como o interesse por atividades comunitárias fora do ambiente institucional”, aponta uma das avaliações dessas escutas. Na escola, elas também começam a apontar interesses e curiosidades por áreas do conhecimento diversas, como Robótica, Matemática e Geografia. Entendem o brincar como uma experiência permeada pela exploração e buscam interação lúdica com os pares. Pelo conjunto de falas, é possível inferir, afirma uma das análises, que as crianças sabem que os espaços escolares e de creche não só servem para brincadeiras, mas, também, para o desenvolvimento físico, emocional e social.

A síntese deste processo de escuta e suas conclusões encontram-se no Anexo 2 deste relatório - Processo de Escuta para construir a Política Nacional Integrada para



a Primeira Infância.

1.5 MAPEAMENTO DE AÇÕES INTERMINISTERIAIS

O desafio de se construir uma política pioneira de primeira infância para o nosso país deve considerar os esforços e ações existentes até aqui. Por esse motivo e com o objetivo de proporcionar ao Grupo de Trabalho uma visão ampla dos programas do governo federal que alcançam a primeira infância - sejam eles exclusivamente dedicados a essa fase, sejam eles programas mais amplos que também atendam às crianças de até 6 anos - foi realizado um mapeamento das iniciativas a partir de documentos orçamentários oficiais, com foco nas unidades e planos orçamentários que indicavam relação com a primeira infância, e entrevistas com atores-chave dos ministérios. Este trabalho ocorreu no período entre setembro e dezembro de 2023.

As fontes para esse levantamento foram as Agendas Transversais Multissetoriais, anos-base 2022 e 2023; o Plano Plurianual 2024-2027 e o documento “Série Planejamento Nacional”, além do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, sites do governo federal e Legisla Brasil. As informações orçamentárias relacionadas à primeira infância foram conectadas aos programas finalísticos.

Ao todo, foi mapeado um total de 49 ações orçamentárias, vinculadas a 51 programas, em sete ministérios. Alguns ministérios foram citados nos documentos do Plano Plurianual, mas não apresentaram ações: Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura.

Também foram mapeadas ações vinculadas à Presidência da República. Existe a possibilidade de serem encontrados mais programas, mas que não estão ainda relacionados nas fontes de pesquisa usadas neste levantamento³⁴.

34 O levantamento completo está disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/mapeamento-de-iniciativas-relacionadas-a-primeira-infancia-no-governo-federal/>

MAPEAMENTO 2022-2023

Ministério da Saúde	16 Programas finalísticos associados a 18 ações orçamentárias
Ministério da Educação	13 Programas finalísticos associados a 10 ações orçamentárias
Ministério do Desenvolvimento Social	12 Programas finalísticos associados a 11 ações orçamentárias
Ministério das Mulheres	2 Programas finalísticos associados a 2 ações orçamentárias
Ministério da Justiça	6 Programas finalísticos associados a seis ações orçamentárias
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	1 Programa finalístico associado a uma ação orçamentária
Ministério dos Povos Indígenas	1 Programa finalístico associado a uma ação orçamentária

Para cada um dos programas, foi possível criar uma ficha com detalhamento sobre seu histórico de criação de implementação, dotação orçamentária, público, órgão responsável e transversalidade com outros programas do governo.

Abaixo, segue um exemplo:

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

BOLSA FAMÍLIA
criado em 2004

Transferência de renda efetuada diretamente às famílias beneficiárias, conforme critérios do Programa associada ao cumprimento de condicionalidades em saúde, educação e assistência social.

IMPLEMENTAÇÃO
O Município inscreve as famílias no Cadastro Único, a União, a partir de disponibilidade orçamentária, habilita as famílias que passarão a receber o benefício e faz a concessão dos benefícios, de acordo com o perfil da família. O pagamento é mensal e diretamente ao responsável familiar. O saque ocorre por meio das diversas modalidades de contas, nos termos das resoluções expedidas pelo Banco Central do Brasil. As famílias beneficiárias devem atender às condicionalidades de saúde, educação e assistência social.

GOVERNANÇA & ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) / Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - implementa a política
ORAS - inscreve as famílias no CadÚnico

PÚBLICO BENEFICIÁRIO
Família atendida pelo Programa Bolsa Família

UNIDADE DE MEDIDA
Família atendida

NORMATIVAS
[MPV 1.164 de 7 de março de 2023: Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.747, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento Lei 10.836](#)

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2022
| Previsto: R\$0
| Executado: R\$0 (0%)

2023
| Previsto R\$ 5.788.557.814,30
| Executado (out): R\$xxx (xx%)

Programa orçamentário: 5028 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas
Ação orçamentária: 8442 - Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família
Plano orçamentário: 0000 - Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família
Unidade Orçamentária Responsável: MDS - Adm Direta

RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS
CadÚnico | Cadernetta da Criança | Rede Cegonha

Saiba mais em: [Bolsa Família](#)

Os achados deste mapeamento foram validados e ajustados em oficina com a presença de técnicos dos ministérios.

Para este Grupo de Trabalho, o mapeamento possibilitou entender o momento atual das iniciativas de primeira infância e, a partir daí, trabalhar em recomendações mais conectadas com as necessidades mais urgentes do país para a área. Além disso, ter essa fotografia nacional das ações governamentais pode facilitar o desenho de estratégias de integração, transversalidade e intersetorialidade, o tripé que pode tornar os programas na área mais efetivos e mais bem focalizados.

1.6 DEBATES INTERNACIONAIS

O Grupo de Trabalho Primeira Infância contou com a contribuição da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que elaborou um levantamento de boas práticas internacionais sobre a educação infantil e cuidados na primeira infância, de modo a contribuir com as recomendações para uma PNIP³⁵. As principais ideias destacadas no levantamento foram apresentadas ao GT Primeira Infância durante uma reunião técnica realizada em 20 de março de 2024.

O documento reforça o argumento de que o investimento na educação na primeira infância é crucial para o desenvolvimento das crianças e das nações. Para os indivíduos, há uma contribuição direta na saúde, bem-estar e aprendizado. Para as nações, o investimento tem o potencial de reduzir as desigualdades, fortalecer a coesão social e aumentar a participação de mulheres na força de trabalho.

35 *Auxílio à reforma da Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECEC), no Brasil, em 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uP6vimOYYK2MJfn973VDh689uLhu104a/view>*

“Os benefícios desta política foram observados em uma ampla gama de países com níveis muito diferentes de desenvolvimento econômico. A educação infantil de qualidade apoia a aptidão escolar e está associada a taxas mais altas de conclusão do ensino fundamental, menores taxas de reprovação e evasão escolar e melhores resultados de aprendizado no ensino fundamental e médio. Além desses benefícios individuais, ela também reduz as disparidades sociais, melhora a coerência social e aumenta a participação da força de trabalho dos países, particularmente para as mulheres. Como resultado, esses programas reduzem as lacunas de desempenho entre as classes socioeconômicas, gênero e populações rurais e urbanas (Unicef, 2019[8]). Programas de ECEC de qualidade beneficiam a saúde e o bem-estar geral das sociedades por meio de uma melhor conscientização sobre saúde e nutrição.”

(OCDE, 2023, p.10)

Com base em outro estudo recente da OCDE, o documento reafirma, também, o potencial do investimento educacional na primeira infância como instrumento para a correção das desigualdades de renda entre os grupos mais vulnerabilizados e abastados, evidenciando, inclusive, o maior potencial deste investimento para as crianças mais vulnerabilizadas:

“Um exemplo do potencial da educação na primeira infância de qualidade para fechar lacunas entre crianças socioeconomicamente favorecidas e desfavorecidas vem de um estudo da OCDE realizado em três países (Reino Unido, EUA e Estônia) – o International Early Learning and Childhood Well-being Study (IELs). O estudo descobriu que frequentar a educação infantil estava ligado a um desenvolvimento cognitivo mais forte, tanto a alfabetização emergente quanto a numeramento emergente, para crianças de 5 anos de idade. Além disso, a educação infantil foi ainda mais benéfica para crianças desfavorecidas, que tiveram maiores ganhos em alfabetização e numeramento emergentes e ganhos positivos para crianças desfavorecidas em todos os domínios medidos, incluindo habilidades socioemocionais.”

(OCDE, 2023, p.11)

Por fim, o estudo traz um conjunto de recomendações ao Brasil, cujos principais trechos reproduzimos abaixo:

Garantir a igualdade de acesso à educação infantil: existência de uma forte desigualdade na inclusão da criança à creche, de acordo com o contexto socioeconômico e a localização, necessitando de um fortalecimento da inclusão que perpassa as questões objetivas e subjetivas de acesso, como a ampliação de vagas e a comunicação dos benefícios do acesso a políticas e programas voltados à primeira infância;

Reforçar a qualidade da educação infantil: fortalecer a estrutura curricular e os profissionais de políticas para a primeira infância como instrumento para a melhoria da qualidade;

Desenvolver uma abordagem coordenada e holística para apoiar as crianças e suas famílias nos primeiros anos: possuir uma abordagem integrada que englobe pais, diferentes áreas setoriais e profissionais das políticas para a primeira infância, visando garantir o máximo potencial;



Fortalecer a governança e as infraestruturas das políticas de primeiros anos: fortalecimento da estrutura de governança como instrumento para a máxima eficiência das políticas;

Desenvolver dados em nível individual e de sistema para os primeiros anos: ter uma gama de dados robusta para conhecer e priorizar demandas, bem como monitorar e avaliar os resultados das políticas para a primeira infância.

A Escola de Governo Blavatnik, da Universidade de Oxford, também contribuiu com o debate internacional a partir do *Webinário Discutindo o Acesso à Educação Infantil*. Durante o evento virtual realizado pelo GT Primeira Infância em 12 de março de 2024, pesquisadores da Blavatnik promoveram uma discussão acerca dos desafios de priorização de vagas em creches para crianças em situação de vulnerabilidade. Um estudo³⁶ da instituição apontou como os municípios brasileiros têm enfrentado esse desafio.

O documento apresentado identificou metodologias diversas nos sistemas de ensino, com variação na ordenação de critérios, aplicação de pontuações, uso de critérios de desempate e alocação de crianças em unidades educacionais, destacando as complexidades da implementação. Além disso, diferenças no acesso a listas de espera, comprovação de condições e número de critérios mostraram disparidades significativas no processo de priorização. As recomendações sistematizadas a partir desses achados podem ser acessadas no material disponibilizado no repositório da Blavatnik.

36 Documento disponível em: <https://www.bsg.ox.ac.uk/research/publications/early-childhood-education-state-capacity-child-vulnerability-and-allocation>.

Relatório Síntese das Entrevistas com Especialistas e Gestores

1. APRESENTAÇÃO

Em agosto de 2023, foi instituído, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) da Presidência da República, o Grupo de Trabalho (GT) Primeira Infância.

Composto por representantes diversos da sociedade civil, o GT Primeira Infância visa aumentar a prioridade desse tema na agenda do Governo Federal, de maneira transversal entre os distintos ministérios. Além disso, busca contribuir para a elaboração de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, focalizando no período que abrange a gestação até os 6 anos.

Para avançar na consecução desse segundo objetivo, e reconhecendo a importância da participação social nos processos de formulação de políticas públicas, as entidades encarregadas da relatoria técnica do GT Primeira Infância, quais sejam, o Todos Pela Educação e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), lideraram um processo de escuta qualificada junto a especialistas do setor público, privado e do terceiro setor.

Contando com a contribuição de um seletivo e diversificado grupo de representações, a escuta objetivou reunir contribuições para a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância que seja atual, responsiva, equitativa e eficaz diante dos diversos desafios enfrentados pelas crianças do país. O presente documento apresenta o resultado final dessa escuta, destacando as contribuições das pessoas especialistas para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

Ao todo, foram entrevistadas cerca de 50 representações no período compreendido entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A escuta englobou 6 dimensões: (i) desafios das primeiras infâncias, (ii) políticas e serviços de atendimento, (iii) dados e informações, (iv) financiamento, (v) governança e (vi) temas de futuro. O processo de escuta, incluindo sua metodologia, condução e sistematização final, foi implementado por Vital Didonet, Luciana Martinelli e Bruna Mattos³⁷.

37 As consultoras reconhecem e agradecem às pessoas entrevistadas pela partilha de contribuições para a elaboração do relatório final e, em última instância, da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

2. METODOLOGIA E PESSOAS ENTREVISTADAS

O processo de escuta a especialistas foi realizado por meio de entrevistas individuais³⁸ em profundidade, conduzidas virtualmente entre os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

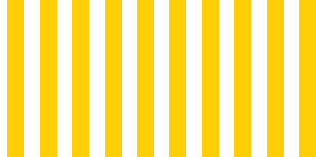
A partir de um roteiro semiestruturado de perguntas, as entrevistas buscaram mapear possíveis contribuições à Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, considerando as seguintes dimensões:

1	Desafios	Considerando as urgências, múltiplas infâncias e o contexto atual, quais os principais desafios que uma Política Integrada para a primeira infância deve enfrentar?
2	Políticas e Serviços de Atendimento	Considerando esses desafios apontados, (i) quais áreas/serviços devem compor prioritariamente uma política integrada? E por quê?
3	Dados e Informações	Considerando a premissa de integração da política, quais dados e informações deveriam estar disponíveis para gestores públicos e famílias? Que informações/dados fariam a diferença? E como eles deveriam estar disponíveis para ampliar sua utilização?
4	Financiamento	Na sua opinião, quais os caminhos viáveis e factíveis para financiamento dessa política?
5	Governança	Na sua opinião, que mecanismos precisam ser adotados para garantir a governança intersetorial/interfederativa de uma política integrada para a primeira infância?
6	Temas de Futuro	Quais temas/questões você vislumbra que impactarão as múltiplas primeiras infâncias nas próximas décadas? O que está por vir?

Os especialistas e representações entrevistadas, em ordem alfabética, foram os seguintes:

1. **Alejandra Meraz** (Fundação Bracell)
2. **Alessio Costa Lima** (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime)
3. **Cezar Miola** e **Leo Richter** (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon)
4. **Cláudia Vidigal** (Instituto Fazendo História e Bernard Van Leer Foundation)
5. **Cristiane Pantaleão** (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems)

38 Salvo nos casos em que as entrevistas foram realizadas em duplas com representantes da mesma organização.



6. **Deputado Zacharias Calil, Senadora Teresa Leitão e Deputado Osmar Terra** (Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância)
7. **Francineti Carvalho**, Prefeita de Abaetetuba/PA (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP)
8. **Isabella Henriques** (Instituto Alana)
9. **Ivânia Ghesti** (Pacto Nacional pela Primeira Infância)
10. **Jurandir Frutuoso** (Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass)
11. **Laurenice Castro** (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente - Conanda)
12. **Lucas Lopes** (Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes)
13. **Lucimar Dias** (Universidade Federal do Paraná)
14. **Luzia Laffite** (Instituto da Infância - Ifan)
15. **Magali Basile**, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Atibaia/SP, e **Valdiosmar Vieira Santos**, Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e do Trabalho de Lagarto/SE (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social)
16. **Manoel Humberto Gonzaga Lima e Luís Cipriano** (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Uncme)
17. **Maria Thereza** (Avante - Educação e Mobilização Social)
18. **Maristela Cizeski** (Especialista)
19. **Naércio Menezes** (Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância - Insper)
20. **Rita Potyguara** (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso)
21. **Rodrigo Mendes** (Instituto Rodrigo Mendes)
22. **Solidade Menezes** (Rede Nacional Primeira Infância)

Os conteúdos das entrevistas foram transcritos, analisados pelas consultoras e estruturados em três partes no presente relatório. Na seção a seguir, são apresentadas as principais recomendações à Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Tais formulações foram elaboradas de forma interpretativa pelas consultoras, considerando os temas mais estruturantes e as proposições mais frequentemente apresentadas nas entrevistas. Em seguida, na seção sobre desafios, apresentamos um diagnóstico não exaustivo sobre as principais questões que deverão ser endereçadas pela política. Por fim, as demais seções do relatório apresentam diagnósticos e proposições sobre os principais temas da política, quais sejam, (i) políticas e serviços de atendimento; (ii) dados e informações; (iii) financiamento; (iv) governança; e (v) temas de futuro. Ainda considerando sua estrutura, todas as seções contam com quadros sintéticos que apresentam os principais achados sobre o tema.

Por fim, cabe registrar que o conteúdo das entrevistas foi organizado a partir da estrutura acima descrita com o objetivo de facilitar a compreensão dos resultados finais da escuta. Sendo assim, e considerando a interdependência das temáticas, é possível que haja sobreposições entre os resultados obtidos e, por conseguinte, entre as seções do relatório.



3. RECOMENDAÇÕES À POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Nesta seção, apresentamos as principais recomendações a serem consideradas na elaboração e implementação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Essas formulações foram desenvolvidas de maneira interpretativa pelas consultoras, levando em conta os temas mais estruturantes e as proposições mais frequentemente destacadas nas entrevistas.

De modo geral, as recomendações refletem os principais entendimentos, políticas e marcos regulatórios existentes no campo, com especial atenção para o Plano Nacional pela Primeira Infância e o Marco Legal da Primeira Infância. Nesse sentido, ao reforçarem a importância do que já existe atualmente em termos de instrumentos para a proteção e cuidado das infâncias, as recomendações podem não introduzir revisões significativas ou propostas inovadoras.

Na sua essência, as recomendações formuladas destacam a centralidade de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, ou seja, um relevante arcabouço pactuado entre os diversos atores e instituições. O objetivo não é instaurar uma nova ordem para o campo da primeira infância, mas, sim, fortalecer a estrutura atual, conferindo-lhe maior poder de articulação e intersetorialidade.

RECOMENDAÇÕES À POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

1

Garantir que a primeira infância seja prioridade absoluta para toda a sociedade. Governo, setor privado e sociedade civil devem se conscientizar para a centralidade do cuidado das crianças como a mais importante medida civilizatória para a sociedade. Esta primazia absoluta se manifesta por meio da plena garantia de seus direitos e da organização de serviços de cuidado, a partir da escuta de suas demandas, respaldadas pelo compromisso com a equidade.

2

Estruturar serviços de cuidado com qualidade e equidade para todas as crianças. É tempo de avançar na oferta de políticas públicas, considerando o critério de qualidade, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade. Como prioridade absoluta para a sociedade, as infâncias merecem as melhores intervenções existentes para apoiar o seu pleno desenvolvimento.

3

Não deixar ninguém para trás. Integrar serviços por meio da identificação e acompanhamento das crianças pelos gestores públicos e suas famílias.

4

Incorporar a diversidade territorial e racial das infâncias brasileiras, bem como assegurar a inclusão de crianças com deficiência nas políticas públicas. Reconhecendo as especificidades dos territórios, a natureza estrutural da racialidade e a inclusão de crianças com deficiência será possível construir políticas públicas mais efetivas no combate às desigualdades sociais e potentes na construção de uma sociedade fraterna.



5

Fortalecer a tríade Assistência Social, Educação e Saúde como o coração do cuidado para com a infância e da intersetorialidade com as demais políticas setoriais de atendimento às crianças, suas famílias e cuidadores.

6

Sistematizar dados e produzir informações tempestivas sobre as infâncias brasileiras, de modo a subsidiar a formulação de políticas públicas, o acompanhamento, pelas famílias, cuidadores e sociedade, do desenvolvimento das crianças e uma estratégia de comunicação e sensibilização.

7

Aprimorar a estrutura de financiamento das políticas de cuidado para com a infância, por meio do regime de colaboração interfederativa, da ampliação de recursos e da melhoria da gestão e da transparência no orçamento público.

8

Adotar um modelo de governança participativo e colaborativo responsável pela coordenação da política integrada pelos entes federados, bem como a participação qualificada das famílias, cuidadores e das crianças.

9

Fortalecer o regime de colaboração entre União, estados e municípios na oferta de políticas públicas para a primeira infância. Somente a atuação colaborativa e coordenada dos entes federativos dará conta de endereçar os principais desafios da primeira infância, garantindo-lhe acesso a direitos.

10

Adotar medidas preventivas frente aos desafios que devem impactar a qualidade de vida, segurança e bem-estar das crianças no presente e no futuro, especialmente, as mudanças climáticas, todas as formas de violência e os riscos trazidos pela exposição às novas tecnologias.

4. DESAFIOS PRIORITÁRIOS PARA A POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Parte fundamental do processo de construção de qualquer política pública passa por conduzir uma análise situacional dos desafios que a intervenção pretende enfrentar. A compreensão dos problemas, sejam eles de ordem política, institucional, técnica ou social, amplia as chances de que a atuação governamental seja efetiva, direcionada e adaptável ao contexto.

O processo de escuta não teve a pretensão de produzir uma avaliação exaustiva e abrangente dos diferentes problemas que impactam as infâncias brasileiras, mas, sim a identificação dos desafios prioritários que deveriam ser objeto primordial da formulação, implementação e acompanhamento de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e dos diferentes elementos que a caracterizam.

De forma abrangente, tais desafios podem ser caracterizados a partir de duas naturezas: aqueles que se relacionam às infâncias e suas redes primárias (famílias e/ou cuidadores) e aqueles observados nas políticas e serviços que visam prover o atendimento e a garantia de direitos das crianças.

SÍNTESE:

- 1** Garantir que o cuidado para com a primeira infância seja prioridade absoluta para toda a sociedade
- 2** Assegurar padrões claros de qualidade e equidade para as políticas setoriais de atendimento à primeira infância
- 3** Garantir atendimento integrado da primeira infância, por meio da identificação das crianças e da coordenação intersetorial das políticas
- 4** Fortalecer o regime de colaboração interfederativa para o atendimento à primeira infância
- 5** Incorporar a diversidade territorial e racial das infâncias brasileiras no desenho e nos incentivos para a implementação da política
- 6** Assegurar a inclusão e o atendimento às crianças com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento

DESAFIO 1: GARANTIR QUE O CUIDADO PARA COM A PRIMEIRA INFÂNCIA SEJA PRIORIDADE ABSOLUTA PARA TODA A SOCIEDADE

Os últimos anos trouxeram avanços inegáveis na agenda da primeira infância. Nos diferentes âmbitos da sociedade - academia, governo, setor privado e a sociedade civil - parece haver relativa concordância sobre a importância em garantir o cuidado para com as crianças. As diferentes pesquisas, políticas públicas e intervenções são evidências desta mobilização intersetorial. No Brasil, considerando a perspectiva das políticas públicas, a última década trouxe marcos normativos e experiências de sucesso que reforçam a relevância de assegurar as condições para o pleno desenvolvimento infantil.

Reconhecer os avanços e conquistas não nos impede, no entanto, de afirmar que a primeira infância ainda não é uma prioridade absoluta para toda a sociedade. Para as pessoas entrevistadas, isso se evidencia, principalmente, pela prevalência de uma perspectiva adultocêntrica no cuidado com a infância: seja no setor público, privado ou no terceiro setor, as políticas são concebidas e implementadas de forma a melhor atender as visões, estruturas e interesses de quem provê o cuidado com as infâncias. Desta visão, decorrem graves distorções que comprometem o acesso a direitos no presente e ao longo de toda a trajetória de vida das crianças.

Os exemplos da perspectiva adultocêntrica no cuidado da infância são incontáveis, se manifestando de forma concreta e simbólica nos diferentes âmbitos da sociedade, e produzindo um efeito concreto. Por exemplo, embora haja evidências sobre a importância do pleno exercício da parentalidade no início da vida, somente 26 mil das mais de 20 milhões de empresas brasileiras garantem a licença paternidade estendida de 20 dias³⁹.

39 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/licenca-paternidade-ajuda-mulher-a-seguir-carreira-mas-engatinha-no-brasil.shtml>

Ainda que haja evidências de que o cuidado com as crianças deva englobar sua rede primária de atenção e vínculos, ou seja, famílias, cuidadores, comunidade, as políticas públicas tendem a focar o atendimento de forma individualizada e setorial.

Os exemplos de uma perspectiva adultocêntrica são infinitos e demonstram que o interesse da criança não vem à frente do interesse dos sistemas. Se a criança está com um problema, a prioridade é ir para o acolhimento institucional e não o familiar. No sistema de justiça, a atenção só acontece depois que há uma violação, falta uma lógica de prevenção e atenção primária. Faltam políticas de planejamento familiar, apoio para o exercício do vínculo da parentalidade e de intervenção precoce. Há uma cultura de terceirização, de a escola educar a criança. Há uma distância entre os compromissos consagrados na Constituição Federal e a estrutura de execução, equipe, sistema e metodologia de cuidado das infâncias. Não há a noção de prioridade absoluta, nem para as instituições nem para as próprias famílias, que não têm tempo de priorizar os próprios filhos. O direito da criança está intrinsecamente conectado ao direito da família e das pessoas que cuidam dela, inclusive os profissionais, mas essa interdependência ainda não é clara. Há, de forma geral, a predominância do interesse do mercado e dos adultos na organização do cuidado com a infância.

A gente precisa de um trabalho intersetorial, mas antes da intersetorialidade da primeira infância, é preciso que sociedade, Estado e família reconheçam os direitos das infâncias e se organizem com ações específicas para enfrentar os desafios. Precisamos que sociedade, Estado e família garantam que as crianças sejam atendidas em suas múltiplas identidades e isso passa por escutá-las e entender que os desafios estão na nossa atuação, e não na criança. É preciso adotar uma perspectiva que não seja adultocêntrica.

O cuidado da infância agora é garantir o futuro da criança. Se adotarmos o cuidar da criança com acompanhamento clínico, nutricional, o cuidado da criança em seu contexto de criança, incluindo a mãe, a família, a comunidade, não teremos problemas de crianças seguindo no socioeducativo, não teremos pressões sobre o sistema de saúde. As pessoas não reconhecem que os adultos de hoje que buscam apoio tiveram uma falha no atendimento durante a infância. Enquanto não pararmos de achar que investir na primeira infância é algo que não precisa, que qualquer coisa serve para a primeira infância, qualquer escola, creche, qualquer professora, merendeira, seguiremos com os mesmos desafios e, em muitos casos, o surgimento ou o agravamento de alguns deles. O cuidado na primeira infância é o cuidado de prevenção.

Garantir que a primeira infância seja prioridade absoluta implicaria, dentre outras coisas, em assegurar a primazia dos interesses das crianças na organização das políticas de cuidado nos diferentes setores. Somente se distanciando da perspectiva adultocêntrica e se aproximando dos olhares e demandas das infâncias será possível garantir prioridade absoluta, visão sistêmica e preventiva no cuidado para com as infâncias. Para que isso seja possível, é fundamental garantir, dentre as diferentes políticas, enfoques específicos para o atendimento às crianças.

A primeira infância é tudo o mais cedo possível. Ela precisa ser vista como o nascedouro e também onde vai desembocar toda a atuação das políticas

públicas. São as mesmas pessoas, os mesmos problemas, onde todos os desafios começam. A política integrada só vai acontecer quando conseguirmos romper essa lógica de que o cuidado com a infância está apartado, que tem um fim em si mesmo. Estamos tratando de uma criança que é a mesma pessoa. A criança de hoje é o adulto do futuro. Qualquer outra forma de atuação representa uma perspectiva adultocêntrica, que serve muito bem a nós, adultos, mas não atende ao melhor interesse das crianças.

Temos as melhores e mais apuradas legislações para tratar de crianças e adolescentes. No entanto, a gente tem uma cultura perversa de não ver as crianças como seres humanos, como gente. É como se elas não tivessem vontade, sonhos e que o adulto pode fazer e dizer e determinar sobre essas crianças. Mesmo tendo uma legislação que fala que criança é prioridade absoluta, isso fica só no discurso. Não é prioridade no orçamento, no planejamento e na implementação. A criança está no bojo geral das políticas, mas não vamos identificar um planejamento que, de verdade, priorize o enfoque das crianças, nos diferentes fazeres das crianças nas políticas públicas. As políticas universais e para segmentos de políticas prioritárias precisam ter um olhar específico para o grupo etário mais vulnerável das crianças.

DESAFIO 2: ASSEGURAR PADRÕES CLAROS DE QUALIDADE E EQUIDADE PARA AS POLÍTICAS SETORIAIS DE ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA

A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, como se expressa em seu próprio nome, visa conectar diversas áreas, políticas públicas e serviços essenciais para assegurar os direitos das crianças. Comumente conhecida como intersetorialidade, essa premissa é respaldada por diversas legislações, como o Plano Nacional para a Primeira Infância e o Marco Legal da Primeira Infância.

Na perspectiva dos entrevistados, a consolidação de uma abordagem integrada e intersetorial constitui um objetivo e também um desafio. Mais ainda, ela dependerá crucialmente do alcance de uma premissa anterior: a garantia da qualidade das políticas setoriais de atendimento à infância. A mensagem é clara: a eficácia de uma política integrada está intrinsecamente ligada à qualidade de cada uma e do conjunto das políticas setoriais.

Nosso maior desafio, nesse momento, é a construção de uma política integrada que não perca o valor e a potência das políticas setoriais. Em alguns momentos, parece que a intersetorialidade é uma coisa em si, ela não é. A criança é que está no centro e as diversas ações que vão compor a jornada de atendimento é que precisam estar articuladas ao longo de uma trajetória de atuação. A intersetorialidade não é algo em si, se focamos todos os nossos olhares e esforços nesse tema, a gente pode perder a potência da educação em si, da qualidade do atendimento na educação infantil, do período de permanência nesses espaços. Essas discussões têm entrado pouco no nosso debate, muito porque ficamos numa questão conceitual, numa narrativa teórica sobre a construção de intersetorialidade. As áreas finalísticas são algo importante e eu fico com medo de ficarmos numa questão narrativa, conceitual, e perder a criança de vista. A criança precisa se alimentar, vacinar, frequentar ou não uma creche, e a gente precisa garantir que esses serviços tenham qualidade como uma condição para que a intersetorialidade aconteça.

Não adianta falarmos com a mãe sobre a importância da creche sem que haja creche. Não adianta falar sobre consulta pediátrica se não há médico na UBS. A intersectorialidade só acontece com uma pré-condição: que haja acesso a serviços e que eles sejam de qualidade.

Reconhece-se que diversas áreas de políticas públicas, notadamente Educação e Saúde, progrediram na avaliação de serviços por meio de critérios quantitativos, especialmente vinculados à conformidade na aplicação de recursos públicos. Contudo, ao abordar a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, surge o desafio de expandir a compreensão do conceito de qualidade, transitando para uma perspectiva mais qualitativa que considere a materialidade da prestação dos serviços.

O orçamento aplicado na primeira infância não significa nada porque não temos um parâmetro ideal de aplicação, não temos um padrão de conformidade que nos permita fazer um controle desse processo.

Não basta, por exemplo, garantir merendas nas escolas; é crucial avaliar a natureza dos alimentos, sua origem e com que frequência são oferecidos. Nessa ótica, a qualidade, tanto como conceito quanto como critério para atendimento na primeira infância, poderia ser consolidada por meio da definição de padrões claros para a prestação de serviços, adaptáveis conforme os diferentes contextos locais. Ao definir e acordar tais padrões, torna-se possível monitorar, a partir da definição de indicadores de acompanhamento, e ajustar a oferta para satisfazê-los adequadamente.

Estabelecimento de padrões de qualidade para todos os serviços, isso vai ser uma base para a criação de sistema de monitoramento. E os padrões são de naturezas bem diferentes. É um desafio grande, mas que é uma questão que pode ter um ganho definir em nível nacional, ainda que com adaptações considerando os contextos locais, mas é um bom debate para se ter em nível nacional, uma frente de trabalho de décadas que a gente precisa iniciar.

Definir os parâmetros de qualidade da educação infantil. De que educação infantil estamos falando? Quais são os padrões de um centro de qualidade de educação, qual é a sua estrutura básica, o que é um bom trabalho pedagógico.

É importante avaliar a regularidade formal, mas, também, avançar no desempenho material, nas entregas feitas à população, verificando efetivamente os resultados alcançados com os recursos aplicados em MDE e ações e serviços públicos de saúde. Temos solidificado um entendimento no âmbito dos tribunais de contas estaduais sobre a necessidade de análise qualitativa. Inclusive, tenho falado na discussão da revisão da LRF sobre a importância de considerar os aspectos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Uma das dificuldades que temos é a falta de indicadores. Elementos mais concretos sobre a implementação, especialmente na primeira infância, com a transversalidade dos serviços, são difíceis de serem identificados. Precisamos avançar na mensuração da materialidade das ações, não somente analisando a adequação da aplicação de recursos.

Quando a política chega nos municípios, a qualidade da execução se perde bastante, o recurso para executar fica insuficiente. Por outro lado, a execução,

quando é suficiente, ela não fala nada sobre a qualidade da execução. A partir de uma articulação com diferentes atores, como os tribunais de contas, é possível construir um quadro mínimo de indicadores precisos para avaliar não só a execução dos recursos, mas a qualidade da execução da política.

Além da qualidade, as pessoas entrevistadas enfatizaram a importância da equidade como segundo elemento crucial. Essa premissa não só deve orientar conceitualmente a formulação da política, mas, também, servir como critério objetivo para atender prioritariamente a população em maior vulnerabilidade social, por meio de critérios de focalização dos serviços.

A intersetorialidade caminha ao lado da qualidade e da equidade. A equidade passa por termos critérios de inclusão nos serviços. Hoje, a maioria dos municípios não tem critério de inclusão para a criança pequena nas creches. Critérios de inclusão, considerando crianças com deficiência, questões raciais, renda e outras questões de vulnerabilidade - espectro autista, situação de risco por violência doméstica, habitação, entre outras.

Qualidade é um elemento muito importante, as avaliações mostram que há problemas graves de qualidade. É preciso ter qualidade, começando de baixo para cima, começando da mais pobre, indo até a mais rica. É preciso ter equidade, alguns chamam de focalização. Porque as crianças ricas provavelmente não precisam acessar esses serviços. O foco deveria ser nas crianças mais vulneráveis do CadÚnico.

Criar mecanismos claros de focalização na população vulnerável, como população de rua, vítimas de violência, população em extrema pobreza (pretos, pardos, indígenas e quilombolas). A gente está em um outro momento em que a necessidade de focalizar a política nos mais vulneráveis é evidente e necessária.

DESAFIO 3: GARANTIR ATENDIMENTO INTEGRADO À PRIMEIRA INFÂNCIA, POR MEIO DA IDENTIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS E DA COORDENAÇÃO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS

Para grande parte das pessoas entrevistadas, o principal desafio da política está em seu próprio nome: integrar. Há desafios concretos para alcançar a plenitude dessa premissa, uma vez que o atendimento às crianças envolve diferentes políticas setoriais e, por consequência, arcabouços legais específicos, serviços, equipamentos, sistemas e servidores públicos que não, necessariamente, se conectam e articulam entre si.

O primeiro desafio está no nome. É integrar. Fazer uma política integrada para a primeira infância requer um monte de coisas que antecedem a política.

O principal desafio é a implementação. O arcabouço da primeira infância é robusto, teve desdobramentos nos municípios e nos estados.

O grande desafio é conseguir estimular a atuação intersetorial. É fazer com que a sociedade e o gestor público entendam que nenhuma política sozinha dá conta de um fenômeno tão difícil como a mortalidade infantil, por exemplo. O tratamento à saúde se dá a partir do envolvimento de outras áreas, como creche e assistência social. Isso vale para todas as políticas.

Por maior que seja o desafio da intersetorialidade, a importância de garantir a plenitude dessa premissa foi ressaltada em todas as entrevistas. Como bem sintetizam as palavras de uma especialista, “uma política integrada não fraciona a criança”.

Assim, os diferentes setores precisam compreender as infâncias a partir de uma perspectiva holística, avançando no entendimento de que a criança, como indivíduo, deve ser atendida em sua integralidade e unidade, o que implica, dentre outros elementos, a organização da oferta de atendimento de forma a ampliar e simplificar o acesso, a garantia da qualidade e a tempestividade dos serviços.

A Constituição Federal traz a garantia de direitos, à saúde, à educação, à alimentação, mas isso tudo muito fragmentado. Esse é o desafio: fazer essa intersectorialização e esse trabalho em conjunto, ver a criança como uma pessoa só.

Uma política integrada não fraciona a criança.

Integração de serviços é fundamental, mas é preciso que seja de todos os serviços que circulam crianças. A causa da primeira infância é muito poderosa, isso dá sentido ao que se faz e a intersetorialidade acontece a partir das pessoas que estão operando as políticas, é preciso que elas estejam convencidas e mobilizadas. A primeira infância é muito mobilizadora, e nela fica escancarado como não faz sentido tratar o indivíduo como pedacinhos setoriais.

Como a gente é organizado a partir de políticas setoriais, cada um olha e vê a infância a partir de caixinhas. O Programa Criança Feliz, por exemplo, nasceu como um programa integrado e, quando chega na ponta, ele fica só para a assistência social. As áreas pouco o conhecem e as demandas não são aceitas. Mesmo com um comitê para gestão intersetorial, as demandas são vistas como sendo “da assistência”. É importante que haja um mecanismo, talvez uma portaria, que reforce a oferta do serviço a partir da demanda da criança e que não seja um pedido de um só setor.

Reconhecida a sua importância, coube refletir sobre possíveis caminhos para a concretização da intersetorialidade no contexto das políticas públicas. Embora não haja uma única resposta para essa demanda, que tende a assumir novos contornos a depender das diferentes realidades territoriais, duas dimensões se destacaram ao longo das entrevistas.

Primeiro, a necessidade de identificar as crianças, de modo que os diferentes serviços envolvidos no atendimento às infâncias possam ter acesso único, compartilhado e, idealmente, tempestivo às informações de cada indivíduo. O conceito é simples e intuitivo: um mecanismo que permita que a escola tenha acesso aos dados de saúde porque o estado físico e emocional impacta o aproveitamento escolar; que a Assistência Social, por sua vez, possa acompanhar a frequência à escola e um eventual acometimento por doenças; e que a Saúde possa acompanhar dados de frequência e rendimento escolar que possam indicar elementos sobre o bem-estar da criança.

Os desafios são muitos, especialmente operacionais, relacionados à integração dos serviços e a identificação das crianças atendidas. Temos muitas políticas espalhadas em vários ministérios, creches, financiadas pelo Fundeb, Estratégia

Saúde da Família, Bolsa Família, Programa Criança Feliz. É fundamental ter um identificador para conectar as crianças atendidas, entender quais políticas estão atendendo a quais crianças. É fundamental garantir que os gestores de diferentes ministérios, estados e serviços possam conversar entre si para ofertar as políticas públicas.

O principal desafio é logístico, fazer a identificação das crianças. O CadÚnico é um caminho importante, mas a cobertura dele não é total. O registro de nascimento também pode ser um caminho para essa identificação. É preciso avançar em comunicação entre as áreas. Cada uma faz a sua parte, mas não conversa com as outras. O atendimento precisa ser integral. Se a criança tem um problema de saúde, é importante que as outras áreas saibam. É mais do que juntar os programas, saber quais crianças estão em cada, é ter um atendimento integrado.

Como indicam as pessoas entrevistadas, os avanços tecnológicos e as recentes experiências desenvolvidas em âmbito federal - como o Portal gov.br - trazem diferentes possibilidades para a implementação de tal mecanismo. Há também identificadores únicos que poderiam já ser incorporados para essa finalidade, tais como a utilização do CPF, do registro de nascimento ou da Caderneta da Criança. Quanto às suas funcionalidades, há uma infinidade de caminhos: desde um simples registro de informações a serem acessados pelas políticas setoriais até a criação de alertas de risco compartilhados que orientem uma atuação preventiva.

Hoje, com CPF e as possibilidades tecnológicas, é uma coisa muito factível. É possível ter um sistema de alerta de risco embutido na integração de bancos, de forma que as informações não só estão no mesmo lugar, mas geram conhecimento para gerenciar os riscos na primeira infância. É importante considerar que compartilhamento de informação entre entes é uma coisa delicada que é muito protegida por quem é responsável pela segurança e posse dos dados. A outra possibilidade é que seja considerada a caderneta da criança. A caderneta é um registro bem completo para ela ser preenchida por todas as partes, um instrumento compartilhado entre os diferentes setores. Em termos políticos, é muito importante sinalizar que é relevante e dar o peso político necessário para isso acontecer. Tecnicamente, isso nunca foi tão factível, temos menos problemas técnicos do que realmente tivemos, o que falta é mandato, vontade política para isso acontecer.

O gestor precisa ter um sistema único em que, ao digitar o CPF da criança, ele consegue ter acesso a se a criança está tendo visitação, se tem acesso à UBS, está frequentando creches. O governo federal já fez isso para os adultos, no gov.br. Mas isso precisará ser feito, garantindo níveis de sigilo, ainda que faltem elementos muito básicos de atendimento à Saúde e Educação.

A segunda dimensão para concretização da intersetorialidade está relacionada à coordenação e à estruturação dos serviços. Esse esforço se daria a partir da definição de uma governança que possibilite a legitimidade e a coordenação da política. Em outras palavras, há o apontamento de que a intersetorialidade de serviços, enquanto premissa, somente pode ser consolidada por meio de uma atuação intencional e estruturada, que oriente as diferentes políticas setoriais a partir de um conjunto de orientações comuns. Em relação à coordenação dos serviços, indicou-se a necessidade de garantir mecanismos concretos e claros que possibilitem a integração da oferta, por exemplo, por meio de diretrizes, modelos de trabalho ou protocolos de atendimento da primeira infância.

O desenvolvimento de protocolos de atendimento para movimentar a implementação da política pública. Os protocolos servem para criar caminhos claros de atendimento. Passa por organizar os serviços. Como montar protocolos diante das diferentes situações, como organizar o fluxo diante dos diferentes serviços - a criança é uma, a ideia é entrar todos em atuação de forma coordenada. Esses protocolos respondem às condições de atendimento dos municípios e os protocolos são o que traz a vida para todas as normativas. Ainda que não seja possível construir um protocolo único, dada a diversidade de contexto, seria importante definir diretrizes e investir na construção de capacidades locais para o desenvolvimento dessas ferramentas e a priorização dos vínculos e conexões entre os diferentes atores responsáveis pela implementação.

Quando construímos documentos com padrões básicos, a gente sinaliza deveres e atribuições para a ponta. A gente tem que sair de documentos mais técnicos e acadêmicos e passar a adotar documentos mais sucintos, que orientem para linhas simples de ações simples. A gente tem um país diverso, é preciso ter padrões de atendimento da primeira infância que definam o que é o atendimento mínimo em cada uma das áreas. É claro, esses mesmos padrões terão de ser adaptáveis e flexíveis, porque é preciso considerar diferentes determinantes, como questões climáticas, questões culturais, desafios locais. Documentos orientativos densos, grandes tratados não são lidos. É importante definir o mínimo necessário. Se nós tivéssemos essa sinalização enquanto política de Estado, a gente poderia ter direcionamento de grandes linhas de atuação e parâmetros para balizar a atuação dos municípios, sem invadir a autonomia. Quando faço orientação, não tiro o espaço de autonomia do âmbito local. É importante considerar que, quando eu tento especificar coisas demais na lei, essa lei vai engessar. Documentos orientativos podem ser mais efetivos.

DESAFIO 4: FORTALECER O REGIME DE COLABORAÇÃO INTERFEDERATIVA PARA O ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA

Uma governança interfederativa estabelecida será fundamental para a implementação da política integrada para a primeira infância. Idealmente, tal estrutura deve compreender mecanismos de indução e colaboração, com papéis, responsabilidades e incentivos definidos para governo federal, estados e municípios.

Especificamente no âmbito federal, destacou-se a importância da governança como mecanismo que contribuirá para o *enforcement* e legitimidade da política. Para isso, destaca-se como boa prática a criação de uma estrutura de coordenação ligada diretamente ao chefe do Poder Executivo, com ampla legitimidade para acompanhar e orquestrar a plena implementação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

Houve, também, menção ao papel dos estados e municípios. Para os estados, reforçou-se a importância de garantir seu envolvimento como forma de mobilizar a participação dos municípios que, por sua vez, precisam ser apoiados para garantir a plena oferta dos serviços de atendimento à primeira infância.

Os municípios não têm como dar conta dessa demanda, a responsabilidade é grande e a federação precisa transformar a primeira infância em um tema de Estado.

A mesma coisa com a governança, ela é fundamental e é base. No caso da prefeitura de São Paulo, optou-se por ser um órgão vinculado ao Executivo. A importância de isso estar próximo do tomador de decisão é fundamental e o que fica como desafio é a capacidade executiva deste órgão. Ele precisa estar próximo da Presidência. Isso é muito positivo, sinaliza a relevância do tema e vai facilitar a tomada de decisão, mas, também, gera uma questão delicada que é concorrer com outros assuntos e trabalhar com uma estrutura executiva muito limitada.

A política nacional integrada precisa integrar o desafio entre os setores para que haja um regime de colaboração. E os governos estaduais são os principais atores para coordenar a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Isso porque as políticas da primeira infância são setoriais e precisam ser conhecidas pelos estados e municípios. Nós precisamos prometer e executar, não ficando só na teoria. O planejamento precisa ser seguido de uma execução.

Um dos principais desafios é os municípios se reconhecerem como membros dessa política. A gente sabe que, se o estado, como ente federado, não adotar uma postura de articulação, os municípios não participarão. É preciso que os municípios se vejam. A política é materializada no território, onde as pessoas vivem. Depois, vemos onde a primeira infância está, quais as políticas envolvidas, propondo uma integração, considerando as características do âmbito municipal.

DESAFIO 5: INCORPORAR A DIVERSIDADE TERRITORIAL E RACIAL DAS INFÂNCIAS BRASILEIRAS NO DESENHO E NOS INCENTIVOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância tem um papel indutor fundamental junto aos estados e municípios. Considerada essa dimensão, seu desenho e os subsequentes incentivos para a implementação devem considerar, tanto quanto for possível, a diversidade nacional, especialmente relacionada aos territórios – suas demandas, oportunidades e recursos disponíveis – mas, também, no que concerne às próprias infâncias brasileiras, que são atravessadas pelas desigualdades sociais.

Para todo gestor público, a primeira infância é um desafio. Quando falamos de um gestor da Amazônia, esses desafios se somam. O primeiro grande desafio é considerar as diferentes infâncias. Uma infância ribeirinha é diferente da urbana. O meu município é urbano, rural e tem 72 ilhas. São demandas totalmente diferentes, estratégias de acesso e ofertas diferentes. Por exemplo, se eu fizer campanha de vacinação durante a semana na zona urbana, ela não vai ser bem sucedida, e o contrário acontece nas ilhas e na zona rural. Para mim, o primeiro grande desafio é garantir que as políticas respeitem a diversidade da infância e tenham um olhar para o território. Um exemplo de modelo único que não serve a todos os territórios é o Proinfância. Como atender aos requisitos do programa em um território tão diverso, que é urbano, rural e ribeirinho? Os modelos de UBS também não nos atendem. A nossa região sofre muito com as chuvas, que levam a infiltrações nos equipamentos, mas eu não posso mudar uma vírgula do projeto, do contrário, não consigo participar e receber os recursos. Como falar em equidade se eu preciso construir um modelo de política pública na região Amazônica que é o mesmo para o Rio Grande do Sul?

Quando a gente fala de crianças indígenas e povos identitários, cada grupo tem suas particularidades. Por exemplo, há estudos que mostram que houve mudanças de hábitos alimentares das famílias a partir do Bolsa Família. **Embora não haja dúvidas sobre a importância desta e de outras políticas, é importante considerar as especificidades territoriais para produzir adaptações, para que não sejam geradas distorções em determinadas localidades.**

O grande desafio é a desigualdade social que estamos vivendo. Vivemos um período de recuperação da aprendizagem, após quatro anos de uma profunda mudança da política nacional em todos os sentidos possíveis, precedidos por uma pandemia que impactou o atendimento na educação. Os problemas continuam a existir, especialmente nos pequenos municípios do Norte e Nordeste, em que há um grande desafio de integrar e implementar as propostas da educação infantil.

Não dá para pensar em um país justo sem considerar que temos uma larga parcela da população em situação precária. Essa parcela de população que está com um segmento social, em uma escala menos favorecida, faz com que a política para a primeira infância precise estar constantemente aquecida. Esse é um tema de Estado.

Considerar as diversidades na construção e implementação da política acaba por gerar um tensionamento entre as premissas de universalização e especificação. Afinal, como produzir uma política de caráter nacional e, portanto, que ofereça condições mínimas para a equalização de acesso a direitos, ao mesmo tempo em que se permite adaptações necessárias aos diferentes contextos de implementação do território?

Esse tensionamento também se faz presente quando considerada a perspectiva identitária de raça. Diferente, no entanto, do que observado na discussão sobre território, em que se propõe uma possibilidade de adaptação da política para que responda às condições do contexto específico de implementação, os elementos de raça precisam ser integrados de forma estrutural à política. Não se trata, portanto, de criar silos apartados para o atendimento destes grupos identitários, mas, sim, de garantir que as especificidades destas múltiplas infâncias sejam consideradas de maneira transversal nas diferentes ações que a compõem, a partir do reconhecimento de que a dimensão racial como estrutura social impacta todos os sujeitos, independentemente do território que ocupam. Em suma, se trata de questionar que tipo de atendimento às infâncias será ofertado de forma a considerar a diversidade racial. Como construir práticas que privilegiem o diálogo, a convivência fraterna e o fim de vieses institucionais e individuais que reforcem injustiças, exclusões e o racismo estrutural?

Nós temos uma política de educação escolar que saiu do campo indigenista e foi para o Ministério da Educação para se tornar parte do sistema de ensino e o que tem se produzido em termos de política não está conectado com a política de educação básica. Eu estou de acordo que a gente tenha que ter políticas específicas, para grupos específicos, que a gente garanta o direito a um tratamento diferente para grupos específicos, mas, também, sou favorável a uma política indigenista que seja incorporada ao nacional. Como fazer essa integração? O processo de colonização apagou áreas de conexão e elas ficam sombreadas no campo das políticas públicas. É preciso manter os aspectos comuns que é o que nos constitui como cidadãos brasileiros. Compartilhar experiências de cuidado comuns a partir do diálogo, da interação e da integração.

Só vamos ter uma política efetiva, intersetorial, quando considerarmos as perspectivas da racialidade. Quando penso em saúde, penso na infância, se eu não tenho uma política que reconheça que mulheres negras, indígenas, quilombolas, têm espaço diferenciados e, ao contrário, produza uma política universalista para esses grupos, eu vou reproduzir desigualdades e estruturas de origem raciais. *Trata-se de produzir políticas do campo de existência, considerando uma perspectiva subjetiva relacionada à raça que impacta a existência de muitas pessoas, em diferentes territórios.*

A adaptação das políticas públicas frente às diversidades territoriais e identitárias pode se consolidar a partir de duas medidas principais. Primeiro, a garantia de formação dos atores responsáveis pelo atendimento das infâncias, com o objetivo de ampliar a escuta, a compreensão dos desafios e especificidades do atendimento e, com isso, os caminhos para adaptação. Mais do que uma formação técnica, advoga-se por uma formação humanística, que reconheça a subjetividade do tema e a existência de processos que perpetuam diferenças no acesso aos serviços públicos, considerada a perspectiva territorial e a manutenção estrutural do racismo.

O que fazer para ampliar a inclusão da perspectiva racial e a necessidade de escuta dos sujeitos? Eu acho que tem uma dimensão que é de formação. A formação clássica e que ainda não faz esse tipo de discussão. E, ao mesmo tempo, qualificar o tipo de escuta. Temos mecanismos de escuta, com os conselhos de direito, mas eles não chegam nas mulheres pobres, na mulher periférica e negra. As representações são de outro patamar. A gente precisa encontrar um outro caminho para chegar nas usuárias dos serviços públicos. O atendimento de pobres para pobres é muito forte nas políticas. Um atendimento que não considera os desafios e as necessidades dos sujeitos. A gente precisa aprofundar os mecanismos, as tecnologias de escuta e a representação dos usuários.

As políticas afirmativas, voltadas à priorização e focalização do atendimento para grupos específicos, são consideradas importantes medidas para o atendimento das diversidades. No entanto, elas também devem ser acompanhadas dos esforços de formação dos atores responsáveis pelo atendimento para que reconheçam os desafios e processos relacionados à raça.

As priorizações e focalizações são importantes. Temos experiências de mecanismos de busca ativa e de critérios para acesso. Mas eles devem vir acompanhados de processos permanentes de formação continuada, dos sujeitos que operam os sistemas, quem são usuários, que tipo de demanda eles apresentam. Não adianta fazer coisas muito pontuais porque, como é uma questão inovadora – do ponto de vista da discussão e do momento –, quando trabalhamos com a perspectiva da formação continuada, vamos introjetando nos sujeitos essa perspectiva. No caso do racismo obstétrico, os sujeitos não percebem seus vieses, não percebem o tratamento diferenciado que é oferecido às mulheres negras. Ao lado das políticas de priorização, a gente precisa convencer os operadores de que a perspectiva racial é importante porque, do contrário, o racismo vai se perpetuando de outras formas. O próprio conceito de equidade não é conhecido pelos operadores de políticas públicas.

A segunda dimensão para atender à demanda de adaptação frente às diversidades territoriais e de raça seria que a política integrada assuma uma natureza modular. Nas palavras de uma das pessoas entrevistadas, “modular significa a capacidade de adaptabilidade, a oferta de uma cesta de serviços que permita, a partir dos diagnósticos, que os municípios possam fazer uma customização da oferta”.

O desafio da diversidade. São diversas infâncias. Não se pode conceber um programa desde Brasília e pensar que vai servir para todo o Brasil. Quem vai executar as políticas é prioritariamente os municípios e escutar a demanda do território é fundamental.

Uma política da primeira infância precisa ser modular e olhar para a oferta como uma cesta de serviços. Modular significa a capacidade de adaptabilidade, a oferta de uma cesta de serviços e, a partir dos diagnósticos, os municípios podem fazer uma customização da oferta. Como isso tem funcionado, que passos podemos dar para alcançar isso, como está se dando a implementação? Com a política, há a obrigatoriedade de que esses elementos sejam observados.

DESAFIO 6: ASSEGURAR A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância terá como desafio garantir a inclusão e o atendimento às crianças com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento, tais como o transtorno do espectro autista.

Embora os últimos anos sejam marcados por importantes avanços e conquistas na agenda da inclusão, ainda persistem graves problemas e violações nas dimensões de acesso e qualidade da oferta. Especificamente em relação aos transtornos globais de desenvolvimento, os desafios, especialmente na Saúde (atenção básica) e Educação, estão relacionados ao diagnóstico e acompanhamento das crianças.

A questão do autismo é uma das mais graves, ainda que haja uma política da pessoa com deficiência, a atenção exige muito tempo e uma equipe exclusiva para isso, no âmbito da atenção básica, que garanta uma rotina diária de acompanhamento. Hoje não estamos preparados para esse atendimento.

Os desafios são muitos. Há um problema de acesso, já que as matrículas da educação especial representam somente 1,4% das matrículas de educação infantil. Muitas crianças estão totalmente privadas do direito à educação. Sendo conservador, esse número deveria ser de 10%. E há desafios qualitativos: é preciso investir na criação de diretrizes específicas sobre como a modalidade de educação especial deve atuar em educação infantil; avançar na busca ativa de crianças com deficiência que estão fora do atendimento, especialmente da política de educação; ampliar a oferta de formação em educação inclusiva, considerando 4 perfis (técnicos da secretaria de educação, gestores escolares, educadores e professores que estão nas salas de aula com as crianças e especialistas e professores do atendimento da educação especial); ampliar a rede de professores do AEE na educação infantil; e disponibilizar materiais lúdicos que sejam acessíveis e multissensoriais.



5. POLÍTICAS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ÀS PRIMEIRAS INFÂNCIAS

A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância deverá se ocupar da articulação dos diferentes setores e serviços existentes para a garantia dos direitos das crianças.

No entanto, quais políticas e serviços devem estar prioritariamente envolvidos? Quais são os desafios específicos de cada uma das áreas? O que precisa ser superado para que a intersetorialidade e a integração possam ser uma realidade do atendimento às infâncias?

SÍNTESE:

1

A tríade Assistência Social, Educação e Saúde foram mencionadas como as principais políticas de atendimento à primeira infância.

Não obstante, outras políticas setoriais, como Saneamento Básico, Meio Ambiente e Cultura, devem ser incluídas, considerando a perspectiva de um atendimento integrado e integral às crianças e suas famílias.

2

As três áreas padecem de desafios relacionados ao subfinanciamento, tendo sido apontada como principal demanda para a sua resolução um maior equilíbrio interfederativo entre União, estados e municípios.

3

Na educação, o serviço estruturante de atendimento às infâncias se dá a partir da educação infantil. Foram reconhecidos os avanços no acesso à etapa da pré-escola e ressaltados os desafios relacionados à oferta de creche a partir de critérios definidos de qualidade. Nesse último caso, os principais gargalos residem na indisponibilidade de recursos, no âmbito dos municípios, para a construção de equipamentos, mesmo diante de programas federais, tais como o Proinfância.

4

A atenção primária em saúde foi destacada como a principal política de atendimento à infância, especialmente por sua capilaridade e caráter preventivo. Assim como observado na educação, persistem os desafios relacionados à oferta de serviços em virtude do subfinanciamento do setor. A atuação regionalizada no âmbito dos municípios foi apontada como possível estratégia para ampliar a disponibilidade de atendimento ao otimizar a aplicação de recursos, especialmente considerando a atenção de média e alta complexidades. Foi reforçada a importância de ampliar e aprimorar serviços-chave da atenção primária, tais como pré-natal, exames diagnósticos, acompanhamento nutricional, planejamento familiar e de saúde mental.

5

Os serviços de visita domiciliar e a política de transferência de renda foram destacadas no âmbito da Assistência Social como ofertas prioritárias para as infâncias. Há a defesa de que o setor pode contribuir para a efetivação da intersetorialidade, especialmente em virtude do desenho e estruturas do SUAS e suas políticas.

A tríade Assistência Social, Educação e Saúde foi mencionada por todas as pessoas entrevistadas como sendo as principais políticas setoriais de atendimento à primeira infância.

Não dá para fazer discussão de política de primeira infância sem envolver diferentes atores da sociedade, principalmente Saúde, Educação e Assistência Social. Essas áreas precisam estar envolvidas e liderando o processo com mais força. Todas as áreas precisam estar presentes, mas essas três lideram o processo.

No campo da **educação**, o foco da política integrada é a educação infantil, a partir da oferta de atendimento em creches e pré-escolas. A necessidade de expansão das vagas foi um dos pontos mais recorrentemente abordados, no entanto, com a problematização de que a ampliação da cobertura de creches e pré-escola deve vir acompanhada pela garantia de qualidade e equidade. Como destaca uma das pessoas entrevistadas, “não vejo valor na ampliação da cobertura de creche sem qualidade e sem equidade. É fundamental olharmos para a infraestrutura como também um terceiro educador”.

Um serviço que vejo como essencial é o de creches. Impressionante o impacto que as creches têm nas famílias e na cidade. Eu ouço das mães: “a ida à creche transformou, a creche foi a minha salvação”. Essa é uma política com impacto social enorme, quando ela é bem feita, quando ela é um espaço de cuidado e de educar. A creche estimula muito as crianças, elas conseguem mudar o comportamento dos pais, levando para casa conhecimentos. Essa é uma prioridade absoluta, a gente não pode deixar de investir nessa política.

Não vejo valor na ampliação da cobertura de creche sem qualidade e sem equidade. Estou preocupada com ampliação de vaga, com escolas ocupando todos os espaços urbanos simplesmente para dizer que temos cobertura. É fundamental olharmos para a infraestrutura como também um terceiro educador. As crianças passam um tempo muito grande na escola e deve haver uma especial atenção à qualidade e olhar para a estrutura como algo importante, as condições dos espaços não são supérfluas, elas são igualmente importantes, tanto quanto a qualidade dos educadores. Outro tema é o tempo de permanência no espaço educativo: é muito grave que as crianças fiquem 12 horas na escola. Se as famílias precisam desse atendimento, precisamos encontrar outras formas de oferecer sem institucionalizar. Esse modelo das 7h às 19h leva a um desempoderamento das famílias no seu lugar de valor. A interação dentro das famílias, os laços de afeto são muito importantes.

Outra coisa é o Plano Nacional de Educação, que está em vias de exaurir seu prazo. O plano atual virou uma carta de intenções, a forma de avaliação das metas precisa ser rediscutida. Há municípios que já bateram a meta e há outros em que elas não foram alcançadas. Há 5.570 municípios para ser controlada a meta. A meta de creche atual não serve mais. A garantia reconhecida pelo STF é que todas as famílias tenham acesso caso queiram, por isso, precisamos construir a meta de uma outra forma, incorporando uma perspectiva qualitativa.

Na educação infantil, a prioridade deveria ser o planejamento da expansão do atendimento da demanda por creches e pré-escola.

A perspectiva de formação de profissionais também foi amplamente destacada, especificamente no campo da educação, mas também de forma transversal às diferentes áreas de políticas públicas.

Considerando a formação inicial, houve relatos de que a precarização dos cursos de formação, especialmente pela profusão do modelo de Ensino a Distância (EaD), bem como o enfoque insuficiente (ou inexistente) em conteúdos sobre a primeira infância impactam a qualidade dos profissionais egressos.

No que tange à formação continuada, há indicação de que formações generalistas e descontextualizadas dos desafios locais pouco contribuem para o aprimoramento da prática profissional.

Tivemos avanço de a área de creche ser reconhecida como educação mas, em que pese ser a etapa com o maior percentual de profissionais formados, há uma lacuna de profissionais que não têm a formação mínima requerida. Muitos até têm nível superior, mas em outras licenciaturas, que não a pedagogia. A qualidade perpassa a formação do professor. O efeito escola, a infraestrutura disponível, é algo fundamental, mas há pesquisas mundiais apontando para a importância do efeito turma, para a formação de professores. Todo professor que atua em educação infantil precisa ter formação em pedagogia. E também é preciso investir enormemente em política de formação continuada. Esse esforço tem recaído nos municípios, mas é preciso políticas estaduais e federais para apoiar os profissionais nos desafios da educação infantil e a ter uma qualidade melhor de formação.

A gente vem trabalhando muito no Brasil com a modalidade de formação continuada de professores, dado que os professores já estão formados, mas acho que uma visão mais estratégica deveria enxergar a necessidade de influenciar na formação inicial, seja nos cursos de pedagogia, seja nas licenciaturas. Isso passa pela Saúde, pela Assistência Social, pela área do Transporte, estamos falando de algo intersectorial.

Eu fiz magistério e tenho mais qualificação de um pedagogo que está se formando agora. A pessoa passa quatro anos e não consegue ter formação qualificada para cuidar de criança, não conhece as regras da Base Nacional Comum Curricular. Eu fico indignada de como uma pessoa sai da universidade e não tem condições de prestar um atendimento.

O ECA é um instrumento e os conselhos tutelares são importantes, embora a eleição de representantes tenha virado uma briga ideológica. A formação de conselheiros é central.

Foram relatados diferentes desafios para a ampliação de vagas nas creches e, conseqüentemente, para o atendimento da demanda por creches. A avaliação é de que, embora tenha havido programas com essa finalidade, notadamente o Proinfância, os municípios ainda enfrentam desafios operacionais para a adesão e implementação das políticas. Foram relatadas questões relacionadas aos critérios para participação nos programas de incentivo à construção de creches, desafios para conclusão do cronograma das obras, atraso nos cronogramas de repasse de recursos, bem como barreiras à obtenção de financiamento adicional.

Um exemplo de modelo único que não serve a todos os territórios é o Proinfância. Como atender aos requisitos do programa em um território tão diverso, que é urbano, rural e ribeirinho? Esse recurso não se adapta para a construção na zona rural. Então significa que a mãe ribeirinha não precisa de creche? Quem cuida, estimula, cuida da criança quando a mãe vai para o roçado? A creche tem uma função fundamental no educar, no estímulo das capacidades cognitivas e também um impacto nas desigualdades. Precisamos pensar em outros modelos de creche para atender os diferentes territórios.

E há desafios para os municípios encontrarem terrenos para a construção de creches e isso dificulta a oferta dessa política pública.

O Proinfância, por exemplo, foi um programa importante de construção de escolas nos municípios. Ele tinha três padrões técnicos que eram elaborados em Brasília e deveriam ser implementados nos territórios. No entanto, os locais são diversos, demandam construções mais adequadas às culturas, às formas de funcionar, aos tempos e às relações. Ele foi menos potente do que poderia, foi muito padronizado. No município de Olinda, um município pequeno e urbano, não tinha um terreno com as condições que o Proinfância pedia. Não pode vir uma coisa formatada, pronta, que não dialogue com o nível local. Quem vai executar as políticas são prioritariamente os municípios, e escutar a demanda do território é fundamental.

O desafio é garantir o acesso. Ainda que muito pequeno, temos um déficit de cobertura de 4 e 5 anos e, como etapa obrigatória, não deveria haver nenhuma criança fora da escola. Na creche, a gente não vai atingir o percentual mínimo da população infantil de 0 a 3 anos definido pelo PNE. Por que não atingimos a meta de atendimento em creche? A gente teve projetos importantes, como o Proinfância, que apoiava a construção de creches, mas a gente teve um conjunto de mais de 4.000 obras que deveriam estar em funcionamento já há 6 anos, mas não foram finalizadas. E há uma tendência em responsabilizar os municípios, mas há outros problemas, de outras naturezas, que influenciaram essa não conclusão, inclusive o repasse de recursos para obedecer o cronograma de reembolso. Os municípios de pequeno porte não conseguem ampliar a oferta porque têm desafios para avançar na execução das obras e, se isso é verdade, eles precisam ser apoiados. A gente não defende a proposta de terceirização de equipamentos de educação infantil. A gente defende mais suporte técnico, a simplificação dos processos, porque termina que aqueles municípios que contratam consultorias são aqueles que mais captam recursos. Não é uma incapacidade ou negligência dos municípios, sabemos que há outros elementos envolvidos.

Há a defesa de uma maior participação da União e dos estados no financiamento da educação infantil e, especialmente, no esforço de ampliação de vagas no atendimento em creches.

É preciso ter uma articulação maior, apoio aos municípios, combinado com uma análise mais crítica dos critérios para a liberação de recursos, para além da população em idade escolar, para que não se gere distorções. Defendo uma política federal para a construção de creches, que possibilite aos municípios

ter uma estrutura própria e adequada para ser oferecida às crianças e não algo terceirizado. O convênio é uma alternativa ética, mas o ideal é dotar as redes de infraestrutura. Os estados também precisam apoiar os seus municípios. Os 25% aplicados em educação pelos estados são muito dinheiro para financiar só 3 anos de ensino médio. Esse montante de recursos dá condições para que os estados apoiem os municípios na oferta de educação infantil.

Na **Saúde**, a atenção primária teve sua importância destacada no contexto do atendimento à primeira infância, especialmente pela possibilidade de identificação precoce e preventiva de doenças que acometem as crianças. Com isso, serviços como pré-natal, vacinação, testagem para doenças congênitas (teste do pezinho, da orelhinha, do coração), são fundamentais para o atendimento das crianças na política de saúde,

As políticas da primeira infância começam antes do nascimento, a partir do pré-natal. Garantir o pré-natal de qualidade é uma prioridade absoluta. Isso tem a ver com a redução de óbito materno, o óbito perinatal, a redução dos índices de adoecimento. Havia uma UTI na minha cidade e a maioria das internações de recém-nascidos era por conta de sífilis congênita, algo totalmente evitável. Garantir as vacinas, o teste do pezinho, da orelhinha, do coração, testes que, se você fizer, é possível ter um prognóstico melhor, com acesso à estimulação precoce. Quanto mais cedo detectarmos o problema, mais cedo conseguiremos apoiar a criança.

A gente tem que dar ênfase na atenção primária à saúde. Eu estive no Reino Unido conhecendo o NHS e, lá, eles apresentaram que o que está em alta chama-se autocuidado, o cuidado preventivo desde os 5 anos. No Brasil, graças à atenção primária, temos condições de fazer isso desde a concepção, porque a partir da concepção há o acesso à cobertura pré-natal, isso é absolutamente possível no SUS.

Há em torno de 6 mil doenças raras. A partir do momento em que temos um diagnóstico precoce e o teste do pezinho ampliado, que pode diagnosticar até 60 doenças raras que acometem crianças e encaminhá-las às equipes responsáveis.

Especificamente no campo da atenção primária, foi dado destaque à atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), operadores da Estratégia Saúde da Família (ESF). Ao promover um atendimento territorializado à população, os ACS trariam uma contribuição adicional à atuação no cuidado em Saúde: a geração de dados e inteligência sobre os territórios de atuação, permitindo um maior direcionamento dos recursos e políticas locais.

Nós temos um profissional que precisa ser muito valorizado, que é o Agente Comunitário de Saúde. Hoje temos uma sala de situação no município. Temos uma sala que monitora toda a atuação nas ilhas, sabemos quantas grávidas, quantas crianças, através dos tablets, graças aos ACS. Isso nos ajuda muito, até em áreas que não têm a ver com Saúde. Nós tivemos um desmoronamento de terra, tivemos 200 famílias desabrigadas, seria um caos se não tivesse um ACS, porque eles têm dados para acompanhar, eles nos ajudam a entender o território, a formular política com os dados e com algo muito simples, um tablet.

O subfinanciamento da atenção básica, no entanto, representa uma ameaça que pode comprometer a oferta de serviços, especialmente no âmbito dos municípios. Nesse sentido, foi destacada a importância de ampliar a participação da União no financiamento da Saúde, considerando o aumento progressivo do aporte realizado por estados e municípios que, segundo dados apresentados, têm comprometido o orçamento dos entes federados em patamares superiores ao preconizado pela vinculação orçamentária obrigatória expressa na Constituição Federal.

A primeira questão é o financiamento. A gente consegue resolver 85% dos problemas de saúde na atenção básica, incluindo primeira infância, e a maior parte do financiamento vem dos municípios. O custo é alto para uma equipe multidisciplinar e qualificada com médico, enfermeiro, fonoaudiólogo. Hoje, os municípios gastam mais de 25% com saúde e isso acaba por retirar recursos de outras áreas que são prioritárias para a primeira infância. A deficiência dos municípios no financiamento em relação à atenção básica é algo que precisa ser priorizada.

Desde 1988, se olharmos para o financiamento da Saúde pelo governo federal, ele corresponde a 1,7% do PIB, com pequenas variações ao longo do tempo. Os gastos da Saúde, hoje, giram em torno de 4% do PIB, somados os investimentos de estados e municípios. Considerando a saúde suplementar, esse investimento vai para 9,2% do PIB, ou seja, só a privada é responsável por aproximadamente 5,6% do total e somente 4% é de financiamento público. Todos os países do mundo que têm um sistema público de saúde universal - Espanha, França, Inglaterra - todos gastam 7% do PIB de recursos no financiamento da saúde pública. Ou seja, o Brasil, que se propõe a ter um sistema nos mesmos moldes, investe apenas metade da média internacional. Há uma incoerência: temos um sistema integral e universal, mas o nosso gasto não corresponde a isso. Qual o desafio: se eu somar o gasto público, de cada 100 reais investidos em saúde, apenas 36 são financiados pelo governo federal. Os entes mais pobres, estados e municípios, que menos arrecadam, estão arcando com o maior valor. Isso é intolerável. Temos um serviço público universal e gratuito e os municípios estão comprometendo em torno de 26% de seus orçamentos no que deveria ser 15%; e os estados, algo como 17%, no que deveria ser 12%. A União está saindo progressivamente e continuamente do financiamento da saúde. Isso é um ponto de não retorno, porque, diante dos desafios que estão colocados para o futuro, os entes municipais e estaduais não vão conseguir arcar com esse patamar de investimento.

O SUS tem vários defeitos, mas tem várias vantagens também. Ele tem desafios porque tem a pretensão de atender 200 milhões de pessoas de forma integral, universal e gratuita. E, mesmo diante de uma conjuntura difícil, marcada por desigualdades, ausência de saneamento, alcançamos muitos resultados na saúde. E a atenção primária é responsável por esses resultados. Temos mais de 55 mil equipes de Saúde da Família, temos um programa de vacinas que é referência, de controle de doenças, todos esses resultados se dão, principalmente, por conta do avanço da atenção primária. Eu acho que o caminho da potencialização tem que ser via atenção primária, porque ela está em todos os municípios, todos eles têm atenção primária.

Precisamos radicalizar na gestão regional da saúde. Um SUS de base municipal faliu. Não há prefeito que consiga sustentar a execução de um orçamento de 25% para a saúde.

Assim como observado na educação, a formação de profissionais foi apontada como um desafio para a política de saúde, especialmente para a garantia de uma atuação em rede junto aos outros serviços de atendimento às infâncias.

A formação é um desafio enorme também. Os profissionais saem despreparados para o cuidado infantil, seja o atendimento mais básico, até quando há maiores agravos. Hoje, as universidades não estão priorizando a formação qualificada, precisamos formar melhores profissionais na assistência básica, enfermeiros qualificados para puericultura, psicólogos e médicos. Na saúde pública, eu preciso trabalhar o cuidado integrado, assistência básica, vigilância, atenção especializada e integrada, construindo uma rede de atenção que conecte com os diferentes profissionais. O médico da atenção básica precisa atuar em rede, envolvendo todos os setores, educação, saúde, esporte e lazer. Como formar profissionais que saiam com essa mentalidade? Posso garantir que, na maioria dos lugares, esse desafio está colocado. Capacitação em serviço poderia ser um caminho, mas o mais importante é que a formação se dê a partir dos problemas concretos de um determinado território. As capacitações mais generalizadas não fazem com que o profissional reflita sobre o que há de problema no território.

Além do cuidado via atenção primária, houve menção à necessidade de criar uma rede de assistência para agravos na primeira infância. Essa estruturação tem sido especialmente demandada por municípios e será estratégia para viabilizar o atendimento de casos de transtorno global de desenvolvimento, tais como o autismo, que têm sido crescentemente identificados nos últimos anos.

Hoje, não temos estabelecida uma rede de assistência para agravos na primeira infância em lugar nenhum, por isso, dentro da Rede Cegonha, a proposta é criar ambulatórios de risco. Quem tem que garantir toda essa oferta é a atenção básica, que está defasada, com isso, não conseguimos garantir uma atenção qualificada para a maioria das crianças que tem alguma situação de agravo. E, hoje, o problema que tem sido mais demandado é o autismo. Se eu consigo promover uma rede de proteção para esse caso, eu consigo evoluir muito, porque atuar no autismo implica em ter uma rede de proteção social muito integrada.

Na visão das pessoas entrevistadas, o atendimento à saúde da criança começa com o cuidado na gravidez. Nesse sentido, reforçou-se a importância do acompanhamento dessa etapa da vida, incluindo o reforço aos serviços de atendimento pré-natal, amamentação, promoção dos bancos de leite materno, atenção ao puerpério, entre outros. De maneira específica, a gravidez precoce entre adolescentes destaca-se como um fenômeno que carece de cuidados intersetoriais entre Saúde, Assistência Social e Educação.

Temos desafios na rede materno-infantil. Houve uma desmobilização muito grande das redes de cuidado com a saúde materno-infantil. Há muitas cidades sem maternidade, sem uma rede de referência para casos complexos. Precisamos trabalhar isso com planejamento regional integrado, ou seja, entender as necessidades do território e endereçá-las de forma estratégica.

O tema da maternidade precoce é urgente. Nós temos contato com essa realidade. Vivemos como auditores dos tribunais, vamos a campo, visitamos as

UBS, escolas e essa dimensão precisa, necessariamente, ser alvo de atenção, junto com algumas outras que envolvem o tema da segurança, não alimentar a ideia de homeschooling, que pode alimentar a possibilidade de violência. Sabemos que a escola é espaço de atenção e cuidado.

Uma ênfase maior nas questões de saúde é pensar que a primeira infância pode ser atendida e cuidada desde o acompanhamento da gravidez. Dados do Ministério da Saúde apontam que 70% das gestações de adolescentes foram indesejadas. Olhar para a política da primeira infância é também olhar para as adolescentes e pensar a conexão disso com a saúde mental. O quanto essa gestação indesejada imprime nos bebês e em toda a estrutura familiar.

Outros temas e desafios relacionados à política de saúde foram a vacinação, saúde mental das crianças, acompanhamento nutricional, atendimento à criança com deficiência e apoio ao planejamento familiar, conjugado à política de assistência social. Foi também destacada a importância da promoção de políticas de autocuidado com o objetivo de dotar a população de conhecimentos, ferramentas e da autonomia para um cuidado preventivo de saúde.

A ideia de uma saúde integrativa, que a ideia de saúde mental expressa isso de forma muito evidente. Esse é um tema que cada vez vai ficar mais presente na primeira infância.

Temos que nos preocupar com a vacinação, porque existem fake news contra uma medida que previne diversas doenças, especialmente na idade adulta. Uma coisa que aprendemos em Harvard é a saúde mental, o estresse tóxico é muito relevante. A criança sofre na primeira infância sem ter um adulto para explicar e protegê-la.

A questão nutricional é uma área que precisa ser mais valorizada e o aleitamento materno precisa ser resgatado como política. Avançar na identificação de problemas relacionados à saúde mental, garantindo equipes multidisciplinares para o atendimento. A questão do zika vírus não está resolvida, mas é algo mais regionalizado. Temos regiões que sofreram mais com agravos do que outras, por isso, a política para a pessoa com deficiência é necessária.

A população precisa ser responsabilizada pelo cuidado da sua saúde, inclusive. É preciso que as crianças entendam sua responsabilidade como cidadão, no autocuidado. Não há sistema que dê conta de cuidar da saúde sem que haja prevenção.

Temos uma completa escassez de política de planejamento familiar integrada. Integrada porque é mais do que direito sexual, estamos falando de projeto de vida. A pesquisa "Nascer no Brasil" aponta que 47% das mulheres tiveram uma gravidez não desejada, isso é muito grave e se junta ao desafio das mães solo, que são as únicas responsáveis pelo cuidado de vários filhos.

Por fim, a dimensão territorial foi abordada na política de saúde a partir de duas perspectivas principais. Primeiro, o destaque para a necessidade de adaptação dos serviços considerando as demandas e características do nível local e, a segunda,



mobilizada a partir da lógica da regionalização do atendimento. O argumento é que o princípio de integralidade do SUS, especialmente considerando o atendimento de média e alta complexidades, não pode mais ser alcançado a partir dos municípios, especialmente pelas limitações orçamentárias. O caminho seria, então, organizar a oferta a partir das chamadas macrorregiões em saúde, o que permitiria mais eficiência e resolutividade no atendimento das demandas da população.

Eu não conheço nenhum modelo de saúde tão perfeito quanto o SUS. Na maior parte dos países é preciso ser pago. Onde a gente falta é na equidade. É um sistema que é para a cidade. Eu tenho escola em todas as ilhas, mas em compensação à unidade de saúde, eu preciso me deslocar. O serviço de saúde mental é só na cidade. O modelo de saúde é único e não atende a todas as realidades.

Se o Brasil continuar achando que faz sentido fazer política em Brasília e levar para todo o país, continuaremos a não enfrentar os desafios que estão colocados. Não dá para criar política unificada em Brasília e achar que ela será implementada do Oiapoque ao Chuí.

Não posso querer ter integralidade em cada município, mas temos 117 macrorregiões de saúde e entendo que um caminho possa ser destinar todos os recursos de média e alta complexidades para essas regiões administrativas. Só assim eu posso garantir a solução necessária para os atendimentos mais complexos existentes. A regionalização é o caminho, os municípios estão convencidos disso. Teremos economia de escala, resolutividade e uma maior oferta de serviços à população.

Completando a tríade de políticas prioritárias de atendimento às infâncias, a **Assistência Social** foi destacada por quase todas as pessoas entrevistadas. O Sistema Único da Assistência Social (Suas) possui especial relevância para a garantia de direitos e a prevenção de violações contra crianças. Para além, conforme destacado por uma especialista, “é a única política que cuida da criança a partir do olhar e da atenção à família, o que é uma perspectiva muito poderosa, se aproxima muito do que significa colocar a criança como prioridade absoluta na prática”.

Diferentemente da saúde e educação, em que há vinculação orçamentária para sua plena operacionalização, no entanto, a política de assistência social carece de viabilidade de recursos para sua implementação, especialmente no âmbito dos municípios e estados. Por mais de uma vez, entrevistados descrevem a política de assistência com termos como “é o patinho feio” ou “é o primo pobre”, reforçando a ideia de que seria preterida.

Diante de uma percebida fragilidade orçamentária, há a demanda pela criação de um mecanismo de vinculação de recursos para o financiamento da Assistência Social. A PEC 383/2017, atualmente em apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, representa uma dessas propostas, ao determinar a vinculação de 1% da receita líquida corrente para financiamento do Suas.

É a política patinho feio, não tem previsão de orçamento, está supersucateada. Não se percebe que ela tem um caráter de prevenção fundamental. Afinal, cuidar da assistência impacta em todos os outros problemas que levam

a determinações sociais da violência, à piora da saúde e da educação. *É o primo pobre, está sempre à mercê de orçamento, os Cras são espaços somente de recepção de transferência de renda, quando, na verdade, poderiam ser um locus mais frutífero para alimentar o CadÚnico.*

Passamos quatro anos numa fragilização imensa, em que o governo federal deixou de repassar os recursos pactuados e voltamos agora a receber 80% do pactuado, mas, se não tivermos uma vinculação orçamentária mínima, a Assistência Social pode morrer a qualquer momento. Sentimos isso na gestão de 2019-2022: não fossem os municípios a arcarem sozinhos com a manutenção da política social, teríamos fechado. Outros municípios de pequeno porte, com pouca arrecadação, fecharam serviços. Muita gente não concorda com essa vinculação, eu já ouvi muitos prefeitos dizendo que o recurso deveria ser único e a gente divide. Se não tivermos fundamentado quais são as políticas para transformar a sociedade, podemos tomar um caminho equivocado. Política pública não se faz a partir de trocas, política pública não se faz assim, se faz a partir da legislação pactuada e do acesso a recursos para todos.

A atenção social básica foi amplamente destacada nas entrevistas, com especial menção para os serviços de transferência de renda, notadamente, o Bolsa Família, os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e os programas de visitação domiciliar, em especial o Programa Criança Feliz (PCF).

Considero fundamental a continuidade da política de transferência de renda, aliada ao refinamento do programa de visitação domiciliar para que essa iniciativa possa estar presente e mais próxima das famílias, especialmente junto aos vulneráveis.

Como tem um programa de visitação de saúde, sempre acreditei que precisávamos de um programa de visitação de acompanhamento das famílias, para acompanhar o desenvolvimento da criança, fornecendo apoio.

Considerando especialmente o Programa Criança Feliz (PCF) e a atuação dos Cras, foram feitos dois principais destaques. Primeiro, a proposta de que essas políticas possam ser empregadas como a “porta de entrada” para o exercício da intersetorialidade no atendimento às infâncias. Segundo especialistas, os Cras, a partir de sua capilaridade e instrumentos de atuação (Plano de Atendimento Integrado à Família - Paif) e o PCF, graças à territorialização e atendimento sistêmicos às famílias, poderiam servir de ponte para um atendimento integrado entre as diferentes políticas setoriais. Para que isso aconteça, no entanto, tais políticas precisam ser aprimoradas, seja a partir da adoção de protocolos claros de intersetorialidade, dentre eles estratégias de busca ativa, como também o reforço na formação dos visitantes e a ampliação de recursos financeiros.

A política de assistência social tem todas as condições de contribuir com a intersetorialidade do atendimento à infância. Os Cras estão presentes em 95% dos municípios brasileiros, um equipamento altamente capilarizado. Ele poderia ser um espaço de integração das políticas, é a única política que cuida da criança a partir do olhar e da atenção à família, o que é uma perspectiva muito poderosa, se aproxima muito do que significa colocar a criança como prioridade absoluta na prática. O Cras poderia ser o “cabo de guarda-chuva” para conectar

as diferentes políticas. Isso tudo a partir de um instrumento que já existe, o Plano de Atendimento Integrado à Família (Paif). O Cras é o equipamento público que poderia ser a porta de entrada para a intersetorialidade.

Além disso, é fundamental que essa estratégia seja focada em ampliar a presença da família junto ao setor público. O componente de fortalecimento de vínculos é fundamental, mas a política de visitação pode ter um olhar mais amplo e pode ser uma porta de entrada ou estratégia de busca ativa para outros serviços, para o empoderamento da família, para o fortalecimento da família junto aos demais serviços públicos. Tem uma coisa muito bonita do Programa Criança Feliz que é tirar a família da solidão da miséria. A pobreza retira as pessoas do convívio e o programa de visita o pode ser um aliado da mãe na concretiza o de sua vida cidadã, tirando da invisibilidade a economia do cuidado, conectando a família com outras políticas. A visita o tem muita importância, mas ela não se encerra em si só, ela precisa se conectar com outras políticas. Isso ajuda a criar um senso de pertencimento; não   só ferramenta de estímulo que as mães precisam, é lugar de pertencimento, ampliar sua potência, seu lugar.

A política de visita o familiar pode ser uma importante estratégia para fazer a busca ativa das crianças, fazer chegar os serviços onde as crianças estão. Para isso, é preciso termos visitantes bem formados, bem remunerados, com uma carreira para esses profissionais.

Parece haver divergências em rela o ao perfil de visitantes do PCF. Na visão de uma especialista, deve ser dada prioridade ao vínculo comunitário deste ator, enquanto que, para outro entrevistado, a sele o se daria a partir de sua forma o técnica e acad mica. Em todos os casos, no entanto, há o reforço de que a forma o continuada deste ator é fundamental para dot -lo dos instrumentos necessários ao exercício da intersetorialidade.

O Criança Feliz está mais próximo de um desenho de intersetorialidade, mas é preciso ter um dispositivo que garantisse que a comunidade indicasse o visitante social, a pessoa do PCF que iria conduzir o processo no âmbito local.  s vezes, temos casos de pessoas que são deslocadas dos territórios, sem conhecer a realidade daquelas pessoas.

É preciso garantir recursos específicos para um acompanhamento a domicílio e uma estrutura para capacita o dos atores que farão o programa de visita o, no âmbito da assistência social. É preciso ter um nível de capacita o técnica e universitária desses atores que vão implementar uma política para a primeira infância.

A dimensão do cuidado comunitário foi destacada como um elemento que pode ser incorporado pelas políticas de atendimento às crianças, em especial no âmbito da assistência social. Conceitos como estratégias coletivas e comunitárias de cuidado, comunidade autoprotetiva e cuidadores sociais foram utilizados para nomear uma estratégia na qual o território é incentivado, apoiado e se organiza para promover o cuidado das crianças. Embora sejam uma inova o no âmbito das políticas atuais,

40 “Art. 12. A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da prote o e da promo o da criança na primeira infância, nos termos do caput e do   7  do art. 227, combinado com o inciso II do art. 204 da Constitui o Federal, entre outras formas: V - criando, apoiando e participando de redes de prote o e cuidado   criança nas comunidades”.

tais dispositivos já aparecem em normativas do campo, como o Marco Legal da Primeira Infância⁴⁰.

Há um outro elemento que é a dimensão comunitária. A gente só consegue recursos para 1 milhão de visitas, mas precisaríamos de 4 milhões. Precisamos de estratégias mais coletivas, apostando na potência da comunidade, eu acredito em estratégias coletivas para ampliar a escala e a potência das iniciativas. Podemos ajudar a articular e apostar na potência do território.

Eu creio que é possível desenvolver isso nas comunidades e periferias. A comunidade autoprotetiva. Eu conheço comunidades na Colômbia que têm uma política de autocuidado entre eles. É possível que a gente crie territórios autoprotetivos, como as milícias impõem-se como autoprotetivas para as comunidades, como os cartéis que se formam de traficantes e usam as crianças para promover o tráfico e fazem deles trabalhadores sociais, nós deveríamos... O Estado deveria ter trabalhadores sociais nessas comunidades, a figura do cuidador social seria fundamental, precisaria estar na comunidade, não é algo como o Conselho Tutelar, ele precisa ter o espírito comunitário.

No âmbito da atenção especial e de alta complexidade, os sistemas de acolhimento foram destaque em todas as entrevistas. Houve alertas para a prevalência de situações de violação de direitos por atores e equipamentos do Estado e a necessidade de rever práticas no âmbito do sistema de garantia de direitos. Os serviços de fortalecimento de vínculos foram destacados como uma importante ferramenta para o apoio às famílias diante de distintas situações de vulnerabilidade, dentre elas, as violências.

Se eu identifico que uma família é hipossuficiente não significa que a criança saia do seio familiar. Isso é uma garantia trazida pelo ECA, e o governo precisa apoiar esse processo. É preciso ver a pessoa como um todo.

A política para a primeira infância precisa ser uma política do cuidado, uma política contextualizada. Às vezes, temos casos de mães que não levam para a escola e para vacinar. Reconhecendo isso, o Conselho Tutelar já chega com o pé na porta, notificando a família. O que traz isso para a família? Ternura? Não, isso traz o terror e o medo. Uma política precisa trabalhar a partir da perspectiva da prevenção, um sistema de garantia de direitos que não viole direitos. É fundamental fazer uma atualização do sistema de garantia de direitos.

Os serviços de fortalecimento de vínculos são essenciais, no âmbito da assistência social. Muitas crianças sofrem violência de todas as ordens, física, psicológica, e esses serviços ajudam na proteção a essas infâncias.

Especificamente, foram destacadas as políticas de acolhimento institucional, com a defesa de que a primeiríssima infância (0 a 3 anos) seja atendida no serviço de acolhimento em Família Acolhedora, e não em abrigos institucionais. Foi destacada, no entanto, a necessidade de ampliar a compreensão sobre o papel desta política de acolhimento, em consonância ao que determina sua própria definição legal. O argumento é de que a política de Família Acolhedora serviria ao propósito de proporcionar acolhimento às crianças apartadas do convívio familiar, mas, também,

o de subsidiar a reintegração destas com a sua própria família. Nesse sentido, as políticas de acolhimento conjunto ou guarda subsidiada foram destacadas.

A primeira infância precisa estar em Família Acolhedora e não em abrigo. Atualmente, entre 5% a 7% das crianças pequenas estão em famílias acolhedoras, mas esse número deveria ser em 90%. Temos legislação e evidências de que essa modalidade de acolhimento é a mais efetiva. Há muitos prejuízos em deixar uma criança menor de 3 anos no abrigo, por mais que sejam bons profissionais, há um estresse tóxico institucional. Numericamente, são poucas crianças deste grupo, é factível que nos comprometamos a rever esse processo e não termos mais crianças pequenas, menores de 3 anos, em abrigos. A verdade é que, para esse serviço existir, ele precisa ser institucionalizado, com famílias acompanhadas e orientadas, o que está bem descrito na política e orientações da política de assistência.

Importante também considerar o acolhimento conjunto. Há mães que já estão em situação de vulnerabilidade e são separadas dos seus bebês em situações de crise e isso precisa ser revisto. Há pouco acolhimento em situações de crise e, às vezes, são mães muito amorosas, são as melhores cuidadoras. É mais benéfico para a criança ter a mãe presente, desde que ela tenha apoio em momentos de crise para que esse cuidado se consolide. Já há experiências de acolhimento conjunto em mais de 550 serviços existentes.

O objetivo deve ser, sempre que possível, fazer a reintegração com a família. Nesse sentido, a guarda subsidiada é mais importante para a criança. A gente reproduz o cuidado que a gente teve e as mães podem não ter o repertório ideal para o cuidado com os filhos. Pode ser que a Família Acolhedora apoie a desenvolver a competência de maternar o próprio filho.

DEMAIS POLÍTICAS SETORIAIS DE ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA

Embora sejam recorrentemente mencionadas como as áreas prioritárias de atendimento às crianças, Assistência Social, Educação e Saúde não devem ser as únicas a serem incluídas em uma política integral para a primeira infância.

O entendimento de que o cuidado com as crianças deve ser pautado pela integralidade e, portanto, envolve diferentes áreas de políticas públicas, já foi consubstanciado em importantes marcos técnicos e normativos da área, tais como o Plano Nacional pela Primeira Infância.

Eu coaduno com o que preza o Plano Nacional pela Primeira Infância. Temos um documento que não é meramente técnico, ele é político. Apresenta 18 ações finalísticas e cinco ações meio e transversaliza essa intervenção em qualquer território. É um documento riquíssimo, ele embasa, norteia, direciona, traz princípios e diretrizes e trabalha não somente de uma forma filosófica e chama para que a sociedade civil organizada, o terceiro setor, setor privado e, principalmente, os serviços multisetoriais, que o desafio é reconhecer o nosso papel frente à primeira infância, e eu defendo a proposta do Plano Nacional pela Primeira Infância. Quem conhece o plano, com certeza, comunga com o plano.

Além disso, há a defesa de que o atendimento às crianças deve englobar, também, o

cuidado com suas famílias e redes de proteção. Com isso, o conjunto de políticas que precisam ser envolvidas é ainda mais amplo.

O direito da criança está intrinsecamente conectado ao direito da família e das pessoas que cuidam dela, inclusive os profissionais. Essa interdependência ainda não é clara, o que gera uma desconexão em relação ao acesso aos direitos e ao conjunto de políticas públicas, muitas delas que vêm, inclusive, antes da creche ou do atendimento à saúde, e passam pela oferta de serviços de parentalidade, planejamento familiar, emprego e renda.

Nesse sentido, outras políticas setoriais foram mencionadas, tais como habitação, saneamento básico, cidades e desenvolvimento urbano, obras, cultura, esporte, lazer, emprego e renda, além das chamadas “áreas meio”, como planejamento e orçamento. A política de segurança pública foi especialmente mencionada, com destaque para a necessária revisão de seu papel, a partir da adoção de mecanismos de prevenção à violência e de trabalho conjunto com a rede de atendimento às infâncias. Ademais, a política de meio ambiente também ganha destaque face aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas e o impacto direto nas condições de vida e bem-estar das infâncias.

As políticas de emprego e renda para as famílias da criança, porque não podemos cuidar só das crianças, é preciso cuidar também das famílias.

Segurança pública é uma outra política que precisa ser incluída, baseada em evidência, considerando a autonomia dos entes federados. A segurança pública está deslocada para a fase pós-violatória e ela pode ser acionada de forma preventiva. Trazer a segurança para promover a revisão do seu papel, retomando a sua perspectiva de prevenção, orientação, um trabalho conjunto na rede de prevenção. Temos, hoje, políticas para crianças que foram vítimas, mas não para aquelas que foram testemunhas, essas crianças são invisíveis, elas nem existem.

Justiça e segurança pública não podem ficar fora. Temos visto um crescimento das situações de violência e abandono contra crianças. Temos visto, inclusive, um aumento das violências por parte dos agentes de Estado e da família estendida.

Habitação e saneamento também precisam ser incorporados. Sem essas políticas, a criança não consegue se desenvolver sozinha. Algumas pessoas também apontam os espaços urbanos, espaços para brincar. Isso pode ser importante, mas não acho de primeira ordem, esse ficaria numa segunda fase.

Políticas de cidades e desenvolvimento precisam ser consideradas, pelo impacto nas questões de organização das cidades e organização dos ambientes.

É fundamental incluir o desenvolvimento urbano. As cidades são violentas, hostis, não dispõem de espaço para brincar. As crianças falam da violência do trânsito, da falta de parque, praça, calçada.

Uma parte importante que dialoga com o adoecimento mental, o lazer e o direito à cidade, uma cidade educadora. Dentro desse direito à cidade, temos

que ter, seja na creche, na assistência, na saúde, precisamos ter uma relação muito afinada com as mães e com as cuidadoras. Isso dá uma facilidade de integração maior. **O direito à cidade também envolve saneamento básico e água tratada**, inclusive relacionada com as escolas, como atender crianças na pré-escola sem água tratada. Precisamos de modelos de praça, áreas públicas de lazer, com verde, com área, areia que coloque a criança em contato com a natureza, uma maneira de envolver a comunidade, dar uma dimensão mais ampla ao papel da pré-escola e da família, dos conselhos de escola.

É preciso uma cidade educadora. Preciso incluir a política de urbanismo no planejamento da infância nos municípios, considerando que na cidade mora criança. Esses espaços públicos precisam ser pensados para brincar, com atividades lúdicas e educativas. Também é importante envolver as secretarias de Esporte e de Cultura. Quanto mais estimulada nessa fase de vida a criança for, com a dança, poesia, o canto, mais ela vai se desenvolver. São três as políticas clássicas, mas é preciso contemplar as diferentes áreas do município que envolvem um trabalho com criança e é difícil pensar em alguma área que não tenha.

Meio ambiente pode ser muito importante para as infâncias do país, considerando a urgência climática e a importância de garantir o comprometimento das infâncias. Saneamento básico é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e da saúde, e trazer as políticas relacionadas ao meio ambiente precisa estar endereçado com força pelos municípios.

Além das três prioritárias (Saúde, Educação e Assistência Social), não conseguimos deixar de fora a infraestrutura, porque, com isso, você garante saneamento, habitação e segurança pública. E, agora, temos uma área prioritária que é o meio ambiente. Há outras também, por exemplo, cultura, que é transversal, uma questão que a gente precisa rever um pouco. Porque temos áreas fins, mas temos áreas que são transversais, elas podem ter ações fins, mas também estar presente em diferentes áreas. A cultura tem algumas áreas que podem ser bastante transversais. Se você pensa num comitê intersetorial, planejamento e orçamento precisam estar dentro, ainda que seja uma área meio.

Cultura precisa estar dentro. **Criança e cultura são quase sinônimos.** Precisamos trazer beleza para as crianças.

Uma das políticas mais essenciais é a mobilidade urbana. **Mobilidade não é só rua e calçada, é cultura, esporte, lazer, brincadeira.** Porque a criança não tem como ocupar a sua comunidade e precisa vir até o centro para ter acesso a serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Mobilidade urbana não é só calçada. É ter segurança para caminhar na rua, com isso, as políticas públicas podem desenvolver melhor a dimensão de políticas públicas junto aos atores.

Todas as áreas são importantes, mas a cultura, esporte e lazer são fundamentais. A gente tem que instigar o criativo, trabalhar as áreas, dar oportunidade para a parte cultural, o conhecimento da história do Brasil e da história do mundo. A área do lazer é fundamental. A criança precisa brincar.

6. DADOS E INFORMAÇÕES

A sistematização de dados e informações constitui um pilar essencial para o ciclo de políticas públicas, seja nas etapas de formulação, implementação ou avaliação das intervenções governamentais.

Os dados permitem a identificação de características da população-alvo e a consequente construção de intervenções direcionadas para os desafios identificados, isso sem mencionar a possibilidade de instituir uma sistemática de acompanhamento de resultados e de impacto.

Quando analisada a Primeira Infância, a disponibilidade de informações ganha ainda outro patamar de relevância atrelado ao acesso a direitos: sem a identificação tempestiva e atualizada das crianças, fica impossibilitada a garantia do atendimento pelas políticas setoriais. Não à toa, especialistas reconhecem a importância singular de instrumentos como o Cadastro Único, que permite a identificação de mais de 43 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social no país⁴¹.

Considerada sua inegável importância para os gestores e políticas públicas, a disponibilidade de informações também é fundamental para as famílias. Conhecer os dados sobre o desenvolvimento de suas crianças e sobre os serviços oferecidos - da merenda, passando pelas vacinas e chegando até os benefícios sociais - torna-se, portanto, um elemento fundamental para o exercício do cuidado, da parentalidade e da participação social.

A escuta de especialistas, por conseguinte, buscou identificar recomendações para que dados e informações - ou seja, a inteligência gerada - sobre as infâncias brasileiras pudessem ser acessíveis para gestores, familiares, cuidadores e para toda a sociedade.

SÍNTESE:

1

Foram identificados três principais desafios para avançar na sistematização de dados e informações sobre a primeira infância no Brasil:

(i) a diversidade de atores e referências utilizadas para a coleta de dados, o que gera uma baixa padronização e referência nas informações disponíveis; (ii) desafios de acesso por parte das famílias e redes de cuidado, especialmente dentre os grupos de maior vulnerabilidade, com baixo ou inexistente acesso à internet e (iii) a inexistência de uma estratégia nacional de comunicação e sensibilização sobre a primeira infância.

2

Foi sugerida a criação de um Observatório Nacional da Primeira Infância, estrutura que será responsável por sistematizar dados, de forma padronizada, provendo informações tempestivas para as políticas públicas e famílias. É fundamental que o observatório conte com uma

representação tripartite, com governo, sociedade e setor privado, bem como considere a perspectiva territorial para assegurar o monitoramento de dados em perspectiva agregada e granular.

⁴¹ Segundo dados de novembro de 2023, disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>

3

Para o acompanhamento pelas famílias, foram sugeridas estratégias alternativas de alcance e difusão de informações, como a utilização de rádios comunitárias e equipamentos públicos locais, incluindo espaços de convivência, como igrejas.

4

Assegurar uma política de comunicação sobre a primeira infância, com o objetivo de sensibilizar a população em geral sobre a importância desta etapa do desenvolvimento humano.

A sistematização de dados e indicadores sobre as primeiras infâncias no Brasil alcançaram relevantes avanços no país nos últimos anos, conforme relatam as pessoas entrevistadas.

Acho que a política precisa indicar necessidade de elaboração dos indicadores, governança de elaboração, prazo de construção. Já existe um repertório grande de indicadores, mas precisávamos ter uma estrutura de Estado específica para fazer essa proposição. Se fizer sentido para o corpo técnico, seria fazer a indicação da necessidade da política e já prever uma instância e organização mínima que poderia ser um observatório - embora a palavra não diga muito - já indicar, teriam indicadores, governança específica.

Ainda assim, a cultura de dados não é prevalente no país, de modo que é necessário adotar o critério de priorização de quais indicadores serão monitorados pelos gestores e pela família, num esforço de sensibilizar para a importância dessa dimensão.

É necessário utilizar o critério de priorização quando falamos de dados. O Brasil não tem cultura de dados ou de planejamento, então não adianta trabalhar com muitas metas, nem a família vai entender e os técnicos vão se perder, o que compromete a essência da utilização de dados. É preciso escolher e priorizar os dados que serão acompanhados, até que as pessoas adquiram a cultura de indicadores e entendam que é o indicador que vai permitir um acompanhamento mais acurado. A educação tem mais de 50 indicadores. Se formos acompanhar tudo, vamos nos perder. Além disso, é preciso prezar pela simplicidade: indicadores de fácil leitura, com linguagem simples e cores para facilitar a comunicação. As famílias precisam de cores para acompanhar o avanço do desenvolvimento. Esse tipo de recurso comunica como ninguém.

Ainda que o esforço de sistematização de dados tenha avançado, há desafios a serem superados, ao menos de três naturezas.

Primeiro, para as políticas públicas, os dados concernentes à primeira infância são sistematizados por atores diferentes, incluindo aqui, também, a atuação da sociedade civil e das universidades. Esse movimento gera uma profusão de informações não padronizadas e que dificultam análises abrangentes e generalizantes que informem as políticas públicas. Para endereçar esse desafio, uma das propostas mapeadas foi a criação de um Observatório Nacional da Primeira Infância, ou seja, uma estrutura central, alimentada de forma colaborativa por diferentes atores, e que se dedique

à sistematização de dados sobre as primeiras infâncias brasileiras, a partir de uma metodologia partilhada, que possa subsidiar tecnicamente e de forma tempestiva as políticas públicas. Um observatório das primeiras infâncias poderia endereçar, também, o desafio enfrentado por municípios que possuem baixos recursos para a construção de diagnósticos locais. Seria importante, no entanto, manter a contribuição dos operadores das políticas, especialmente visitantes sociais e agentes comunitários de saúde, para a sistematização de informações.

A gente tem dados os mais diversos, tratados diferentemente, em lugares diferentes, que pouco conversam, e fica difícil ter uma noção exata de qual o universo e quem atua com esse universo que é imenso e muito fragmentado da informação. Se não tivermos dados inteligíveis, acessíveis, não conseguimos construir a política pública. O Censo, por exemplo, preenche uma função, mas a informação que o Censo dá ainda é precária se queremos refinar a ação. Se quisermos ir ao final da linha, ter uma ideia real do que está acontecendo.

Temos muitos dados e informações sendo consolidados tanto pelo setor público quanto pela sociedade civil e, na minha opinião, falta é uma consolidação e uma articulação entre essas informações, criando um observatório nacional, algo como um observatório da primeira infância, um IBGE da primeira infância. Defendo isso porque temos cinco regiões brasileiras, que têm tamanho de continente, e cada unidade federativa tem tamanho e circunstâncias diversas e situações que precisam ser registradas. Por vezes, procuramos dados sobre fenômenos específicos e não encontramos muitas respostas. Além disso, me preocupam as subnotificações - por exemplo, registro civil e parentalidade, muitas vezes, só com o registro da mãe ou de quem cuida. É preciso que os três setores - público, privado e sociedade civil - atuem nesse observatório. Informação não é conhecimento, a partir do momento em que o observatório se torna um órgão oficial, a partir do momento em que se colocam dados e percentuais, isso deixa de ser só informação e, com o tratamento sociopolítico, passa a ser conhecimento. Esse observatório cuidaria disso para que os planos considerassem aquela radiografia que ali diz o que é preciso ser feito, melhorado e até suprimido, caso não esteja dando certo.

Ter dados é diferente de ter informação. Costumo dizer que temos muitas informações. Os dados são coletados pelos equipamentos públicos, mas não são transformados em informação estratégica para orientar a atuação. Os dados são importantes, dependendo do contexto que se quer endereçar. A maioria das pessoas têm dificuldade em transformar dados em informação que oriente a política pública, ter uma análise crítica das informações sistematizadas.

Qualquer município precisa ter um diagnóstico próprio, esse é um grande problema. Municípios de pequeno porte têm uma dificuldade muito grande de se diagnosticar. O Inep, por exemplo, tem uma função muito estratégica, com técnicos muito competentes, mas há uma distância do âmbito local. A ideia é que haja um trabalho conjunto, de coleta de informações e checagem em âmbito local, e apoio do governo federal, ministérios para apoiar esse processo. Estamos chamando a atenção específica para um observatório único com o recorte de 0 a 3 anos.

O visitador social tem um papel fundamental de digitalizar o trabalho, ter um relatório online das visitas, mapear e integrar, produzindo estatísticas. É importante que essa dimensão seja reforçada, porque é no nível local que são geradas informações para orientar as políticas. Esse esforço traz retornos, inclusive, para os próprios ministérios.

Segundo, para as famílias, há o desafio de ampliar o acesso de informações sobre as crianças e o atendimento pelas políticas públicas. Muitos podem ser os formatos adotados para essa finalidade, com destaque para a Caderneta da Criança e aplicativos para *smartphone* nos moldes do Gov.br. Independentemente de qual mecanismo seja escolhido, no entanto, devem-se considerar as diferentes condições das famílias brasileiras, especialmente, relacionadas ao letramento digital, acesso a dispositivos e à internet.

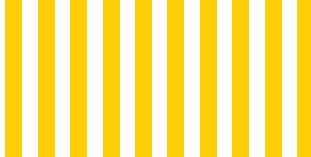
É preciso, ainda, que a linguagem adotada seja simples e acessível para facilitar o entendimento e o acompanhamento sobre o desenvolvimento infantil. Como bem explicitou uma das pessoas entrevistadas, “precisamos de uma informação que chegue nos mesmos moldes que as respostas das loterias, com rapidez e simplicidade, sem precisar peregrinar. Isso é democratizar a informação”.

Se tem uma coisa em que o governo federal é bom é fazer um sistema de dados. Hoje em dia, temos acesso com grande facilidade. O governo tem todos esses dados, mas quem acessa essa informação é uma minoria mais rica, que tem *smartphone*, tira foto com carteira de motorista. Isso precisa estar disponível para crianças, é preciso ampliar o acesso. Temos um atendimento integrado no celular, temos todas as informações e o desafio é fazer isso para uma criança, um “hub” concentrado. São duas fases: criar um sistema de dados e, segundo, garantir o acesso e a inclusão das famílias mais pobres. Ainda que ela não acesse, não tenha letramento tecnológico, a criança já nasce com o CPF e poderia ter acesso às bases de dados em que ela está. Podemos criar um sistema *govcriança.br*.

É democratizar o conhecimento se a mãe/família tiver um aplicativo do governo federal, acessível, que considere que as famílias não têm dados móveis, que garanta a democratização de conhecimento, um projeto de inovação. O que as universidades podem oferecer dentro das TICs para ampliar o conhecimento das famílias. Por exemplo, se tem melhora infantil no posto de saúde. Precisamos de uma informação que chegue nos mesmos moldes que chegam as respostas das loterias, com rapidez, o conhecimento das violações e também a resposta das soluções, sem precisar peregrinar. Isso é democratizar a informação.

Para as famílias, seria importante ter um instrumento de linguagem simples e acessível para que possam compreender o desenvolvimento das crianças. Isso dependerá muito da situação local, dos desafios que estão sendo vivenciados. A aproximação pela comunidade é muito importante para que seja possível passar para as pessoas os desafios que estão mais presentes no âmbito local. Vai depender do problema que estará no território. É importante que o gestor tenha um instrumento comum para que possa partilhar o acompanhamento da criança e possa dar continuidade a esse atendimento e às demandas que surjam.

Por fim, como terceiro desafio, está o desenvolvimento de uma política institucional de



comunicação social que permita o compartilhamento de dados e informações sobre as primeiras infâncias de forma ampliada, especialmente junto às famílias. A proposta é que tal política de comunicação possa contribuir para a democratização de informações sobre a primeira infância, ampliando a sensibilização e mobilização em torno da agenda. A estratégia deve destacar a importância de priorizar a infância, seja para a garantia dos direitos das crianças, assim como para o desenvolvimento da sociedade.

Tal política de comunicação pode atuar como um pilar fundamental para ampliar a mobilização em torno da agenda da primeira infância, elevando sua importância como uma política de Estado que transcende vinculações políticas e visões ideológicas. Como bem descreve um dos especialistas entrevistados:

Uma política não vai chegar nas entranhas da sociedade se não for bem comunicada. Isso passa por abordar a questão da infância como algo não ideológico, porque essa pauta não é da direita ou da esquerda. Historicamente, tivemos muitas falhas de comunicação com a sociedade brasileira sobre as infâncias. Até hoje, não soubemos comunicar o quão fundamental é o ECA, essa é uma lei que não chega na ponta e ficou só conhecida como uma política que dá ousadia a menino. Vai ser um grande erro se não soubemos comunicar para os diferentes governos e atores da sociedade, destacando que se trata de uma política para todos e todas. Precisamos falar de criança, de cuidado com a criança e falar na linguagem que todos entendem e corroboram. Que a gente fure as bolhas, que são muitas. Isso é o que vai fazer com que a política não seja só um esqueleto, com que ela seja implementada e incorporada por todos os atores.

Assim como mencionado anteriormente, a comunicação social deve ter diferentes estratégias, incluindo ações territorializadas e o diálogo com distintos atores, como igrejas, escolas e rádios comunitárias, de forma a ampliar a capilaridade das mensagens compartilhadas.

Política nacional deve propor um apoio para que as instâncias possam disseminar localmente e com acessibilidade às informações. Por exemplo, rádios comunitárias, fala do pajé, fala do pastor. É preciso cuidar, também, das fake news. Há muita informação difundida, sem qualidade, sem evidências. Como garantir que a informação vai chegar ao quilombo? Quando chega uma informação, alguém vai dentro da igreja e fala para todo mundo. Centralizar as informações em uma unidade comunitária - igreja, escola, UBS. A democratização da informação precisa ser segura. É democratizar com segurança. Que as comunidades recebam a democratização da informação e que não fique restrito aos espaços de poder, do padre, do pastor, do prefeito.

Isso é supernecessário para criar o awareness, o envolvimento da comunicação social para a valorização da sociedade ainda é muito necessário. Uma ação institucional no nível institucional, em nível federal, que seria muito necessária. O país tem uma rede de comunicação que poderia ser posta à disposição dos direitos das crianças e adolescentes. Tem que haver uma identidade que coloque todo mundo na mesma página, ao mesmo tempo, mas, também, uma comunicação regionalizada/territorializada. O trabalho com as rádios comunitárias é fundamental. E se estamos pensando em protocolos específicos para cada território, podemos pensar em diretrizes para o desenvolvimento da

comunicação em âmbito local, deixar claro os meios de comunicação possíveis, disponibilizar algumas peças de comunicação e mensagens, orientações e adaptação do conteúdo em nível local.

Nós tivemos uma experiência aqui no momento da pandemia, realizamos um grande evento para falar de saúde mental e luto através da rádio. Se a gente for utilizar internet, tem gente que não consegue acessar. A gente tem uma rádio católica e uma rádio guarani. Ninguém mora no estado, ninguém mora nos estados. A única autoridade perto dela é a prefeita, o vereador, é lá que a pessoa vai buscar informações. A gente pode criar um programa que vai falar sobre primeira infância e ser transmitido pelas rádios.

O que entra em prioridade na primeira infância é o que traz retorno financeiro. Precisamos trabalhar mais os impactos financeiros, mostrando que, se não investirmos na primeira infância, também não teremos um retorno financeiro no futuro. Isso precisa estar mais claro, o efeito multiplicador de renda e os ganhos financeiros para as gerações futuras e para a sociedade.

7. FINANCIAMENTO

A dimensão de financiamento constitui-se como um pilar constitutivo e viabilizador das políticas sociais. O orçamento governamental poderia ser considerado, per se, como uma política pública, por definir “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”⁴².

É também no âmbito do orçamento público que dois dos principais desafios para a efetivação de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância se encontram. Primeiro deles, a intersetorialidade, afinal, as políticas setoriais são financiadas de forma individual e com disparidades em seus respectivos arcabouços legais, especialmente em virtude da existência (ou não) de vinculações obrigatórias. E segundo, a perspectiva interfederativa, na medida em que, juntos, União, estados e municípios possuem atribuições específicas na composição de uma cesta de recursos que será aplicada no financiamento das políticas de cuidado para com a infância.

É importante evidenciar, portanto, que a dimensão do financiamento está longe de ocupar um espaço de mera tecnicidade. Ao contrário, trata-se de um espaço marcado pelo conflito distributivo que, ao fim e ao cabo, ditará as condições materiais objetivas para a consecução dos direitos das infâncias.

Nesse sentido, considerando o contexto histórico e as urgências do presente, a escuta de especialistas buscou mapear recomendações e caminhos para efetivar o financiamento de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

SÍNTESE:

1

O financiamento foi apontado como pilar central de implementação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.

⁴² Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão de literatura. Sociologias, 8(16), 20-45.

2

A ampliação de recursos para as políticas setoriais e para a estratégia de intersectorialidade foi considerada como uma medida fundamental para avançar na garantia de direitos. Tal medida se consolidaria a partir de um maior equilíbrio interfederativo, especialmente com apoio financeiro e técnico para a atuação dos municípios, principal lócus de oferta e atendimento às crianças.

3

A criação de um orçamento da criança foi uma das estratégias sugeridas. O instrumento permitiria acompanhar com transparência os recursos efetivamente direcionados para o atendimento das infâncias, sem comprometer a autonomia das políticas setoriais na aplicação e gerenciamento de seus respectivos orçamentos.

4

Medidas de aprimoramento da gestão orçamentária também foram destacadas como importantes, especialmente por permitirem uma maior otimização do patamar de recursos atualmente disponíveis.

Embora não de forma unânime, a disponibilidade de financiamento para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância foi destacada como elemento central para garantir a sua plena implementação.

A questão do financiamento é uma questão de segunda ordem. Não acredito na necessidade de ter um financiamento da primeira infância. É muito difícil, as pessoas podem perder tempo fazendo isso. Já é difícil saber o número de crianças, imagina saber quanto é gasto. A minha visão é que não há necessidade de ter esse orçamento. As políticas precisam ser aprimoradas. Educação e Saúde têm seus orçamentos e, em vez de quererem aperfeiçoar a política, se fixam num orçamento. O que as pessoas querem é 2,5% do PIB e toda a mobilização fica em torno disso e não de garantia de qualidade. É a mesma coisa que aconteceu com educação. A discussão tem sido aumentar o orçamento e não o aprendizado. Isso é um desvio de foco, é muito corporativista, muito equivocado.

Nós costumamos usar um bordão no nosso meio: “não há direitos, sem dinheiro”. Embora o dinheiro não seja tudo, porque há desafios de gestão, garantir direitos transversais para a primeira infância implica um grande acordo federativo para a destinação de recursos.

Ao menos três dimensões foram destacadas pelos especialistas:

A primeira, relacionada à ampliação de recursos destinados às ações para as primeiras infâncias. Tal ampliação poderia acontecer dentro dos moldes já existentes, a partir de uma maior disponibilidade de recursos para as políticas setoriais, notadamente, Assistência Social, Educação e Saúde, como também por uma revisão e pactuação de um novo modelo de cofinanciamento de serviços para as primeiras infâncias, considerando a participação da União, estados e municípios. No entanto, há menção de que o mecanismo de vinculação não seria o mais adequado.

O ideal seria que a política integrada pudesse prever um mecanismo de vinculação orçamentária para a primeira infância. O problema é que o orçamento está cada vez mais engessado. Temos vinculações para Saúde, Educação e não sobra dinheiro para o resto. Se nós pudéssemos tirar um percentual da Saúde, da Educação e do Fundo de Assistência Social, já seria suficiente para fazer um programa de visitação funcionar. O visitador não vai executar a política. Ele vai ser a peça de integração, ele vai encaminhar para as políticas que resolvem os desafios identificados. Não é que a vinculação não seja um caminho possível, mas, diante da conjuntura, ele é inviável e pode gerar reações e resistências à política, inclusive suscitando propostas de desvinculação para as áreas de Educação e Saúde.

A dimensão interfederativa do financiamento esteve presente na maior parte das entrevistas. De maneira central há, por um lado, a defesa de que municípios estão sobrecarregados pela oferta de atendimento setorial, com patamares crescentes de vinculação de recursos para saúde e educação, cenário que tem se tornado ainda mais grave mediante as políticas nacionais para o estabelecimento de pisos salariais para profissionais. Por outro lado, e de forma complementar, há o apontamento sobre a necessidade de um maior equilíbrio de atribuições e participação do governo federal e estados no financiamento das políticas, combinado à definição de critérios de equidade para a transferência de recursos, especialmente no âmbito municipal.

Uma das coisas que a gente luta muito é em relação a um maior equilíbrio do pacto federativo. A gente tem um fenômeno da “prefeituração” das políticas públicas, mas não vem junto os recursos. O governo federal cria um piso salarial, que é justo, ninguém questiona, mas nós não somos ouvidos, a gente é obrigado a seguir, sem ter qualquer apoio para financiar. São vários programas que são decididos no federal e nos empurrados sem que haja recursos mínimos. Na merenda escolar, por exemplo, temos gastos extras com transporte para as ilhas. Precisariamos ter um financiamento diferenciado para os ribeirinhos, para a Amazônia. É preciso definir critérios mais representativos, que beneficiem o local. E não é possível se ater somente à população. Por vezes, um município de médio porte pode ter vulnerabilidades consideráveis e que precisam ser equalizadas por um maior financiamento.

A Constituição Federal define atribuições para os municípios, isso não exclui as responsabilidades dos estados e União. O tema do financiamento ganha relevância quando consideramos a ampliação de direitos da primeira infância, que envolve serviços de saúde, educação, alimentação. Não adianta ter uma política bem elaborada, caso não haja um financiamento robusto para garantir sua implementação. Precisamos pensar em um grande acordo, onde há uma participação dos três entes federativos para garantir a sua estruturação e oferta. Os estados, muitos deles, participam muito pouco do financiamento, com ações pontuais. Não seria o caso de garantir emendas e destinação de recursos para a primeira infância? Essa é uma discussão que precisaríamos fazer.

A primeira questão é o financiamento. A gente consegue resolver 85% dos problemas de saúde na atenção básica, incluindo primeira infância, e a maior parte do financiamento vem dos municípios. Hoje, os municípios gastam mais de 25% com saúde e isso acaba por retirar recursos de outras áreas que são prioritárias para a primeira infância. A deficiência dos municípios no

financiamento em relação à atenção básica é algo que precisa ser priorizada. É muito difícil ter recursos para construir e reformar equipamentos públicos como Cras, UBS. Eu posso ter a melhor ideia, o melhor projeto, mas se eu não tiver recursos, nada sai do papel. Um dos obstáculos da vacinação é que eu não tenho energia elétrica. É importante que o Brasil olhe para a Amazônia, como avançar na vacinação se eu não tenho energia elétrica?

A segunda dimensão se relaciona à governança do financiamento e sua lógica é a seguinte: mantidos atuais patamares de financiamento das políticas de primeira infância, há espaço para ampliar a transparência dos recursos aplicados. Há a defesa da criação de um orçamento da criança para possibilitar o acompanhamento centralizado dos recursos direcionados e os custos atrelados às diferentes ações de primeira infância. Não se trata, no entanto, da centralização da execução, que deverá estar a cargo dos diferentes órgãos e regulamentações específicas, mas, sim, de um esforço para garantir o acompanhamento sistemático dos recursos aplicados.

Recursos e orçamento têm a ver com governança. Ainda não conseguimos organizar um orçamento da criança, articulando todos os recursos que estão sendo executados pelos diferentes ministérios. Se não tivermos isso azeitado, organizado e definido, com transparência, mesmo que seja numa secretaria com capacidade de articulação, porque não temos o elemento que dê concretude. A principal missão talvez seja fazer um orçamento da criança em todos os órgãos, que não será administrado pelo órgão, mas será dada transparência e algum nível de decisão coletiva.

A sustentabilidade de uma política é política, social, financeira e técnica. Precisamos falar de orçamento, não é só dizer que precisamos ter rubrica da primeira infância, isso não tem a menor dúvida. Mas precisamos ponderar, quanto custa uma política pública num modelo que, muitas vezes, está encerrado e fechado num aspecto cultural e social determinante. Como vamos lidar com uma governança de uma política pública intersetorial quando estamos numa infância rural em que não temos escola, creche, Cras, serviços que chegam à área urbana e onde, em geral, está a pobreza? Como vamos delinear a questão orçamentária para as regiões mais pobres?

Acredito que precisamos ousar nessa política discutindo o modelo de financiamento e cofinanciamento do sistema de garantias para crianças e adolescentes. Além de monitorar o que está sendo orçado/liquidado, precisamos ter dados territorializados e olhando para a qualidade da educação na perspectiva da oferta/execução e como chega à criança, adolescente e à rede de proteção. Seria uma indicação para a discussão a partir do Legislativo porque pode alterar o modelo de repasse interfederativo. A pergunta engajadora é: o modelo de cofinanciamento está adequado?

Dar visibilidade para o orçamento da primeira infância. No município, se falava sobre criar um demonstrativo de despesas, fazendo isso para todo o conjunto de políticas.

Por fim, há o reconhecimento de que a gestão do financiamento pode ser aprimorada para garantir maior efetividade dos gastos realizados. Tal medida será fundamental, especialmente diante do contexto fiscal, mas deve ser combinada ao compromisso

de ampliar os recursos destinados ao cuidado com as primeiras infâncias. Adicionalmente, caberia investir no apoio aos municípios para a obtenção de financiamento alternativo e adicional junto a organismos internacionais. Tal medida é especialmente relevante diante do contexto das mudanças climáticas e da disponibilidade de financiamento - inclusive não-reembolsável - para as políticas de adaptação.

Financiamento é o grande desafio que o governo federal vai ter a partir de 2024. A indefinição de como corrigir o piso do magistério é o grande desafio que teremos que enfrentar nos próximos anos. No piso de professores, estamos falando da LRF. Os municípios sempre falam do MDE, eles não querem gastar mais e complementar o valor do piso. O que poderia ser feito é fazer um realinhamento do plano de cargos e carreiras, teria uma folga muito maior e, com isso, conseguir cumprir o piso. Investir em consultorias de reordenamento da gestão educacional e otimização. Que haja uma gestão que possa organizar o orçamento da educação, buscando otimizar, não gastando recursos com gastos que não serão efetivos. Se tivéssemos um Sistema Nacional de Educação e sistemas municipais de educação, com certeza, teríamos mais facilidade de gestão.

Eu estive na COP, há recursos disponíveis, mas poucos municípios conseguem acessar. Não conseguimos acessar recursos, os critérios são muito altos, muito difíceis. Parece que eles foram criados para que ninguém acesse mesmo.

8. GOVERNANÇA

A governança pode ser definida como a costura que viabiliza e legitima uma política pública ao definir os modos de coordenação dos diferentes atores e recursos envolvidos em sua implementação.

No âmbito da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância a governança deverá se ocupar de, ao menos, três dimensões: a definição de papéis e competências interfederativas, os mecanismos de consolidação da intersetorialidade e a garantia de espaços para a participação social, especialmente a partir do critério da equidade.

A escuta de especialistas buscou captar recomendações para que esses três objetivos possam ser alcançados, consubstanciados na versão final da política e permeados por ações que garantam a mobilização contínua dos diferentes atores envolvidos.

SÍNTESE:

1

Considerando a dimensão interfederativa, a governança da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância deve dispor de uma instância responsável por sua coordenação geral. Para ampliar sua legitimidade, esta estrutura deve estar diretamente ligada ao tomador de decisão e contar, ao menos, com uma representação tripartite - União, estados e municípios - para a tomada de decisão colegiada.

2

A intersectorialidade do atendimento às infâncias requer uma maior proximidade entre as políticas setoriais.

A elaboração dos planos municipais da primeira infância foi apontada como uma possível estratégia para essa finalidade, a partir de um processo coletivo de construção que considerasse as demandas do contexto local, combinadas às disposições de normativas federais e estaduais. A coordenação dos serviços, a partir de mecanismos concretos e claros que possibilitem a integração da oferta, por exemplo, por meio de diretrizes, modelos de trabalho ou protocolos de atendimento da primeira infância, também foi destacada como estratégia para a intersectorialidade.

3

Os espaços de participação social devem compor a estrutura oficial de governança da política.

É fundamental considerar a necessária adaptação de mecanismos existentes, bem como a criação de novas estratégias, especialmente considerando a necessidade de ampliar o envolvimento de famílias, cuidadores e das próprias crianças no acompanhamento da política.

Considerando a dimensão interfederativa, a primeira recomendação apresentada foi a criação de uma instância responsável pela coordenação geral da política. Embora assumam diferentes nomes, a depender do interlocutor - comitê, ministério, secretaria - o elemento constitutivo de maior importância é que tal estrutura esteja diretamente conectada ao tomador de decisão, seja em nível federal, estadual ou municipal. Essa medida parece denotar a priorização e legitimidade do tema, além de viabilizar o exercício da intersectorialidade. Idealmente, tal estrutura deveria dispor de recursos orçamentários que viabilizassem algum nível de execução própria, para além de seu acompanhamento da atuação no âmbito das políticas setoriais.

Os planos precisam ser uma instância que vai olhar o plano e distribuir as ações do ponto de vista gerencial. Depois resolver a questão de quem elabora/valida. Há uma instância onde esses planos serão validados. E depois uma instância responsável pela execução. No entanto, do ponto de vista do plano orçamentário, essa associação some e a execução fica comprometida.

Eu tenho um sonho, criar um Ministério da Primeira Infância, porque esse ministério, na minha visão, não atenderia apenas o recorte etário, ele precisaria se articular com diferentes ministérios e também ter seus recursos próprios para executar, que as rubricas das áreas setoriais fossem destinadas para esse ministério. Se as crianças não estiverem no orçamento, a gente vai estar sempre discutindo planos, políticas e sem efetividade de implementação. Se é uma ação interfederativa, porque não se criar essa ponte, esse ponto de partida e, dali, a articulação com várias secretarias. Eu não vejo isso como cargos comissionados ou cargos políticos, mas seria um realinhamento das outras políticas públicas e quem estiver ali para agir pela primeira infância.

A governança precisa contar com uma Secretaria de Integração da Primeira Infância. É preciso ter um eixo que une a todos, uma estrutura intersectorial que

coordene a política e ocupe um espaço para ser respeitado pelos demais atores. Quem coordena essa política? Não pode ser um ministério. É preciso ser a Casa Civil ou alguém ligado ao Planalto. Se isso ficar no ministério, ficará uma batata quente. É preciso estar numa governança com poder de governança. Isso não pode ficar nas primeiras damas, elas não foram votadas, elas não têm poder público e, principalmente, o cuidado com a primeira infância não é benevolência. Governança não pode estar no mesmo nível, ela precisa estar em um poder convocatório. Não se faz política intersetorial comandada por um só setor.

No âmbito dos estados e municípios, a mobilização junto a governadores e prefeitos foi apontada como medida central para garantir uma adesão à política. Especificamente no caso de governadores, o *buy-in* da agenda é imprescindível porque gera um efeito cascata junto aos municípios e, em última instância, uma atuação colaborativa em rede.

A figura do governador, quando tem uma incidência política, é muito respeitada e favorável ao desenvolvimento de programas. Se o governador quer, ele faz acontecer, vai trabalhar com BID, Banco Mundial, fundações internacionais, visitas internacionais, ele é a figura central, junto com os prefeitos. Se você conversar com o assistente social do município pequeno e grande, todos eles vão falar a mesma coisa: com uma liderança muito forte, novos programas foram desenvolvidos.

Trabalhar com o prefeito e o governador. Eles precisam ser a peça principal na indução de uma rede. Nós, gestores da saúde, somos só coautores. O autor principal é o prefeito. Eles precisam fazer a fala. Os ODS só dão certo se o prefeito assumir. Não adianta a fala ser da ministra. Tem que ser uma fala de presidente, tem que ter um governador reforçando a importância dessa agenda. É fundamental trabalhar a solidariedade entre os municípios, trabalhando em rede. Isso é possível quando há uma solidariedade nos municípios, buscando se apoiar mutuamente. Para construir uma política pública que seja regionalizada, é preciso trabalhar a solidariedade e a coordenação entre os municípios.

É fundamental envolver a liderança e a gestão. Como os estados e municípios são geridos por prefeitos e governadores, é preciso envolver esses atores.

Não parece haver concordância a respeito da criação de um sistema nacional – nos moldes de SUS e Suas – para a primeira infância. Alternativamente, sugere-se a adoção de um mecanismo de rede para a governança da política. Inspiradas em políticas como a BNCC, as redes constituem-se como um mecanismo de indução, com participação tripartite (com representação de União, estados e municípios), dotadas de recursos e instrumentos para efetivar a implementação da política.

SUS e Suas funcionam. Estamos tentando implementar, agora, o Sistema Nacional de Educação. Acho difícil ter um sistema único da criança, porque, em partes, outros sistemas estão fazendo essa parte. Seria mais uma camada de sistema sobre sistema e isso fica complicado, gera sobreposição. Poderíamos ter um comitê interministerial da primeira infância, não é preciso ter mais um ministério, o desafio é onde colocar. Teria que haver um mecanismo de gestão,

com pessoas de cada ministério e participação das entidades das áreas e de representações dos estados e municípios: Undime, Conselho de Saúde, Confederação dos Municípios. Pensar num desenho atrelado a alguma entidade do governo federal, tipo Casa Civil/Presidência da República, congregando estados e municípios, unindo os diferentes setores.

Temos um problema de governança porque não temos um sistema de governança tipo o SUS em nenhuma legislação. Hoje, temos uma dificuldade como controle externo e não temos parâmetros da aplicação de recursos, do que é o ideal para a primeira infância. O que a gente nota é que faltaria uma legislação de governança tipo o SUS, um sistema nacional de primeira infância, para contemplar a dinâmica cooperativa interfederativa.

Para garantir a continuidade da política, precisamos criar redes, a política só chega à escola quando há esse desenho. Para cada política, precisa ter uma rede, que tenha conseguido implementar a BNCC e os planos municipais de educação, com quase 99% dos municípios tendo elaborado, porque havia uma rede indutora, de acompanhamento, que garantiu resistência frente às mudanças. Quando se estrutura essa rede, há uma sustentação para política. As redes são formadas por um comitê de governança central, que tem que ser tripartite para que tenhamos o mesmo peso de opinião, de reivindicação, há também comitês entre estados e municípios. E há profissionais trabalhando que recebem a incumbência de desenvolver essa rede, avançar com a implementação. Atualmente, o modelo mais atualizado é o da Renalfa (Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização).

No que tange à governança intersetorial, houve o apontamento de que é preciso criar movimentos intencionais de conexão entre as áreas, especialmente entre os atores responsáveis pela operação das políticas. Foram diferentes os relatos de que “as áreas não conversam”, “os atores responsáveis pelas políticas não se conhecem” e, que, portanto, há poucos incentivos objetivos para a atuação integrada. Adicionalmente, será fundamental garantir a representação da diversidade de atores, combinada a mecanismos de tomada de decisão colegiada.

As Comissões Inter e Bipartite (em saúde) podem ser boas referências de governança para a política, pois nelas há uma representação de diferentes atores. É preciso estruturar uma governança que, a partir dos mecanismos de representação, consiga envolver e representar os 5.570 municípios e 27 estados, um espaço em que o conjunto do pensamento influencie as políticas públicas. Para que a governança possa ser efetiva, ela precisa reunir todos os atores, desde a gestão, os trabalhadores, a sociedade civil, os órgãos de controle. Quem tiver envolvimento com a agenda de primeira infância precisa ser chamado a participar, especialmente aqueles que possuem capilaridade de atuação no território. Mais importante: é preciso envolver o tomador de decisão.

A elaboração dos planos municipais da primeira infância poderiam ser um lócus importante para promoção desses encontros. Há que garantir, no entanto, incentivos claros para que esses instrumentos sejam elaborados pelos próprios entes, a partir de um processo coletivo de construção que considere as demandas do contexto local, combinadas às disposições de normativas federais e estaduais.

O plano municipal da primeira infância pode ser a liga que conecta as diferentes áreas. O nacional deve se conectar a partir do local. Uma política local vai ter total identidade com os seus sujeitos e contextos. O plano municipal deve trazer esses elementos, de forma coordenada e integrada com a União, que faz a coordenação. Gosto da palavra integrada porque tem um componente da responsabilização, da reciprocidade.

Temos municípios que estão sendo obrigados a construir seus planos municipais em um determinado tempo, sem diálogo com o estadual e nacional. Isso é grave porque cada um pode construir os indicadores e diagnóstico que quiser, sem haver uma visão sistêmica. Parece que o plano vira uma tarefa e não uma oportunidade para que os estados e municípios possam se comprometer. Aqui há um subjetivismo, a criança não é o principal, todos querem ter o protagonismo do processo.

Embora não tenha havido pleno consenso, houve falas que advogam pela integração dos serviços de visitação atualmente existentes, quais sejam, o Programa Criança Feliz (Assistência Social) e a Estratégia Saúde da Família (Saúde). Por um lado, os que advogam pela integração argumentam que a duplicidade de atores que conduzem as visitas pode gerar sobreposições e complexidades no atendimento às famílias. Ao contrário, os que defendem a manutenção dos programas de forma separada, reforçam que as especificidades de cada atendimento – principalmente, as intervenções realizadas e a periodicidade das visitas – justificam a necessidade de dois atores no acompanhamento das famílias. Ambos, no entanto, reforçam a necessidade de aperfeiçoamento nos programas, conforme se discute nas seções adiante.

É preciso integrar as políticas, o Programa Criança Feliz e os visitantes de saúde. É fundamental que quem implementa conheça os desafios do povo que atenda. É preciso integrar: às vezes, temos visita do Conselho Tutelar, do agente comunitário de saúde e do Programa Criança Feliz. Precisamos seguir a ideia de escuta especializada. Quem tem que rodar é a informação, não a família, ela não é peão. Aliás, o Bolsa Família deveria nos educar dentro da escuta especializada, ele faz isso há anos. Ele pergunta para a escola se a criança está frequentando, para a UBS se a criança está sendo vacinada. Ele não vai até a família até que a criança esteja faltando.

Precisamos avançar na reflexão sobre a integração dos serviços de visitação (Programa Criança Feliz e Estratégia Saúde da Família). Isso poderia ser abordado em nível federal. Há vantagens e desvantagens em ter serviços unificados ou separados. É desafiador unir todas as competências em só um visitador. Mas também para a família é desafiador receber duas pessoas diferentes. Há outros modelos que podem ser testados, por exemplo, contatos presenciais e remotos, priorizando o vínculo com um só indivíduo.

O agente comunitário de saúde é o ator que enxerga o problema primeiro. Todo o processo de continuidade no cuidado deve envolver o agente comunitário de saúde. Se a assistência especializada não inclui esse ator, ela tem chances de não ser bem-sucedida. Quem identifica se a criança está faltando na escola, se está sendo vacinada, é o agente comunitário de saúde. Acho que falta

integração entre o agente comunitário de saúde e o visitador social. Há uma tendência de olhar para si e atender o que tem obrigação de fazer. Há uma dificuldade em compartilhar a responsabilidade do cuidado. Sempre quando há problema, indicam que a culpa é do outro. Quando o cuidado à pessoa precisa de assistência de vários setores, essa política pública não pode ser publicada apenas pelo Ministério da Saúde. É preciso um esforço de diferentes setores. A própria questão da vacinação é fundamental para que a educação esteja envolvida, por exemplo. Se, no nível federal, há essa integração, no âmbito local, isso acontece de forma mais natural.

É preciso termos visitantes bem formados, bem remunerados, com uma carreira para esses profissionais. A gente precisa valorizar esses atores porque eles é que vão integrar as áreas lá no campo, mesmo que seja uma equipe pequena, mas que tenha uma percepção das relações que têm todos os fatores de vulnerabilidade das crianças, incluindo saúde e educação. Esse trabalho não pode ser realizado pelos agentes comunitários de saúde. Esse grupo tem uma limitação, o tempo dele é exíguo para as visitas, ele não está cotidianamente com a família e dar essa atribuição a mais a eles não vai funcionar.

No projeto “Educação em Saúde: Caminhos para a Vida” (em parceria com o Unicef), a gente selecionou agentes de saúde (algo em torno de 5 mil) e 1 mil professores e realizou formações intersetoriais, levando os temas de educação para a área da saúde e os de saúde para a educação, em um projeto-piloto. Esse cruzamento de conhecimentos potencializou o grupo. Isso porque se eu sou professor e entro em uma casa eu preciso ser agente público e apoiar o cidadão a enfrentar os problemas, ainda que não tenham relação com aprendizado. Temos que ampliar a visão e potencializar a política. Trabalhar solidariamente as áreas é o resgate de uma responsabilidade muito importante para com os cidadãos.

Como mencionado anteriormente, a intersetorialidade também passa pela identificação das crianças, de modo que os diferentes serviços envolvidos no atendimento às infâncias possam ter acesso único, compartilhado e, idealmente, tempestivo às informações de cada indivíduo. A garantia de um identificador único atrelado a um instrumento que possibilite o acompanhamento das famílias - tal qual a Caderneta da Criança - foi apontado como uma possibilidade para ampliar a identificação e o compartilhamento de informações entre as políticas setoriais e as famílias.

A segunda dimensão para concretização da intersetorialidade está na coordenação dos serviços, a partir de mecanismos concretos e claros que possibilitem a integração da oferta, por exemplo, por meio de diretrizes, modelos de trabalho ou protocolos de atendimento da primeira infância.

Tais diretrizes orientariam a implementação da política ao definirem fluxos de atendimento que organizam os serviços diante de situações específicas, considerando as realidades locais, suas demandas prioritárias, mas, também, os equipamentos públicos e recursos disponíveis. Há um alerta para que tais orientações sejam intuitivas, diretas e que permitam a compreensão por diferentes perfis de atores e as diferentes áreas envolvidas no atendimento às infâncias.

O desenvolvimento de protocolos de atendimento para movimentar a implementação da política pública. Os protocolos servem para criar caminhos claros de atendimento. Passa por organizar os serviços. Como montar protocolos diante das diferentes situações, como organizar o fluxo diante dos diferentes serviços – a criança é uma –, a ideia é entrar todos em atuação de forma coordenada. Esses protocolos respondem às condições de atendimento dos municípios e os protocolos são o que trazem a vida para todas as normativas. Ainda que não seja possível construir um protocolo único, dada a diversidade de contexto, seria importante definir diretrizes e investir na construção de capacidades locais para o desenvolvimento dessas ferramentas e a priorização do vínculos e conexões entre os diferentes atores responsáveis pela implementação.

Quando construímos documentos com padrões básicos, a gente sinaliza deveres e atribuições para a ponta. A gente tem que sair de documentos mais técnicos e acadêmicos e passar a adotar documentos mais sucintos, que orientem para linhas simples de ações simples. A gente tem um país diverso, é preciso ter padrões de atendimento da primeira infância que definam o que é o atendimento mínimo em cada uma das áreas. É claro, esses mesmos padrões terão de ser adaptáveis e flexíveis, porque é preciso considerar diferentes determinantes, como questões climáticas, questões culturais, desafios locais. Documentos orientativos densos, grandes tratados, não são lidos. É importante definir o mínimo necessário. Se nós tivéssemos essa sinalização enquanto política de Estado, a gente poderia ter direcionamento de grandes linhas de atuação e parâmetros para balizar a atuação dos municípios, sem invadir a autonomia. Quando faço orientação, não tiro o espaço de autonomia do âmbito local. É importante considerar que quando eu tento especificar coisas demais na lei, essa lei vai engessar. Documentos orientativos podem ser mais efetivos.

Como terceira dimensão da governança, destaca-se a necessidade de incorporar a premissa de participação social a partir do fortalecimento das estruturas existentes, bem como pela criação de novos instrumentos que permitam o envolvimento de diferentes atores, com especial atenção às famílias e grupos em vulnerabilidade social. Além de representar o atendimento a um direito constitucional, a participação social pode figurar como um mecanismo relevante para a perenidade da política, ao envolver diferentes atores, em torno de compromissos pactuados.

Precisamos chegar a consensos entre os diversos atores sociais sobre quais são as três grandes prioridades para os próximos dez anos na agenda da primeira infância. É preciso ter processos de acompanhamento e avaliação desses acordos com periodicidade, envolvendo representantes da sociedade civil. Esse processo é fundamental porque, por vezes, muda-se um dirigente e muda toda a lógica. Com acordos mais consistentes, monitorados e com a sociedade civil com um papel importante, sobretudo nas mudanças de governo, há uma maior segurança de que os legados e compromissos serão transferidos para o próximo governo.

Teríamos que ter uma inovação social. Para uma política pública que é muito maior do que uma pessoa só, que é para uma quantidade de pessoas, infâncias – cigana, ribeirinha, indígena –, você precisa ter diferentes olhares. Precisamos sempre ouvir o sentimento do povo, não se pode construir alguma coisa que

não vai atender a eles. Ela precisa ser uma diretriz que a política pública, lá na ponta, consegue se adequar e usar recursos para a especificidade que existe no município, no estado, em territórios específicos. As diretrizes precisam ser amplas e abrangentes, e não podem ser fechadas e fixas. Essa governança precisa fazer uma política protagonista do ser, para que a comunidade sobressaia, ela apareça, ela se aproprie. O fortalecimento da comunidade passa pelo controle social, de verdade. Eu não acredito em política integrada que não converse com a comunidade. Essa governança precisa olhar para o fortalecimento da comunidade de maneira central.

Nós precisamos do sistema de garantia de direitos – Conselhos de Direitos, Tribunais de Contas, Ministério Público –, essa governança precisa dialogar com todos os atores, não esquecendo de ouvir o sentimento do povo. Ela pode dialogar com o Papa Francisco – se ele não entende o sentimento do povo, a fé já está morta.

Por fim, a participação social deve incluir a escuta sistemática das crianças. Como afirma Vital Didonet, “as crianças são as protagonistas. É por isso que a política é chamada ‘da primeira infância’: as crianças nos dizem o quê e nós dizemos e fazemos o como”.

Como cuidar dos espaços de participação para que eles possam incorporar as crianças? Não só uma escuta pontual, mas uma participação dialogada, que possa permitir que as crianças acompanhem, tenham a devolutiva sobre o que foi tomado de medidas. Isso inclui também a escuta das famílias, dos cuidadores. É importante fazer uma triangulação: ouvir a criança, a família e a rede secundária de atenção. Se a gente não ouve os atores, as políticas não têm permanência. A escuta é um processo de longo prazo, isso precisa ser garantido. A política integrada poderia prever espaços periódicos de diálogo com as infâncias, que podem ser conselhos ou outras modalidades de participação.

9. TEMAS DE FUTURO PARA AS PRIMEIRAS INFÂNCIAS

Uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância se ocupa de desafios do presente.

Em um país com mais de 20 milhões de crianças, 57% delas em situação de vulnerabilidade socioeconômica⁴³, a urgência se torna a tônica e principal orientação estratégica de todas as políticas públicas.

Há que se combater violações, garantir direitos básicos, muitos deles relacionados às condições materiais mínimas de sobrevivência, como alimentação e água.

Entretanto, ainda que o cuidado com o presente seja a tônica, torna-se cada vez mais fundamental garantir uma mirada atenta com vistas a identificar os desafios que se desenvolvem hoje e que, em breve, devem impactar as infâncias do país. Como afirma Willian Gibson, “o futuro já chegou, só não está uniformemente distribuído”.

Com o objetivo de trazer uma visão prospectiva para a política, a última dimensão da escuta buscou identificar os principais temas de futuro que devem impactar a primeira infância na próxima década.

43 IBGE, 2022 e Dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (CadÚnico).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas foram mencionadas pela totalidade das pessoas entrevistadas como uma temática que deve influenciar as primeiras infâncias no futuro próximo. Sua incorporação no âmbito da política integrada da primeira infância deve ser fim e meio.

Como fim, clima e meio ambiente são incorporados como temas a serem trabalhados com as crianças, objetivando uma mudança de comportamento e uma nova relação com a natureza.

Eu nasci neste município, aprendi a nadar nesse rio, nunca achamos que ficaríamos sem água. No município vizinho choveu granizo, nas escolas das ilhas não era preciso ventilador, hoje as crianças passam mal de calor. A gente está sentindo o impacto das mudanças climáticas agora. As nossas creches já estão trabalhando a sustentabilidade, trabalho de reciclagem; realizamos feira de ciências em todas as escolas municipais, o tema foi a conservação ambiental, da Amazônia. Fiquei emocionada de ver as crianças mostrando os frutos da Amazônia, os costumes dos ribeirinhos. Temos o desafio de ajudar as crianças a entender que o cuidado da natureza é um papel de todos.

Como meio, as transformações do clima são consideradas no planejamento e nos modelos que buscam mapear os impactos no bem-estar das infâncias. As condições de saúde, moradia, educação já estão sendo influenciadas pelas mudanças climáticas e será fundamental adotar mecanismos de adaptação e mitigação que considerem as perspectivas das primeiras infâncias.

As mudanças climáticas estão acontecendo em todo o mundo e as crianças e adolescentes são os mais impactados. Precisamos posicionar com prioridade absoluta as políticas de meio ambiente, preocupar com o agrotóxico, tudo isso causa alterações no solo, no riacho, nos animais. Adaptar os serviços públicos em cenários de vulnerabilidade, especialmente em riscos de desastres e os impactos ambiental e econômico.

Ondas de calor impactam a gravidez e a criança pode nascer pré-termo. Isso impacta habitação, escola, se ficar muito quente, como as escolas e moradias vão lidar com isso. A mudança climática é o principal desafio em várias áreas e nessa em particular. Essa é uma coisa que já estamos vivendo e os seres humanos não estão fazendo nada para alterar. Seria importante usar as previsões dos modelos climáticos para a construção da política pública da primeira infância. Seria importante ter um olhar para as crianças, as famílias não têm condições de migrar, que tipo de escola/casa precisam ser construídas. As crianças são polos vulneráveis. O que os modelos climáticos estão dizendo que vai acontecer e entender qual a infraestrutura existente e o que pode ser feito.

Continuamos o desmatamento, nos preocupamos com o produto interno bruto, mas não nos atentamos para o que realmente importa. O cuidado com a natureza precisa estar dentro das diferentes políticas. As crianças precisam ter uma educação infantil mais verde, com mais afeto com a natureza. Se não formarmos

o sentimento de ligação afetiva e amorosa com a natureza, esse cuidado com a natureza não se manifesta. O cuidado com a natureza imprime o cuidado com a pessoa e o cuidado com a pessoa é também o cuidado com a natureza. Ela ser cuidada e protegida e não ser somente serviço. Às vezes, usamos a natureza, ela nos dá alimento, mas precisa de cuidado, tal qual como nós.

Os gestores só pensam no hoje, não entendem o que podem fazer para mudar no futuro, não há continuidade e o entendimento de por que chegamos naquele ponto. Temos poucos estudos que avaliam questões regionais. Na seca do Amazonas, por exemplo, tivemos que cancelar visitas e não conseguimos ir porque não há rios para navegar, imagina a situação das pessoas que vivem ali. É importante entender as causas dos problemas e enfrentá-las para que as pessoas, no futuro, não passem pelos mesmos problemas. Precisamos de especialistas que entendam os desafios dos municípios, mas esse recurso humano para uma análise territorial não está disponível para todas as regiões do país. Há desafios diferentes no território - secas, enchentes - e a atenção tem sido feita de forma emergencial, sem um apoio para os municípios enfrentarem as causas dos problemas.

A dimensão socioambiental precisa estar presente de maneira muito firme. Isso vai impactar sobremaneira a qualidade de vida e o estado de saúde das crianças. A questão ambiental precisa estar incluída em todas as políticas, do contrário, não vamos conseguir incutir na cabeça das pessoas que o tema é relevante.

SEGURANÇA DIGITAL: NOVAS TECNOLOGIAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O segundo tema de fronteira mais frequentemente apontado foi o impacto das novas tecnologias e da inteligência artificial. Segundo as pessoas entrevistadas, sua relevância se dá por, ao menos, dois motivos.

Primeiro, as novas tecnologias têm sido um fator de influência sobre o desenvolvimento infantil, conforme apontam pesquisas recentes sobre o tema. Sendo assim, se torna relevante ampliar o entendimento sobre usos e limites dessas ferramentas nas diferentes políticas públicas, além de orientações para o cuidado pelas famílias.

Segundo, a inteligência artificial, que tem ampliado sua presença e recursos disponíveis, representa, hoje, na ausência de mecanismos de regulação, um fator de risco para violências contra as crianças, especialmente violações de natureza sexual.

A exposição das crianças às redes sociais. É preciso discutir a regulamentação dessas plataformas e da inteligência artificial para proteger as crianças.

A alta tecnologia, o uso das telas, da inteligência artificial, tudo isso vai chegar na organização das experiências das infâncias se a gente não se preparar.

Em relação ao digital, à inteligência artificial, de forma mais ampla, mas especificamente a relação entre a tecnologia indispensável para o desenvolvimento das humanidades, mas os impactos disso na primeira infância,

seja no sentido de influenciar o seu desenvolvimento (sobretudo na saúde e educação) mas, sobretudo, considerando os riscos da violência (abuso sexual online, manipulação dos corpos/nudez). O ECA vai precisar incluir uma seção sobre a dimensão da tecnologia.

Sobre o mundo digital, não estamos prontos. Não conseguimos lidar com as fake news, com a inteligência artificial. Tudo pode ser para o bem, mas acabamos por ficar com os efeitos negativos. Estamos todos com o celular, não conversamos, não lemos, não contemplamos a vida. Com a inteligência artificial, é possível fazer foto nude das crianças, não há nada sendo feito para combater isso. Estamos todos escravos das máquinas. Elas aprisionam, vamos sendo abduzidas das redes sociais e não estou vendo nenhuma ação efetiva de contraponto a isso, seja para regular, seja para trazer outra perspectiva. Nos vejo muito mais reféns do que no controle.

Os riscos de uma exposição muito acentuada ao que existe como informações mal estruturadas, falsas. Como orientar os professores a criarem um ambiente onde existe uma forma saudável de acesso a esse infinito crescente de informações que bombardeiam também as crianças? Há, também, a questão das tecnologias de informação. Há um risco de uma incorporação desproporcional desse formato de ensino. Como vamos tirar proveito das tendências de uso de tecnologia da informação, recursos de conectividade e evitar que isso seja um fator de risco?

A gente vê a questão da criança muito pequena, na educação infantil, na inserção do uso do celular. A família tem dificuldade em controlar o uso do celular, e os especialistas mostram que altos períodos de tempo têm tornado as crianças agitadas, irritadiças, intolerantes, com baixo poder de concentração. Eu não sei como outras questões vão surgir por conta do uso do celular e das redes sociais a que as crianças têm uma exposição muito alta. Não temos controle do nível de informação que a criança está recebendo e qual lado do desenvolvimento daquela criança poderá ser prejudicado ou não no futuro, influenciando seu comportamento quando adulto.

Ao mesmo tempo, o maior desafio é o das telas, que adoecem, que tiram as crianças do universo real. As crianças estão viciadas, quando tiram as telas elas ficam violentas. A gente não consegue criar vínculos afetivos porque a tela é quem absorve. Que geração estamos projetando? Isso acontece em todas as classes sociais. É algo assustador, que vai transformar o mundo para um mundo pior, com seres humanos violentos, uma geração adoecida, desde a primeira infância, distantes, em universos paralelos.

VIOLÊNCIAS E SAÚDE MENTAL

A violência, em suas múltiplas formas e espaços de perpetuação, ganhou destaque como um tema de fronteira para a primeira infância. As situações de violação acontecem no espaço coletivo e urbano, no ambiente familiar e, mais recentemente, no ambiente escolar, movimento que preocupa por sua radicalização e crescimento acelerado.

A violação dos direitos e as violências é o que mais me preocupa. Vendo, assistindo, tomando ciência, cada um de nós temos a certeza de que a cada manhã alguma criança do Brasil e do mundo está sofrendo violências e ausência de direitos que o Estado está negligenciando – pela ausência de profissionais em determinadas áreas, resguardando o direito dessas pessoas, chamando atenção para as violências. Fome, miséria, extrema pobreza. É como se a gente colocasse uma criança imóvel e um algoz estivesse espetando a criança. Eu faço essa comparação porque é angustiante não saber como resolver esse tema. Uma região que me angustia muito é a região Norte, das comunidades ribeirinhas e indígenas.


O tema da violência é muito sério. A política pública precisa priorizar em todas as áreas, de forma integral e única. Temos um problema de violência urbana, uma linha de ação que ninguém se desespera, se assusta, é uma prática comum e difundida, é uma opção de vida. Fora esse contexto, temos um contexto de violência doméstica gravíssimo e é importante considerar que ela não está nas camadas sociais mais vulneráveis, ela está presente em todas as classes sociais e todos os meios sociais. Só que a criança chega violentada e foi acidente, é a única diferença para a classe média/alta. Precisamos ter um olhar porque, nos próximos dez anos, quem pode estar gerando mais políticas está gerando violência e fazendo política. Essa deveria ser a bandeira para todos. Sabe a história do Fome Zero? Essa deveria ser a bandeira dos próximos anos.

Levamos nossos filhos para a escola achando que a escola é um espaço de segurança. O governo precisa pensar na segurança das escolas, é algo que precisa ser radical. Não é colocar homem armado, é dar uma condição para que as pessoas consigam viver realmente sem medo. É possível ter um sistema de autocuidado nas comunidades, um mecanismo de autocuidado comunitário. Essa questão do autocuidado é importante, a grande maioria das pessoas precisa fazer isso. Se houvesse um plano comunitário de segurança, trabalhando em comunidade, eu não vejo isso, eu vejo individualismo. O autocuidado precisa de orientação para isso, práticas, protocolos precisam ser concedidos para que o autocuidado comunitário possa se consolidar pela comunidade.

DIREITOS SEXUAIS, HOMESCHOOLING E COMPETÊNCIAS DO FUTURO

Outras temáticas abordadas foram a perspectiva dos direitos sexuais, especialmente a atenção às crianças que se identificam com a transexualidade, os riscos trazidos com a eventual regulamentação do *homeschooling* e o desenvolvimento de competências para os desafios do futuro.

Direitos sociais e sexuais das crianças trans. Algo que a gente reluta para discutir, entramos em questões muito técnicas, mas temos corpos infantis que não se reconhecem em relação ao que lhes foi atribuído. Tem uma infância invisibilizada e que está gestando um sofrimento que deveria ser nossa responsabilidade reparar a letargia de não termos endereçado as questões da sexualidade humana. Que as primeiras infâncias tenham a chance de vivenciar a sua sexualidade de maneira livre, apoiada, que as políticas garantam que elas não serão invisibilizadas, violadas e que sejam acolhidas e respeitadas.



*Regulamentação do homeschooling ou ensino domiciliar como alternativa à liberdade. Os pais podem escolher a escola que desejam conforme sua percepção de mundo, temos escolas de todos os credos. Nada justifica que, em pleno século XXI, quando o direito à educação não está plenamente assegurado, gastemos energias com homeschooling. **Esse é um debate extremamente conservador e um retrocesso.** O que a pandemia nos indicou é que tanto a violência contra as mulheres como a violência doméstica contra crianças cresceu. A quem interessa isso? Isso vai contra a nossa proposta de ambiente pedagógico, trabalho da diversidade, ambiente agregador. Isso é um risco às alternativas sociais a nos salvar, justo quando estamos querendo melhorar o ambiente escolar e combater a violência doméstica.*

*A discussão sobre **homeschooling** é vista como um retrocesso, mas acho que isso é uma tendência, há países que consideram como parte da política. Como vamos nos posicionar diante disso?*

*Numa pedagogia mais moderna, precisamos pensar em como incluir novas competências mais modernas, para além da dimensão cognitiva. **A gente ainda patina quando se pensa em um currículo para a educação infantil.** Os adultos que devem reger o mundo daqui a algumas décadas precisam incorporar determinadas competências. Quais são elas? Como trazer para o contexto da escola?*

1. A VOZ DA CRIANÇA NA POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

“As crianças conhecem o mundo. Elas estão há menos tempo nele, mas isso não as impede de ver o que o fará melhor, de saber do essencial, de entender e inventar diferentes formas de amar. Elas sabem ouvir o barulho da chuva, escorregar na lama, correr na praia, sentir o cheiro da relva com mais força; sabem dançar sem exigir a perfeição do passo. Elas têm a chave do sonho e da imaginação e a esperança no coração”.

Rita de Cácia Oening

“Um milagre acontece cada vez que uma nova criança vem ao mundo. É assim que o mundo é criado novamente debaixo do céu”.

Jostein Gaarder

I - A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA COMO DIREITO

Ao surgir no mundo, a criança vem com a energia da vida formada e acumulada num processo evolutivo de milhões de anos. Durante sua existência, sua missão é realizar um passo nesse processo e agregar sua contribuição à continuidade da humanidade rumo à plenitude. A criança, ao inverso de um ser passivo ou receptáculo vazio, é como um gêiser borbulhando emoções e pensamentos, fantasias e imaginações, ações e desejos.

Contrariamente à concepção da criança como um ser presente, capaz e participante, uma cultura adultocêntrica secular a viu e continua a vê-la apenas como um vir-a-ser, como potencial, como estágio de passagem da dependência à autonomia, do não saber para o conhecer, do não poder para o fazer, do não falar (in-fans) para o ser de linguagem, e a infância como preparação para a vida. Esta perspectiva destaca os adultos como cuidadores, responsáveis, instrutores, formadores, educadores, e a criança como frágil, vulnerável, incapaz. Os adultos sabem e ensinam, mandam e a criança obedece, falam e esperam que ela cale para escutá-los.

No entanto, houve em todos os tempos e lugares quem via a criança como ser-em-si, vivendo a infância como tempo de vida com significado em si mesmo, além de ser, também, período estruturante para a sequência da vida em estágios sempre mais complexos. A experiência e as pesquisas sobre o desenvolvimento infantil, nos aspectos físicos, psíquicos, sociais, afetivos e cognitivos, foram evidenciando, com comprovações sempre mais convincentes e reveladoras, que a criança, desde que nasce, é capaz, tem um poder vigoroso de ação, de interação, de autoafirmação. Tudo o que ela faz e o que expressa revela sua energia de crescimento e desenvolvimento.

Hoje é inconteste que a criança é capaz de muitas coisas e expressa suas necessidades, desejos, vontades, sentimentos e pensamentos de diferentes maneiras, próprias da idade, do estágio de desenvolvimento e do seu ambiente social e cultural. Duas linhas de força estruturam o seu desenvolvimento nos primeiros anos de vida: a constituição do seu eu, como pessoa e sujeito, e a interação com o outro, começando na díade mãe-bebê, expandindo-se para a relação mãe-pai-bebê, em seguida para o círculo familiar e comunitário, aportando nas interações sociais e, finalmente, na expressão cidadã. Desde o começo da vida, portanto, a criança é um ser de ação e de expressão. Desde o nascimento,



ela é pessoa, na inteira dignidade humana. E como pessoa, sujeito social de direitos, sendo um deles, o direito de participar, de ser ouvida e atendida naquilo que lhe diz respeito.

Considerando essas duas dimensões – a capacidade de expressão das emoções, dos sentimentos, pensamentos, desejos, necessidades, e a participação efetiva como criança na relação com o outro e o meio social, as Nações Unidas afirmam, na Convenção sobre os Direitos da Criança, que, além de “receber a proteção e a assistência necessárias para poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade” (Preâmbulo), a criança tem direito de participar daquilo que lhe diz respeito:

“Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança”

(Art. 12 - Convenção sobre os Direitos da Criança)

Embora avançado para a época (1989) como princípio universal está formulado de forma tímida e bastante limitada, além de estar vinculado aos assuntos que os adultos estão tratando em relação à criança, portanto, ainda dentro da perspectiva adultocêntrica.

Este princípio foi ganhando novas dimensões na medida em que crescia a compreensão da criança como pessoa capaz, presente e atuante, que cria múltiplas linguagens para expressar-se. Novas pesquisas e práticas sociais foram gerando mais conhecimentos sobre a criança e desenvolvendo técnicas de escuta e interpretação das suas expressões físico-corporais, afetivas e sociais e cognitivas, em seus diferentes contextos familiar, étnico e cultural.

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, um ano depois da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1990, determinou a ampliação da prática da escuta da criança:

“Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida (colocação em família substituta), e terá sua opinião devidamente considerada.”

(Art. 28, § 1º)

“Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento (para a adoção).”

(Art. 45, § 2º)

“O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de dezoito anos a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.”

(Art. 48, Parágrafo único; também Art. 51, III, para caso de adoção internacional de adolescente)

“O plano individual (em instituição de acolhimento) será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável.”

(Art. 101, § 5º)

Nova ampliação do direito de participar e ser ouvida é determinada pelo Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016: agora, no campo das políticas públicas:

“As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na Primeira Infância serão elaboradas e executadas de forma a: (...) incluir a participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento.”

(Art. 4º, II)

e que

“A participação da criança na formulação de políticas e das ações que lhe dizem respeito terá o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã, e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processo de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil”


(Art. 4º, Parágrafo único).

II - UMA PRÁTICA DE ESCUTA NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS POLÍTICOS PARA ATENDER OS DIREITOS DA CRIANÇA

A Rede Nacional Primeira Infância vem realizando, desde 2009/2010, a escuta da criança na elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância e em outras situações, como o período de sofrimento físico e psíquico das crianças da Covid, e orientando Estados e Municípios a promoverem essa escuta na elaboração dos seus respectivos planos decenais pela primeira infância. Nos 23 de observação e escuta, de interações dialógicas, de acolhimento das “falas” das crianças, estas foram se tornando cada vez mais presentes na definição do conteúdo dos planos de ação que visam atender seus direitos. O caso mais emblemático é o do Distrito Federal que, na revisão e atualização do Plano Distrital da Primeira Infância 2013-2022, 2ª Edição 2023-2033, colocou as contribuições das 1.541 crianças que participarão desse processo logo após o diagnóstico da situação da primeira infância no DF e das explicações iniciais sobre a elaboração e revisão do Plano. E extraiu das falas indicações para os diferentes setores de atendimento de direitos.

As crianças têm, quase sempre, a convivência comunitária como eixo estruturante das suas vidas. Elas são criativas nas suas experimentações, especialmente quando entre pares e/ou com adultos que valorizam suas formas de expressão. Ao viver numa cultura, renovam-na com seu olhar infantil e criam o que se pode chamar de cultura infantil. É um mundo com identidade, necessidades, desejos, forças e atividades típicas da infância e ao qual os adultos precisam olhar não mais a partir das suas próprias perspectivas, adultocêntricas, mas a partir do mundo da infância.

As crianças apreendem o mundo à sua volta: tudo o que as cerca as atinge, é do seu interesse e lhes constitui desafio de compreensão e domínio. E elas expressam o que veem, sentem, pensam, desejam por meio de várias linguagens: o corpo e seus movimentos, o brincar em todas as suas formas, as artes plásticas, a expressão musical, os sonhos; as reações frente a contos, histórias e experiências; os silêncios, as emoções, os comportamentos e a palavra, a partir do momento em que têm condições de compreendê-la e expressá-la. Porém, o melhor caminho para conhecer as crianças é a partir da observação e escuta desse grande arcabouço das suas linguagens.



Daí porque as pesquisas etnográficas partem da premissa de que as crianças não devem ser interrogadas nem expostas a responder perguntas vindas dos adultos, mas da observação holística de sua forma de presença e expressão.

III - A ÉTICA E A TÉCNICA NA ESCUTA DA CRIANÇA

Uma escuta qualificada das crianças segue princípios e orientações fundamentais, entre as quais destacam-se:

1. As crianças são sujeitos históricos, culturais, sociais e de direitos, capazes de participar, dar opiniões. São competentes como crianças, que vivem um período da vida, a infância, como encontro, descoberta, construção, criação;
2. Uma metodologia participativa considera as crianças sujeitos, jamais as vê como objetos de estudo. Por isso, desenvolve uma interação que forma um repertório próprio de experiências, percepções, sentimentos e conhecimentos e, ao incluir as crianças no processo de elaboração de uma política ou um plano que se destina a elas, conversamos com as crianças e não sobre elas;
3. Em cada município, em cada território, em diferentes tempos, as crianças são seres únicos, cada uma com seu admirável e insondável mistério de ser, viver. Cada uma se constitui seu “eu”, na singularidade e subjetividade, que lhe confere identidades próprias e únicas, e já como criança, cidadã no mundo. Uma franja do tecido cultural que veste a infância é feita com os valores, as crenças, as tradições, os modos de relacionamento intrafamiliar e comunitário, que são próprios de cada família e de acordo com as vivências na rua, na comunidade, nas instituições que frequentam;
4. As crianças não devem ser “interrogadas” nem expostas a responder perguntas vindas dos adultos. Elas apreendem o mundo à sua volta e se expressam por meio de várias linguagens, a saber: as emoções, a expressão corporal de gestos e movimentos; o brincar, as reações e comportamentos, o silêncio e o choro, o riso e a palavra, a musicalidade da voz, as artes nas suas diversas formas, as reações frente a contos, histórias, experiências. Porém, o melhor caminho para conhecer as crianças é a partir da observação e escuta das suas linguagens;
5. Na escuta da criança, a Antropologia da Infância considera fundamental hábitos, costumes, valores, crenças, estilos de vida, brincadeiras, histórias e outros traços dos saberes multiculturais recebidos no seio da família nuclear e da família extensa, da comunidade e da escola onde a criança brinca, interage com pares e adultos, experimenta, aprende e se expressa como sujeito social;
6. O desafio de quem escuta e observa crianças – pesquisador ou profissional do atendimento - é mudar o ponto de vista: ele não está ali para emitir juízo de valor, corrigir, auxiliar, intervir ou ensinar, mas compreender que ele próprio é um aprendiz, que escuta, observa e está a serviço da vida que as crianças lhe mostram. Seu papel é o de respeitar, acolher e reconhecer cada criança na sua singularidade, com seus repertórios e saberes próprios. Deve estar disponível para surpreender-se frente ao “inusitado”, frente à vida e à realidade de qualquer criança;
7. Os profissionais que realizam processos de escuta da criança precisam ter formação adequada (Art. 4º, Parágrafo único da Lei nº 13.257/2016);

8. A autorização de “escuta” deve ser dada pelos adultos responsáveis pelas crianças e é necessário, também, ter o consentimento delas, para uso de seus dizeres, expressões e produções, como desenhos, pinturas, dramatizações, construções etc.;
9. Os processos de escuta dos quais extraímos as vozes das crianças constantes deste documento atendem ao preceituado na Carta Internacional para a pesquisa Ética da Infância.

IV - A “VOZ” DAS CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

1. AJU: É LEGAL SER INDÍGENA - 2023 - ATL SUL, MORRO DOS CAVALOS, TERRA INDÍGENA GUARANI, PALHOÇA, SC E FLORIANÓPOLIS, SC.

Responsáveis: Usina da Imaginação

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Aju Patté, indígena Iaklãõ Xokleng, da Terra indígena Iaklãõ.

TEMAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

Direitos indígenas, demarcação de terras, cultura indígena e identidade.

“Eu vou assim com as marcas no rosto porque eu sou dessa metade do meu grupo, é a marca da minha família. E eu vou assim para marcar que eu sou indígena forte”.

“Eu grito para eles verem que eu sou uma criança, mas eu sou forte.”

“Eu pediria para eles demarcarem nossa terra.”

Aju Patté

Link: <https://vimeo.com/manage/videos/856755792>

2. ESCUTA DE CRIANÇAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 2020 - 15 MUNICÍPIOS DE ESPÍRITO SANTO, NORDESTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO

Responsável: Ana Luiza Buratto (Avante)

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Com o objetivo de conhecer a percepção das crianças sobre o contexto em que vivem, visando subsidiar a elaboração do Diagnóstico da Situação da Primeira Infância nos municípios, foram ouvidas 440 crianças em escolas públicas, comunidades quilombolas e indígenas de 15 municípios brasileiros, entre 4 e 11 anos.

TEMAS, FALAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

O que fariam se fossem presidente?

“Colocaria piso nas ruas para ficar lisinha.”

“Faria casa para os moradores de rua.”

“Faria uma fábrica de chocolate com meu nome.”

“Abaixava tudo no mercado para um real.”

“Acabava com a pobreza e a fome.”

“Colocaria preço baixo nas coisas.”

“Melhoraria as casas e alimentação.”

“Tirava as pessoas das ruas.”



O que falta na sua escola para ela ficar bem legal?

“Falta brinquedos e ar-condicionado.”

O que gostam de fazer quando não estão na escola?

“Jogar videogame.”

“Assistir TV no sofá.”

“Mexer no celular.”

“Brincar na casa do amigo.”

“Andar de bicicleta.”

“Comer macarrão com salsicha com meu pai.”

“Dormir e comer.”

“Ir na praia.”

“Adoro comer pizza na minha casa.”

Sobre o bairro em que moram, gostariam que tivesse

“Mais postos de saúde, pois os postos que existem ficam muito cheios.”

“Mais escolas.”

“Ruas asfaltadas.”

“Saneamento.”

“Segurança, devido às operações policiais recorrentes.”

“Mercado, pois as coisas estão o olho da cara.”

“Casas para os moradores de rua.”

O que pensam da cidade em que moram?

“Tem muito buraco na rua, em Mauá. Tem que tapar os buracos.”

“Tem que ter menos violência contra a mulher.”

“Tem que ter menos racismo.”

“Mais igualdade social.”

“A educação tem que ser melhor.”

“Parar de maltratar os animais.”

“Abaixar o preço da comida. As pessoas vão passar fome.”

“Melhorar o shopping.”

“Abaixar o nível de usuários de drogas”.

O que é bom para as crianças?

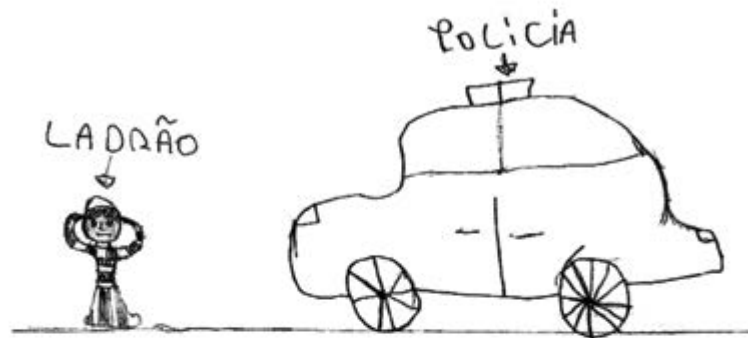
“ Parque, escorregador, balanço, gangorra, gira-gira, palhaços, brincadeiras, piquenique, casinha, mercadinho, feira...

Tem que ter arte, arte moderna, bonita.

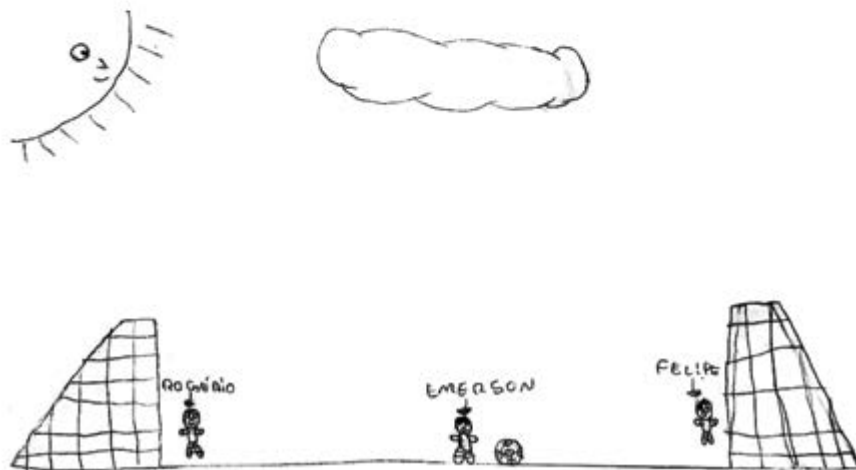
Para algo ser bonito: arte bonita, frutas, flores, vasos, árvores, lâmpadas... Atividades? Figurinha, leitura... **”**

João Eduardo - 6 anos

Do que eu menos gosto



Do que eu mais gosto



Do que eu mais gosto

“ A minha boneca
que tem cabelo liso ”

Milena - 5 anos



Do que eu menos gosto

“ Balanço quebrado
não balança ”

Henry - 3 anos

NÃO GOSTO

“ Árvore triste com cigarros ”



“ Placa de trânsito ”

GOSTO

“ Faixa para cegos ”



Do que eu mais gosto

“ Gosto de ver paisagem.
Os prédios novos
tiram pessoas das casas
de madeira. É muito
melhor morar lá ”

Ramon - 6 anos

3. AS CRIANÇAS NA PANDEMIA - 2021 E 2022 - COLETIVO A VEZ E A VOZ DAS CRIANÇAS

Responsáveis: Coletivo A vez e a voz das crianças (Adriana Friedmann e equipe de pesquisadoras)

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Durante a Pandemia de Covid 19, foram escutadas 243 crianças entre 2 e 12 anos em diversas regiões do Brasil; 68 pesquisadoras foram orientadas nestes processos de escuta. As crianças mandaram fotos, vídeos, desenhos, cartas e outras criações contando dos seus cotidianos.

TEMAS, FALAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

“As coisas estão difíceis para todo mundo, acho que mais para os velhos, para as pessoas pobres, que não têm nem dinheiro, porque não têm máscara, sem álcool em gel, sem lavar as mãos, porque eles são de rua, tem bastante por aqui.” (Ana Julia, 7 anos, Guarulhos).

“Eu inventei uma brincadeira de super-heróis crianças e a gente cuida de tudo da cidade.” (Alice, 7 anos, São Paulo).

“Eu tô com tanta, tanta, tanta, tanta, tanta, tanta, tanta, tanta, tanta, tanta saudade da vovó, do vovô, da Íris, da Bia e da tia Idamaris, que a foto delas que tem dentro da minha cabeça já tá rasgando”. (Isabela, 5 anos, São Paulo).

4. CRIANÇAS DO DISTRITO FEDERAL - PLANO DISTRITAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA 2ª EDIÇÃO, 2023-2032

Contexto: foram ouvidas e observadas crianças de toda a rede pública de educação infantil, portanto, crianças do Plano Piloto e das cidades satélites, num processo dialógico entre a área da política pública e a do domínio doméstico em que as crianças vivem e se expressam. Em atividades do seu cotidiano, como desenhos, montagens, conversas, elas anunciaram seus anseios e necessidades. Foram captadas as expressões orais e, também, os olhares, gestos e a postura corporal. Aqui vão reunidos por temas:

Saúde:

“Saúde é quando a pessoa está forte.” (Adriel Melo, 6 anos)

“Saúde é comer legumes.” (Ana Ester, 6 anos)

“Saúde é vida, é amor.” (Lucas Ribeiro, 6 anos)

“Ficar doente é ficar sem saúde.” (Gustavo Serrano, 6 anos)

“Criança com saúde é criança que vive bem.” (João Lucas, 6 anos)

“O que eu mais gosto aqui na creche é o lanchinho.” (João Lucas, 4 anos)

“Eu gosto do hospital porque tomo remédio e fico bom.” (João Miquéias, 6 anos)

“O que eu não gosto no hospital é a sujeira e baratas.” (Lucas Ribeiro, 6 anos)

“Nos hospitais públicos tem vacina, mas não tem gente para aplicar.” (Lucas Ribeiro, 6 anos)

Sofia (4 anos), perguntou para Laura (4 anos): “O que não pode comer que estraga os dentes?”. Laura respondeu: “Comer balinha, salgadinho, doces, sorvete”.

“Não gosto do banheiro, porque os vasos ficam sujos.” (Sophia, 5 anos)

“É não fazer coisas ruins e cuidar do pulmão.” (Miguel Rodrigues, 6 anos)

“As crianças têm direito a tomar vacina.” (José Augusto, 4 anos)

Conversando sobre como foi o final de semana:

“O dodói machucou o queixo na escada.” (Yan Lucas, 3 anos)

“Não podemos usar curativos dos outros. Quando tocamos nos curativos dos outros, precisamos lavar a mão.” (Victória Julhía, 7 anos)

“Fui tomar vacina... fiquei em pé e sem vacina.” (Henry, 5 anos)

“Minha vó tá no hospital, com dor de cabeça, está doendo muito. Minha mãe mora em outra casa. Meu pai em outra casa.” (Willyane, 5 anos)

“Não podemos pegar curativos sujos porque tem bactérias.” (Laura, 7 anos)

*“Tia, a minha casa está cheia de baratas. Tia, barata pula na gente!”
(João Miguel, 5 anos)*

“Tia, eu falei para o meu pai que se fumar morre! Ele disse: vai cuidar da sua vida!” (Esther, 5 anos)

Alguns relatos apontam riscos domésticos, informam orientações sobre cuidados recebidos de familiares, problemas de acesso aos serviços de saúde, de higiene e possíveis riscos à saúde em ambientes domésticos, incluindo uso de tabaco e álcool. As falas apresentam necessidades básicas:

“Quero mais comida e remédio.” (Nicolas, 5 anos)

“Hospital para ajudar as pessoas e não ficar doente.” (Lara Sofia, 3 anos)

“Precisamos ouvir músicas mais tranquilas.” (Yanne, 6 anos)

“Tem que escovar os dentes para não ter bafo.” (Eloah, 2 anos)

“Cuide do seu coração.” (Laura, 7 anos)

“No hospital, os médicos podiam ser palhaços e as paredes mais coloridas, lá é um lugar tão triste.” (Isadora, 6 anos)

“As crianças precisam ser cuidadas.” (João Paulo, 6 anos)

“O hospital tem que ser limpo. Você vai para ficar bom e acaba que fica mais doente.” (Luiz Augusto, 6 anos)

“O hospital tinha que ser mais limpo e ter mais conforto, porque esperamos muito na clínica da família e, às vezes, nem somos atendidos.” (Ana Julia, 6 anos)

“Precisa ter mais médicos para não ficar esperando.” (Gabriel, 6 anos)

“Tem que ter hospital grande para caber mais médicos.” (João Miqueias, 6 anos)

“Tem que ter mais hospitais no mundo, aí a gente não vai ficar doente, nem ficar esperando um monte de tempo sentindo dor.” (João Lucas, 6 anos)

“Tem que ter parquinho no hospital e ambulância para ajudar.” (Kaio Lucas e Anthony, 6 anos)

“Tinha que ter mais brinquedos ou parquinho no hospital.” (Gabriel 6 anos)

*“Eu quero mais hospitais perto da minha casa, toda vez que eu fico doente, demora muito para chegar no hospital e demora para o médico me chamar.”
(Eduardo Augusto, 7 anos)*

“Uma vez, eu fiquei no hospital dois dias, e eu achei muito ruim, ficava demorando muito e não tinha comida, tem que ter mais comida quando a gente fica no hospital para não ficar com fome, e mais remédio também para as crianças não ficarem doentes.” (Enzo Miguel, 7 anos)

“Precisamos cuidar bem de todo o nosso corpo.” (João Lucas, 6 anos)

*“No hospital, melhorar os brinquedos e oferecer lanche para as crianças.”
(Renata, mãe)*

LEITURA DESSAS “FALAS” PARA A POLÍTICA PÚBLICA DA PI, NA ÁREA DA SAÚDE:

A necessidade de programas de conscientização sobre segurança doméstica; garantia de abastecimento adequado e regular de vacinas, além de eficientes sistemas de agendamento e administração; acesso a alimentos e cuidados de saúde para todas as crianças, ou seja, políticas de segurança alimentar, programas de nutrição e acesso ampliado a cuidados de saúde; criação de espaços lúdicos, incluindo livros, trocadores de fralda em locais de atendimento à saúde infantil; campanhas de saúde pública sobre higiene doméstica e controle de pragas; investimento em infraestrutura habitacional adequada e saneamento básico para reduzir a proliferação de pragas em áreas residenciais; investimento na territorialidade e alcance das equipes do Programa Saúde da Família.

Educação infantil: O que você gostaria que mudasse na sua casa ou na sua escola?

“Brincar mais na escola e mudar de casa, porque na minha casa todo mundo me chama de feio.” (Guilherme, 4 anos)

“Quero mudar de creche.” (Arthur, 4 anos)

“Não gosto da creche, quero ficar em casa.” (Jhully, 3 anos)

“Eu queria que a escola fosse um prédio, para a gente poder morar e não precisar ir embora nunca.” (Laura, 5 anos)

O que você gostaria que a escola tivesse?

“Piscina de bolinhas.” (Clarice, 3 anos)

“Uma caixinha de bonecas.” (Martina, 3 anos)

“Uma piscina para eu nadar.” (Kauan Vinicius, 3 anos)

“Eu queria um parquinho com bastante piscina, bastante escorrega e bastante pula-pula.” (Nycolas, 4 anos)

“Gostaria que tivesse pula-pula na escola.” (Eloá, 4 anos)

“Cachoeira.” (Rafael, 4 anos)

*“Eu queria que na escola tivesse um elefante bem grande para brincar.”
(Maria Alice, 3 anos)*

“Zoológico.” (Eliza, 3 anos)

“Eu gostaria que tivesse na minha escola um robô grande para eu poder brincar e meus colegas também.” (Noah, 4 anos)

“Eu fiz uma piscina de bolinhas, quadro verde para estudar matemática, livros de ler matemática, uma loja de brinquedos, uma folha branca para escrever a matemática. Queria estudar matemática na escola e geografia também.”
(Maria Eduarda, 5 anos)

LEITURA DESSAS FALAS EM VISTA DA POLÍTICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA:

Vários desejos e sonhos estão ligados a atividades lúdicas, como piscinas, escorregadores e pula-pula. Esses espaços não só servem para brincadeiras, mas, também, para o desenvolvimento físico, emocional e social. Pedidos como “cachoeira”, “elefante” e “zoológico” refletem o mundo imaginativo das crianças. Estas podem ser encaradas como representações de seus desejos de explorar e interagir com o mundo natural, bem como o interesse por atividades comunitárias fora do ambiente institucional. Na escola, elas também começam a apontar interesses e curiosidades por áreas do conhecimento diversas, como robótica, matemática e geografia. Entendem o brincar como uma experiência permeada pela exploração e buscam interação lúdica com os pares.

Do que gosta mais na instituição de educação infantil:

“Da escola, das tias e de brincar.” (Gabriel, 3 anos)

“Da escola, de brincar e do Davi.” (Iris Luiza, 3 anos)

“Das tias e dos colegas.” (Davi, 3 anos)

“Do banho de mangueira.” (Laurabert, 4 anos)

“Gosto de brincar com carrinho e meus amigos.” (Miguel Heitor, 3 anos)

“Gosto de brincar com minhas amigas.” (Emanuelly, 4 anos)

“Eu não gosto de fazer atividades.” (Leonardo, 4 anos)

“Eu gosto de ver as crianças esperando na porta da escola.” (Estevão, 6 anos)

Sobre a alimentação escolar:

“Eu gosto de comer na escola: arroz, feijão e suco.” (Miguel Heitor, 4 anos)

“Melancia, morango e mamão.” (Cecília, 3 anos) “

“Tia, eu queria que aqui na escola tivesse sorvete com maçã no lanche.

Eu gosto de maçã.” (Ísis, 4 anos)

Eu queria que a escola tivesse

“Uma piscina azul com uma boia de jacaré.” (Bernardo, 2 anos)

“Uma piscina de bolinhas.” (Valentina, 3 anos)

“Pula-pula pequenininho.” (Isabel, 2 anos)

“Um campo de bola para jogar com o papai.” (Miguel, 3 anos)

“Mais brinquedos de cozinha.” (Enzo, 3 anos)

“Eu gostaria que na minha escola tivesse mais bicicletas para nós andar.”
(Ellise, 3 anos)

“Uma piscina para banhar no calor.” (Hadassa, 3 anos)

Mudanças que desejam em sua casa ou na escola:

“Gostaria de mudar as brincadeiras da escola; que tivesse pula-pula, pega-pega e esconde-esconde.” (Antonella, 4 anos)

“Eu queria passar mais tempo na escola para desenhar e jogar futebol com os meus amigos, e assistir filmes também, fazer coisas mais legais. Tem criança que não tem brinquedos, elas deveriam ter brinquedos para a gente brincar juntos na escola.” (Emmanuel, 6 anos)

“Minha escola precisa ser reformada, ter mais brinquedos e atividades para a gente brincar mais.” (Cris Luan, 7 anos)

“Minha escola tem que mudar muita coisa; tá feia. E ser mais colorida; ter mais brincadeiras.” (Letícia, 7 anos)

“Na escola podia ter um parquinho, quase não saímos da sala.” (Maria Luiza, 7 anos)

“Uma escola colorida. Com bola.” (Ravi, 2 anos)

AS FALAS DAS CRIANÇAS ENCAMINHAM AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Promover a formação continuada de professoras, para que estas sejam capacitadas e transformem suas práticas para acolher as necessidades infantis;

Fortalecer a identidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica que educa e cuida, tendo como eixos norteadores das práticas pedagógicas as interações e a brincadeira;

Criar espaços de escuta regulares dentro das instituições educativas onde as crianças possam expressar seus sentimentos, preocupações e desejos;

Ampliar e criar áreas lúdicas nas instituições educativas para além de parquinhos estereotipados, que provoquem desafios no brincar, da corporeidade e que incorporem elementos naturais;

Fornecer uma variedade de brinquedos que promovam diferentes tipos de interações;

Oferecer variadas opções alimentares para atender às diversas preferências das crianças;

Ampliar a oferta de espaços livres e não direcionados de atividades.

O que é família:

“Amar a outra pessoa; ajudar o outro.” (Rafaela, 6 anos)

“Nenhuma família é igual. Nenhuma família é melhor que a outra, mas deve ter amor.” (Kaio Lucas, 6 anos)

Como é a sua família:

“Mamãe, papai, vovó, vovô e só.” (Noah, 3 anos)

“Minha família é bem grande e briga muito.” (Miguel, 6 anos)

“Minha família é meu irmão e minha mãe, que gosta de ficar na janela.” (Miguel, 6 anos)

“Meu pai e minha mãe não voltam mais. Eles brigaram e não estão ficando mais juntos. Ele tá na casa da tia dele. Ele não fica mais na nossa casa.” (Esther, 5 anos)

“Eu desenhei minha família dentro de casa e eu saindo para reciclagem. A gente

troca para poder trazer comida para casa.” (Anthony, 6 anos)

“Gostaria de ter um pai novo e irmãos porque minha casa é bem vazia. 18/02/23 é a data que meu pai saiu de casa. Muito triste esse dia.” (Kaio Lucas, 6 anos)

“Gosto de ficar com minha mãe cuidando do meu gato e olhando o córrego. Ficaria mais feliz se meu pai estivesse junto, mas ele mora em outro lugar; tem outra família.” (Emanuelly, 6 anos)

LEITURA DESSAS EXPRESSÕES EM VISTA DA POLÍTICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA:

Estas falas atestam a percepção das crianças sobre o que entendem por família, o sentido desse agrupamento. Percebemos, também, o amor como um elemento central nas famílias. Enfatizam diferentes arranjos familiares, mencionam conflitos e a presença de amor e carinho. Indicam, ainda, a aceitação da diversidade nas famílias e reconhecem que não existe uma “família ideal” e que todas as famílias são igualmente valiosas.

Sonhos e desejos sobre suas famílias:

“Eu quero minha mãe alegre em um mundo colorido.” (Valentina, 5 anos)

“Quería um pai. Eu desenhei só eu e minha mãe.” (Sophia, 5 anos)

“Tia, você sabia que eu não tenho nem uma irmã? Eu já pedi uma irmã para minha mãe.” (Gabriel, 5 anos)

“Quería ficar com minha mãe.” (Alice Nathiely, 3 anos)

“Quería ficar em casa comendo biscoito, assistindo televisão e brincando.” (Felipe Gael, 3 anos)

“Quero ficar em casa com a minha mãe.” (Enzo, 4 anos)

“Quero ficar o dia inteiro com a minha mãe, assistir filme de terror.” (Livia, 4 anos)

“Quero uma casa própria para ter conforto e poder ter uma piscina e todo mundo morar bem.” (Gabriel, 6 anos)

“Quería que na minha casa tivesse piscina.” (Ysabella, 4 anos)

“Eu queria um castelo de princesa para brincar todo dia. Tia, minha mãe disse que eu sou uma princesa. Eu também não queria dormir no chão, prefiro a rede.” (Emanuela, 4 anos)

“Tenho medo de me perder e não saber voltar para casa”; “Tenho medo de um ladrão roubar a casa onde moro”; “Amo minha família e ela é tudo para mim.” (Larissa, 6 anos)

“Eu tenho muito medo da minha mãe ser atropelada, morrer e eu ficar sozinha.” (Emanuelly, 6 anos)

Quem é a pessoa que você mais ama?

“Eu amo minha mãe; esse coração é para ela” - foto pintando com tinta.” (Bernardo, 4 anos)

“Eu fiz Deus.” (Mirian, 4 anos)

“Estou com saudades da minha avó.” - mora com a avó (Lara, 5 anos)

“Estou feliz com a escola e gosto da minha mãe.” (João Lucas, 5 anos)

O que gostariam que mudasse em sua casa?

“Que minha mãe não beba mais cachaça porque ela está internada.” (Edward, 5 anos)

“Todo mundo deve se ajudar para ser feliz.” (Anthony, 6 anos)

“As crianças têm direito a ter uma casa.” (Yasmin, 4 anos)

RECOMENDAÇÕES QUE SE DEPREENDEM DAS FALAS DAS CRIANÇAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Implementar programas educacionais que promovam a aceitação da diversidade de estruturas e composições familiares;

Oferecer apoio abrangente para todas as famílias, incluindo o desenvolvimento de programas de apoio à parentalidade, serviços de aconselhamento familiar e recursos que ajudem as famílias a fortalecerem os laços afetivos;

Ampliar e fortalecer as políticas de licença parental, garantindo que os pais possam passar tempo de qualidade com seus filhos;

Implementar programas de apoio psicossocial para crianças e famílias em situações de conflito ou transição;

Fortalecer programas de assistência alimentar para famílias em situações vulneráveis;

Promover programas que apoiem a convivência familiar, reconhecendo a importância do tempo de qualidade entre pais e filhos;

Desenvolver políticas que visem fornecer habitação adequada para famílias de baixa renda, garantindo que as crianças cresçam em ambientes seguros e confortáveis;

Desenvolver campanhas de prevenção de acidentes e segurança domiciliar para reduzir os medos relacionados à segurança das crianças em suas casas;

Criar programas ou propostas que incentivem a participação dos pais na instituição educativa de seus filhos, promovendo uma maior interação.

Na área da Assistência Social às crianças em suas famílias

“Tem que ter mais espaços para comer e que forneçam mais comida para as pessoas” (Lucas, 6 anos)

“Eu fazia casa para as crianças e cuidava das crianças” (Elisa, 3 anos)

“Que as coisas se resolvessem mais rápido. Que quem tem criança especial que o governo desse moradia.”

“Uma casa para as pessoas que moram na rua” (Thales, 4 anos)

5. ESCUTA DE CRIANÇAS DE COLINAS/RS

Responsável: Comitê Intersetorial pela Primeira Infância de Colinas (Angelita Hermann)

Escuta ativa de 80 crianças de 2 a 6 anos de duas escolas municipais do município de Colinas para ouvi-las sobre sua casa e sua cidade como contribuição para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância e da Política Municipal Integrada para a Primeira Infância.

TEMAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

As crianças descreveram as casas onde moram, com quem: pais, mães, avós, irmãos, bichos (cavalos, bois, vacas, coelhos, gatos, porcos e peixes). Sobre a cidade, falaram do que é bom – praças, natureza, trem, brinquedos; e sobre o que não é (bandidos, casas abandonadas, lixo, insegurança).

6. CIDADE DAS CRIANÇAS - 2022 - FLORIANÓPOLIS - SC

Responsáveis: Rita da Silva e Kurt Shaw - Usina da Imaginação

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

A pandemia forçou as crianças a afastarem-se de muitas relações sociais, mas, também, abriu um espaço para pensar a cidade e o que as crianças querem dela. Em uma série de oficinas lúdicas, usando narração, maquetes, brinquedos e muita imaginação, um grupo de crianças de Santa Catarina, de diferentes idades e diferentes grupos sociais, desenharam uma cidade dos sonhos.

TEMAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

Teleféricos, trilhas e ciclovias para transporte; hortas comunitárias e árvores frutíferas na rua; uma cidade mais verde, mais diversa e inclusiva, com pessoas menos apressadas e mais gentis. As crianças descreveram o que seria, para elas, uma cidade acolhedora, segura e estimulante.

Link: <https://youtu.be/eFXKIQMjijN8?si=GIXGVES8zOZLiEyy>

“Se o transporte é público, por que ele é pago?” A.F.

“Eu não consigo saber que existem pessoas que não têm casa, moradores de rua, e quando vou ao centro, sabendo disso, eu enxergo”. R. B.

“A minha mãe não está errada de não deixar eu ir para os lugares, porque tem muita maldade no mundo. Podia ter um lugar para crianças e adolescentes se encontrarem com segurança”. E.V.

7. RUAS DE BRINCAR - 2021 - RECIFE - PE

Responsável: Rita da Silva - Usina da Imaginação

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Um grupo de crianças foi convidado a pensar como seria uma cidade boa para a primeira infância - e, conseqüentemente, boa para todas. Juntas, elas compõem uma música chamada “Bebezinha”, onde clamam pelo direito das crianças à cidade e ajudam a criar a campanha “A Rua Também é Nossa”, onde reivindicam pelo fechamento de ruas aos domingos e por mais espaços de lazer.

TEMAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

As crianças foram envolvidas desde a idealização à criação dos produtos da campanha - spots publicitários, videocliques, documentários e eventos gratuitos na rua - além da entrega presencial do abaixo-assinado na prefeitura, e debateram planejamento urbano, segurança, desigualdade social, preservação do planeta, a importância do brincar livre e o direito à cidade para todos.

*“Se essa rua, se essa rua fosse minha
Eu fechava para o carro não passar
Pelo menos, pelo menos aos domingos
Para eu com meus amigos brincar*

*Essa rua, essa rua tem espaço
Para jogar bola, soltar pipa e pião
Pique esconde, pega-pega, pula corda
Dá até para o vovô jogar gamão”*

Links:

- Bebezinha: <https://www.youtube.com/watch?v=1ligpVUIDW0>
- Se essa rua fosse minha: https://www.youtube.com/watch?v=FT_s52g3JTs&t=385s
- A rua também é nossa: Rua das Crianças (Recife):
<https://vimeo.com/330829211?share=copy>

8. ESCUTA DE CRIANÇAS PELO INSTITUTO ALANA E FUNDAÇÃO VAN LEER (2018 A 2020)

Responsáveis: Ana Cláudia Arruda Leite e Gandhi Piorski

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Pesquisa realizada nas 5 regiões do país (São Paulo - SP, Porto Alegre - RS, Brasília - DF, Recife - PE e Boa Vista - RO), com o propósito de escutar as infâncias sobre temas complexos de um modo que respeite sua condição peculiar de desenvolvimento e suas diferentes linguagens e perspectivas. Em cada município, foram criados grupos heterogêneos de crianças de 4 a 12 anos, garantindo a diversidade a partir da idade, do gênero, do território, da condição socioeconômica, étnica e racial, bem como crianças com deficiência física ou intelectual.

A escuta realizou-se a partir de metodologia autoral, na qual o compromisso central era criar condições para uma escuta sensível e ética das infâncias. Foi posteriormente realizada uma segunda etapa da pesquisa com crianças refugiadas e migrantes venezuelanas que estavam morando provisoriamente com suas famílias nos acampamentos da Acnur/ONU na cidade de Boa Vista - RO. A faixa etária também foi de 4 a 12 anos e a metodologia utilizada foi a mesma da etapa 1.

TEMAS, FALAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

Cidade e mobilidade: A cidade e os espaços coletivos aparecem pouco. Aparece muito uma cidade sem detalhes, sem vestígios dos caminhos e lugares de convívio das crianças. Uma cidade genérica pouco empática às crianças. A casa aparece com mais frequência.

Meio ambiente: A maioria das produções traz em seus desenhos, e como lugar preferido, a natureza e o brincar ao ar livre, mas em ambientes idealizados ou que visitaram esporadicamente e não que frequentam.

Problemas sociais segundo as crianças

Falta de tempo de mães e pais ficarem com seus filhos.



Lixo: O problema que está acontecendo no planeta é o lixo, a sujeira. Mas o problema mais sério é que as pessoas não estão tendo a dimensão de todo lixo e sujeira que criam.

| *“Família, mãe, pai, filha, irmã mais velha...as pessoas estão jogando muito lixo nas ruas.”*

Segurança – Menino surdo:

| *“Quando eu crescer quero ser policial. Vou mandar prender e vão me respeitar.”*

Política: uma menina de 12 anos, refugiada venezuelana, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), fez um debate público entre nações sobre os problemas da terra, fazendo um desenho: duas mulheres e um homem discutem temas ambientais, distribuição de terras e alimentação. Segundo a menina, *“os presidentes dos países estão ficando muito maus, ficaram doidos, não dão comida para seus cidadãos. Também não dão ajuda... Não ajudam os pequenos empresários... Não tem terra para plantar.”*

Imigração: uma menina de 6 anos fez a bandeira da Venezuela e ao concluir disse:

| *“Minha casa é meu poder.”*

Guerra: A guerra é o maior problema. Um menino desenvolveu o

| *“Canhão que lança uma bomba de gás e todos dormem em paz.”*

Afeto/esperança:

| *“Eu fiz um pato joinha que faz as pessoas ficarem felizes... algumas pessoas toda hora fica triste... coisas ruim... lembra de coisa ruim... eu toda hora lembro de uma coisa ruim... uma coisa triste... aí o pato joinha deixa as pessoas felizes.”*

Links: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/11/SUMARIO_EXECUTIVO_METODO_ESCUTA_CRIANCAS.pdf

https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/11/SUMARIO_EXECUTIVO_MUDANCAS_CLIMATICAS.pdf

9. OBSERVAÇÃO E ESCUTA DE CRIANÇAS: PROCESSOS INSPIRADORES PARA EDUCADORES – 2018 – SESC SÃO PAULO

Responsável: Adriana Friedmann

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Vinte participantes de diversas organizações participaram da proposta de escutar crianças de forma sensível em diversos territórios e variadas idades.

TEMAS, FALAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

Bebês nas creches, o brincar em comunidade indígena e museus, crianças na natureza, crianças na cidade, crianças em centros socioculturais, as crianças nos deslocamentos e o que elas veem.

Link: https://www.academia.edu/36620650/Escuta_e_observação_de_crianças_processos_inspiradores_para_educadores

10. A CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA COMO PRIORIDADE NO RIO DE JANEIRO E NO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Responsáveis: Integrantes de Grupo de trabalho da Rede Nacional Primeira Infância

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Elaboração coletiva de construção do PMPI, incluindo as vozes das crianças de 3 a 9 anos de diferentes regiões do Município do Rio de Janeiro.

TEMAS, FALAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

Saúde

“Tem pracinha, parque de diversão, mas não tem hospital e não tem ruas limpas.”

“Podia ter televisão e sala para brincar quando tá esperando.”

Educação Infantil

“A escola tá sendo assaltada.”

“Tem que colocar mais vegetais na comida.”

“Tinha que ter sala de música, informática...”

Cultura e esporte/lazer

“O lugar onde eu moro tem tiro...”

Cidade/Espaço urbano

“Tem muito atropelamento no ligeirão.”

“O ônibus não para nos pontos: só anda em alta velocidade.”

“Os meninos brincam de bola de gude em casa: não brincam na rua, porque não pode e não pode porque perde o brinquedo ou a bolinha pode ser atropelada e amassada pelo carro.”

Prevenção às violências

“Não precisa bater, é só conversar.”

11. “CONSTRUINDO A CIDADE QUE SONHO”,

Responsável: Carol - OCUPA MÃE, São Paulo

Contexto da escuta: O projeto foi uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Sistema Municipal de Bibliotecas -, feita por meio de emenda parlamentar do então vereador Daniel Annenberg. Foram realizadas dez oficinas em bibliotecas municipais da cidade, das quais participaram 135 crianças. Elas eram incentivadas a montar, com peças de Lego, a cidade que sonhavam para viver.

TEMAS, FALAS, PRODUÇÕES E REALIDADES: PRAÇAS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA ALIMENTAR, BRINQUEDOS, MORADIA.

A cidade do meu sonho:

“Uma cidade com mesas e bolos de graça para todos. Animais e plantas nas praças, parque de diversões e parque para todos. Abrigos de chuva, frutas e hortas, e piscinas públicas.” – Zaki, 5 anos

“Uma sorveteria grande, um castelo, dinossauros, carros e carros voadores.” – Luca, 4 anos

“A cidade tem porta, tem árvores, tem teto. Queria que tivesse flores.” – Ravi, 4 anos

“Um grande moinho para ventilação, casas bonitas, túneis para carros passarem, um parque cheio de brinquedos e muitas flores...” – Luisa, 8 anos

“Uma cidade que tem piscina com peixinhos para as crianças e uma piscina grande para os adultos.” - Joana, 2 anos

“Uma casa grande, tipo um prédio, até o nono andar. Para poder entrar todo mundo que precisa. Aqui tem os tijolinhos coloridos.” - Dominique, 8 anos

“Áreas floridas onde descansar, rios de águas limpas onde barcos transportam pessoas. Áreas verdes onde as crianças podem brincar, áreas de descanso, alimentos saudáveis, espaços públicos de qualidade, espaços bem ventilados, poucos carros, lugares que acolham animais, coretos para apresentação de artistas.” – Antônia, 7 anos, e Antonella, 8 anos

12. CRIANÇAS NO CANAL CANOA - 2012 - 2020 - AMAZÔNIA/RIO NEGRO

Responsáveis: Rita da Silva e Kurt Shaw - Usina da Imaginação

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Canal Canoa é um canal de comunicação que surgiu a partir de uma pesquisa-ação feita com crianças indígenas de São Gabriel da Cachoeira/Amazonas, em 2012. Desde então, começamos a ouvir as crianças indígenas em suas narrativas, dialogando com as etnias tuiuca, baré, tukano, desana, baniwa, piratapuaia e nadeb.

TEMAS, PRODUÇÕES E REALIDADES

Vários filmes e narrativas construídas com crianças indígenas sobre suas culturas, rituais, saberes ancestrais, formas de cuidar e formas de brincar, valorizando e divulgando a multiplicidade de infâncias indígenas do Rio Negro.

Link: <https://www.facebook.com/canalcanoa>

“Quando entra mais uma criança na família a gente já prepara um banco tukano. Na idade que ela consegue engatinhar ela já recebe um banco tukano do seu pai ou do seu avô. Isso significa que ela faz parte da família”. P. R.

“Gostamos muito de brincar de pega-pega e de canoa no rio. Eu ensino minhas irmãs a brincar de canoa”. G., 9 anos, Criança indígena tukano, Terra indígena do Balaio, São Gabriel da Cachoeira, Rio Negro, Amazonas.

13. MAPA DO BRINCAR - 2009 - FOLHA DE SÃO PAULO

Responsáveis: Adriana Friedmann e Gabriela Romeu

PERFIS DAS CRIANÇAS, CONTEXTOS, TERRITÓRIOS

Crianças do país todo foram convidadas, através do jornal Folhinha de São Paulo, a contar sobre suas brincadeiras cotidianas: mais de 10.000 crianças entre 4 e 12 anos de 192 cidades do país enviaram textos, desenhos, vídeos sobre suas brincadeiras.

Link: <https://mapadobrincar.folha.com.br/>

NÃO GOSTO



“Cocô de cachorro
e lixos no chão”

GOSTO



“Flores e bicho
na árvore”





